

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ALBANI DE BARROS

**PARA ALÉM DE PROMETEU?
CRÍTICA ÀS TEORIAS DA SUPERAÇÃO DO TRABALHO PELA TECNOLOGIA
NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO DESTRUTIVA**

MACEIÓ

2009

ALBANI DE BARROS

**PARA ALÉM DE PROMETEU?
CRÍTICA ÀS TEORIAS DA SUPERAÇÃO DO TRABALHO PELA TECNOLOGIA
NO CONTEXTO DA ACUMULAÇÃO DESTRUTIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Maria Norma Alcântara B. de Holanda

MACEIÓ

2009

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

B277p

Barros, Albani de.

Para além de Prometeu? : crítica às teorias da superação do trabalho pela tecnologia no contexto da acumulação destrutiva / Albani de Barros, 2009.
160 f.

Orientadora: Maria Norma Alcântara B. de Holanda.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2009.

Bibliografia: f. 155-160.

1. Trabalho. 2. Capital. 3. Acumulação destrutiva. 4. Desenvolvimento tecnológico. I. Título.

CDU: 330.146



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



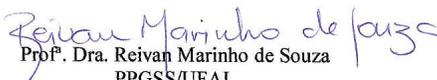
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – UFAL

Membros da comissão julgadora de defesa da dissertação do mestrando Albani de Barros, intitulada “Para além de prometeu? Crítica às teorias da superação do trabalho pela tecnologia no contexto da acumulação destrutiva”, apresentada ao programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 12 de Novembro de 2009, às 15 horas na sala de multimídia do PPGSS/UFAL.

COMISSÃO JULGADORA


Prof.^a. Dra. Maria Norma Alcântara Brandão de Holanda
Orientadora/PPGSS/UFAL
CPF: 071.484.294-04


Prof.^a. Dra. Reivan Marinho de Souza
PPGSS/UFAL
CPF: 411.790.724-72


Prof.^a. Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo
PPGE/UFAL
CPF: 412.677.614-15

Por um futuro radicalmente novo, ao meu filho Douglas.

Em memória, à minha mãe Maria do Socorro.

AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores do Brasil, que sustentam uma universidade pública e gratuita como a UFAL, que mesmo diante de inúmeras dificuldades, consegue cumprir sua missão.

Aos professores e ao corpo técnico-administrativo da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas pela dedicação, em especial a minha orientadora Dra. Norma Alcântara, referencial indispensável nessa pesquisa e que me fez acreditar que eu poderia ir mais longe do que imaginava ser capaz.

As professoras Dra. Reivan Marinho e Dra. Edna Bertoldo, que deram valorosas contribuições na minha qualificação e aceitaram a participação na banca examinadora desse trabalho.

As (os) minhas (eus) colegas de mestrado, em especial a Elaci, Alcina, Andressa e Edvania, pelo companheirismo e amizade durante essa jornada.

A Islene, que me incentivou a ingressar nesse mestrado e me devolveu o prazer pelos estudos.

Ao meu filho Douglas, pelo carinho e compreensão imprescindível aos meus estudos e a amiga Regina pelo apoio constante.

Meu carinhoso agradecimento a todos que de alguma forma contribuíram para esta dissertação.

Os homens se apagam perante o trabalho: o pêndulo do relógio tornou-se a medida exata da atividade relativa de dois operários, como o é da velocidade de duas locomotivas. Então, já não se diz que uma hora de trabalho de um homem vale uma hora de trabalho de outro homem, mas antes que um homem por uma hora vale uma hora de outro homem por uma hora. O tempo é tudo; o homem já não é nada; é, quando muito, a carcaça do tempo.

Karl Marx

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar as teorias contemporâneas que sugerem a superação do trabalho humano em decorrência do desenvolvimento tecnológico no contexto na acumulação destrutiva desencadeada pela crise estrutural do capital. Na última quadra do século XX, como parte do debate sobre o crescente e canceroso processo de desemprego a partir do surgimento de novas tecnologias, foi retomada a discussão sobre a relevância, presente e futura, da tese sobre a centralidade do trabalho tal qual como Marx argumentou. Na análise de Schaff e Masuda as transformações ocorridas nas relações de produção e o surgimento das novas tecnologias baseadas na informática seria a prova empírica que o trabalho enquanto dispêndio de força viva estaria com seus dias contados. Por sua vez, o processo de eliminação do trabalho possibilitaria o surgimento de uma sociedade de prosperidade e liberdade. Ocorre que na concepção marxiana o trabalho é uma necessidade, impossível de ser suprimida de qualquer formação social; bem como o homem é parte ativa e ineliminável no processo de trabalho. No tocante ao surgimento de uma nova sociedade, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, Schaff e Masuda retiram a luta de classes como o movimento real do processo histórico e em seu lugar põem o desenvolvimento tecnológico, desconsiderando que são as relações sociais que estabelecem como serão os meios de produção. Com tais argumentos, os dois autores ignoram a crise estrutural do capital descrita por Mészáros e sugerem que o mundo estaria caminhando a passos seguros para uma sociedade de abundância, onde além do trabalho ser eliminado, os antagonismos entre as classes também seriam suprimidos.

PALAVRAS-CHAVE: Acumulação destrutiva. Capital. Desenvolvimento tecnológico. Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze contemporary theories of suggesting the overcoming of human labor due to technological development in the context destructive accumulation triggered by the structural crisis of capital. In the last quarter of the twentieth century, as part of the debate on the cancerous process and increasing unemployment since the advent of new technologies, the resumed discussion on the relevance, present and future of the thesis about the centrality of work exactly as Marx argued. In the analysis of Schaff and Masuda the changes in the relations of production and the emergence of new technologies based on computer would be empirical evidence that working while expenditure of momentum would one day die. In turn, the process of elimination of work would allow the emergence of a society of prosperity and freedom. Marxist conception occurs at work is a necessity, impossible to be removed from any social background, and the man is an active and indispensable the work process. Concerning the emergence of a new society, as a result of development of productive forces, Schaff Masuda and remove the class struggle as the actual movement of historical process and put in place the technological development, regardless of what are the social relations that establish how be the means of production. With such arguments, both authors ignore the structural crisis of capital described by Mészáros and suggest that the world would be safe walking distance to a society of plenty, where in addition to work being eliminated, the antagonisms between the classes would also be deleted.

KEY WORDS: Accumulation destructive. Capital. Technology development. Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 O TRABALHO NA PERSPECTIVA MARXIANA.....	16
1.1 Questões iniciais sobre trabalho e trabalho abstrato.....	16
1.2 Trabalho e valores de uso.....	21
1.2.1 O trabalho e o meio de trabalho.....	28
1.3 Trabalho abstrato e valores de troca.....	33
1.3.1 Produção capitalista e divisão do trabalho.....	46
1.4 A distribuição dos trabalhadores na grande indústria.....	58
1.5 A maquinaria e sua utilização pelo capital.....	63
2 O TRABALHO E A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....	71
2.1 O trabalho permanece como a fonte de riqueza.....	71
2.2 A ilusão da sociedade sem trabalho.....	90
2.2.1 O novo mundo informacional.....	93
3 CRÍTICA À NEGAÇÃO DO TRABALHO PELA TECNOLOGIA	98
3.1 Capital, trabalho e tecnologia.....	100
3.2 A sociedade informática de Schaff.....	107
3.2.1 Schaff e Masuda – sociedade informática e da informação.....	118
3.2.2 Pós-indústria, qualificação e desqualificação	120
3.3 A máquina informacional e sua utilização capitalista.....	126
3.4 Intensificação do controle e alienação.....	134
3.5 O vínculo do desenvolvimento tecnológico com as ordens do capital.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	155

INTRODUÇÃO

Até a plena realização da revolução burguesa o vínculo com a realidade ainda se mantinha, embora esta fosse compreendida apenas como fenômeno. Era o momento de estruturação positiva da nova ordem social que estava se consolidando, por isso interessava à burguesia, seu carro-chefe, a compreensão da realidade, ainda que fosse conceituada de forma unilateral pelo idealismo e pelo materialismo mecanicista. Esta situação se alterou a partir da afirmação da burguesia como a classe hegemônica econômica e politicamente, com a nítida compreensão de quem produzia a riqueza e quem se apropriava dela. Em razão desta nova situação, no posfácio da segunda edição de “O Capital”, Marx já advertia que desde a conquista do poder pela burguesia:

[...] a luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras. Ela fez soar o sino fúnebre da economia científica burguesa. Já não se tratava de saber se esse ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não. No lugar da pesquisa desinteressada entrou a má consciência e a má intenção da apologética. (MARX, 1988, p. 23).

A partir desse instante histórico, com o seu poder estabilizado, a burguesia tem a compreensão de que o processo histórico é produto da ação dos homens. Com isso, o desvelar da verdade passa a se constituir num risco para a reprodução do sistema capitalista. Com esta mudança de atitude, “a verdade passa a ser uma inimiga de classe. O seu conhecimento tem de passar a ser um conhecimento que veda a possibilidade da objetividade. Não é uma escolha dos indivíduos da burguesia, é uma determinação coletiva de classe” (CHASIN, 1988, p. 5). A mesma razão que era apontada pelo iluminismo como ilimitada e capaz de organizar o mundo a partir de uma mudança no plano das ideias passa a ser limitada e manipulada para os interesses particulares de manutenção da acumulação capitalista. A superficialidade teórica, ou mesmo a má fé ideológica dos apologistas do capital, a que Marx se referia em 1867, agora se apresentam também para esconder o real, para negar o trabalho, promulgar o fim das relações antagônicas (TEIXEIRA, 2008) e defender o surgimento de uma nova sociedade, como resultado do desenvolvimento tecnológico e não do movimento da luta de classes.

Hoje, os porta-vozes da apologética burguesa tornaram-se cínicos e irresponsáveis, continuam a omitir o antagonismo entre as classes enquanto uma imperiosa necessidade da burguesia, porém, com a crise estrutural e ativação dos limites absolutos do capital (MÉSZÁROS, 2002), além de ocultarem a relação de exploração, também escondem e entrincheiram o processo destrutivo e perigoso que o capital impõe sobre a humanidade. Com o estreitamento das balizas de ação do capital em razão de sua crise estrutural, o processo de autoreprodução expansivo do capital atingiu um estágio de disjunção entre valores de troca e reais necessidades humanas, e a continuidade de sua acumulação têm por resultado inexorável a destruição tanto do homem, como também de suas bases materiais de existência (Ibidem).

Esta grave e perigosa situação é simplesmente desconsiderada pelas teorias que promulgam o fim do trabalho ao término do século XX; em seu lugar, credenciam as novas tecnologias baseadas na informática como sendo a “parteira” de uma nova sociedade que está nascendo, mais igualitária e de imensa riqueza e liberdade. Puro cinismo.

Sobre a negação da centralidade do trabalho os principais autores que nos deparamos nessa pesquisa são: Mallet (1963), Schaff (2007), Masuda (1980), De Masi (1999), Rifkin (1995), Lojkine (1990), Galbraith (1977), Toffler (2003), Bell (2006), Stonier (1983), Habermas¹ (1987), Gorz (1987), Offe (1989) entre diversos outros. O vasto leque de teorias e autores que diretamente, ou através de algumas mediações, buscam negar a teoria do trabalho humano como o legítimo responsável pela criação do valor, apenas reforça o enunciado de Mézáros, que considera que “negar a realidade do proletariado é um curioso passatempo do século XX” (2002, p. 569).

Neste trabalho, nos dedicamos primordialmente às ideias de Schaff (2007) e Masuda (1980). O primeiro é identificado em seu livro como sendo um proeminente pensador marxista e o segundo, um pesquisador japonês dedicado ao estudo dos benefícios da informática. Os dois recorrem à concepção de um futuro promissor em decorrência do aperfeiçoamento tecnológico; assim o fazendo, transformam “as relações sociais em coisas

¹ Nessa pesquisa não nos aprofundaremos na teoria de Habermas, entretanto, face a repercussão de suas ideias cabe algumas breves considerações. Apesar das características específicas de sua teoria, considerando que a esfera da interação social, da ação comunicativa seria o *metrun* para aferir a evolução da sociedade, e não o desenvolvimento das forças produtivas (TEIXEIRA, 2008), Habermas acaba por aproximar-se de outros teóricos contemporâneos que põe a ciência como força produtiva, e não o trabalho. Ao eliminar “a teoria do valor-trabalho pela transformação da ciência em ‘principal força produtiva’, Habermas assumiu uma posição praticamente idêntica à dos ‘pós-ideólogos’ abertamente a antimarxistas. (De fato, Daniel Bell foi rápido em expressar sua entusiástica concordância, citando Habermas e concluindo que ‘uma sociedade pós-industrial não se caracteriza por uma teoria do valor-trabalho, mas por uma teoria do valor-conhecimento’).” (MÉSZÁROS, 2004, p. 201).

e as coisas em relações sociais incontroláveis” (Idem, 2004, p. 256). Identificam um poder ilusório nos artefatos físicos, como se estes estivessem acima dos humanos e fossem capazes de determinar as relações sociais. Mistificam uma fantasiosa dependência de alcançarmos um mundo mais próspero e igualitário em razão das determinações tecnológicas e instrumentais do capital.

É com o intuito de ocultar o antagonismo entre capital e trabalho e a atual acumulação em bases estruturalmente destrutivas, que as teses que defendem a superação do trabalho pelo desenvolvimento tecnológico se estabelecem. Os argumentos dessas teorias são formatados para atingir esses dois objetivos nodais. É o conjunto desses dois aspectos que está presente principalmente na tese de Adam Schaff (2007), no seu texto “A sociedade informática”. Com ideias bastante parecidas com as de Schaff, Yonejy Masuda (1980) expõe sua teoria no livro “A sociedade da informação”. A síntese dessas teorias é a superação do trabalho manual e o aparecimento de uma sociedade de prosperidade e liberdade a partir do desenvolvimento tecnológico baseado na informática.

Os dois autores defendem que o trabalho enquanto dispêndio de força viva está em via de desaparecimento, que o homem estaria muito próximo de ser liberto da necessidade de converter a natureza em valores de uso. Esta função seria assumida por modernas máquinas desenvolvidas a partir das tecnologias baseadas na informática (SCHAFF, 2007; MASUDA, 1980). Dessa forma, a classe operária seria extinta e em pouco tempo a produção da riqueza seria uma tarefa que pertenceria exclusivamente às máquinas automatizadas; o desaparecimento do proletariado representaria o fim da exploração do homem sobre seus semelhantes. Cancelando o trabalho, por conseguinte, tornam-se nulas a noção de classes sociais fundamentais e a exploração entre uma classe que produz e outra que usurpa essa riqueza (LESSA, 2007).

Os teóricos defensores da suposta sociedade informática argumentam que esse processo de substituição de homens por máquinas resultará no aparecimento de uma sociedade de enorme prosperidade e liberdade (MASUDA, 1980; SCHAFF, 2007), isto porque a eficiência desses modernos equipamentos propiciaria uma fabulosa riqueza. Segundo Schaff (2007), é a existência dessa riqueza que invalidaria qualquer possibilidade de revolta por parte da incomensurável massa de desempregados que surgiriam, pois as classes hegemônicas, de posse dessas fabulosas fortunas, seriam suficientemente razoáveis para compreender, e aceitar, a necessidade de divisão dessa riqueza.

Se o capitalismo de hoje é diferente, em seus fenômenos particulares, daquele exposto por Marx no século XIX, cabe-nos indagar se os teóricos do fim do trabalho estão certos em decretarem o anacronismo de Marx. Estaria superada a tese sobre o trabalho tal qual Marx descreveu? Seria possível o trabalho vivo ser integralmente superado por modernas máquinas? No interior das relações capitalistas o aperfeiçoamento de meios de produção possibilita liberdade para o trabalhador? A tecnologia seria a responsável pelas transformações sociais? Além disso, a ciência seria um complexo social neutro e acima dos interesses das classes?

Do ponto de vista apenas do processo histórico, o que certamente não é pouco, cabe logo ressaltar que a totalidade das concepções que defenderam a superação do trabalho pelo amadurecimento tecnológico, desde as fábricas automatizadas do pós-guerra (MALLET, 1963) ou às indústrias de alta tecnologia da robótica recente (SCHAFF, 2007; MASUDA, 1980), absolutamente todas elas, foram devidamente negadas pela história. Em conformidade com a constatação de derrota dessas teorias, Lessa afirma que:

Depois de anos de profunda defensiva, parece que as condições teórico-ideológicas se tornam um pouco menos adversas ao marxismo. Possivelmente isto se relacione ao fato que todas as teses, rigorosamente todas, que hipostasiaram alguns traços da 'reestruturação produtiva' para argumentar o fim do trabalho e, portanto, a superação definitiva de Marx e de sua tese de ser o trabalho a categoria fundante do mundo dos homens, foram retumbantemente negadas pela história. (2007, p. 29).

As fragilidades e debilidades dessas teorias tiveram um severo juiz não mais que algumas décadas, ou, em alguns casos, apenas um punhado de anos. Se do ponto de vista da história essas teses foram rigorosamente negadas, por que então analisá-las? De fato seria até supérfluo uma crítica dessas teses exclusivamente pelos resultados históricos, entretanto, ocorre que os nefastos desdobramentos ideológicos que delas decorrem nos fazem acreditar na necessidade de realizarmos uma vigorosa crítica. A pretensão que existe nas teorias que defendem a superação do trabalho pela tecnologia não tem nada de inocente; o seu caráter fantasioso não pode ser considerado como inofensivo, muito pelo contrário.

Se os homens não são mais os únicos responsáveis por transformar a natureza em riqueza, como poderá então se sustentar o que Marx havia dito sobre a exploração do homem pelo homem através do trabalho? O desenvolvimento tecnológico da informática

seria o carrasco impiedoso da teoria marxiana? A resposta dada a essas questões por Schaff e Masuda é que os detentores dos meios de produção muito em breve explorariam apenas as máquinas e o homem estaria enfim liberto do tormento do trabalho (SCHAFF, 2007). A respeito dessas questões, buscamos em Marx uma análise sobre o trabalho tanto na sua forma concreta, como abstrata, e a confrontamos com as ideias sugeridas por Schaff sobre o fim do trabalho.

O que nos parece ainda mais grave é que as teorias sobre o fim do trabalho e ascensão de uma nova sociedade, simplesmente ignoram a crise estrutural do capital e as terríveis consequências que a ativação dos limites do capital impõe sobre a vida humana, tratando com um ufanismo irresponsável (LESSA, 2007) este delicado momento. A sociedade deste início de século XXI em nada se parece com aquela descrita por Schaff e Masuda, como sendo prosperidade e liberdade; o que hoje percebemos é o trágico agravamento dos problemas sociais e a barbárie criando seus alicerces em bases cada vez mais profundas. A partir do adensamento da crise estrutural, o agigantamento das expressões da questão social ganha o estatuto de lei inseparável da acumulação capitalista e as soluções políticas e técnicas se tornam cada dia mais inócuas para o seu enfrentamento.

É exatamente essa realidade que é desconsiderada pelos apologistas Schaff e Masuda. Em nosso entendimento, não se trata de uma negligência casual, mas de um movimento autoinduzido para omitir uma fase potencialmente destrutiva do capital, caracterizada pelo fatídico encontro do sistema com seus próprios limites.

As teses baseadas na superação do trabalho pelo desenvolvimento tecnológico tinham como hipótese nodal que a sociedade capitalista da última quadra do século XX e do início do XXI fosse liberando de forma expressiva os trabalhadores e conduzindo os seres humanos para áreas de atividades emancipatórias. A confiança de seus autores se dava na substituição da quase totalidade do trabalho humano por autômatos. Por sua vez, este canceroso processo de desemprego generalizado também seria o responsável por propiciar uma sociedade de imensa prosperidade (SCHAFF, 2007). Schaff chegou a decretar confiantemente que a sociedade informática por ele imaginada possibilitaria:

A plena auto-realização da personalidade humana, seja liberando o homem do árduo trabalho manual e do monótono e repetitivo trabalho intelectual, seja oferecendo tempo livre necessário e um imenso progresso do conhecimento disponível, suficientes para garantir seu

desenvolvimento. Deste modo, o homem receberá tudo o que constitui o fundamento de uma vida mais feliz. (Ibidem, p. 155).

O problema é que, contrariamente a esta interpretação descabida e insensata da sociedade capitalista da última quadra do século XX, a história recente tem demonstrado que efetivamente não é isso o que está ocorrendo (ORGANISTA, 2006). As relações de produção e as inovações tecnológicas contemporâneas não produziram nenhuma nova sociedade e apenas têm contribuído para que os indivíduos tenham suas forças físicas e intelectuais sugadas com maior intensidade (ROSSO, 2008). Os novos artefatos desenvolvidos com base na informática desqualificam o trabalhador, aumentam a velocidade do trabalho e possibilitam a elevação do controle do capital sobre os trabalhadores (KUMAR, 2006; BERNARDO, 2004).

É bem verdade que sustar a realidade do proletariado e negar o trabalho vivo como fonte de valor não é um exercício recente da apologética do capital (MÉSZÁROS, 2004); mais do que isso, é algo crônico e inexorável em sua ideologia. Desde Max Scheler e Karl Mannheim e suas teses sobre a negação da centralidade do trabalho (Idem, 2008) até Adam Schaff, o objetivo dessas teorias é afastar a incômoda realidade do antagonismo entre capital e trabalho e encobrir a ilícita usurpação praticada pelo capital sobre a riqueza criada pela mão do trabalhador. As recentes teorias que sugerem o desaparecimento do trabalho como o resultado do desenvolvimento tecnológico cumprem com rigor esta velha determinação. O que de grave ocorre na negação de Schaff e Masuda é que suas teorias não somente cumprem o lastimável objetivo de negar a existência da exploração do trabalho pelo capital, como também, tratam de maneira delirante e irresponsável um momento altamente perigoso para a vida humana, produzido pela acumulação capitalista a partir de sua crise estrutural.

Não são dias tranquilos para a humanidade; o que hoje presenciamos é uma regressão civilizatória que coloca em risco a própria espécie humana. A dramaticidade dessas questões é cotidianamente representada pela violência que, tal qual um temporal, desaba sobre todos e teima em não cessar, pela crise ambiental que deixa de ser um risco futuro para se tornar uma ameaça urgente do presente. Como resultado dessa determinação destrutiva do capital, verifica-se um gigantesco investimento na fábrica da guerra e a produção desperdiçadora de objetos concebidos para abastecer as lixeiras ou se tornarem sucata prematuramente (MÉSZÁROS, 2002). Enquanto isso, a fome e a miséria se alastram a passos largos para uma parcela cada vez maior de indivíduos, e nem sequer a

classe trabalhadora dos países centrais consegue escapar (Idem, 2007). É esse o perigoso e “real” cenário desse início de milênio, onde sobra injustiça, sofrimento e falta revolta. Tempos sombrios para a humanidade.

1. O TRABALHO NA PERSPECTIVA MARXIANA

1.1 Questões iniciais sobre trabalho e trabalho abstrato

Antes de iniciarmos a análise específica sobre as teorias que sugerem o fim do trabalho a partir das recentes tecnologias, é indispensável uma análise da concepção de Marx sobre o que é o trabalho, tanto em sua dimensão concreta e comum a todas as formações sociais, como também o trabalho abstrato, característico da sociedade capitalista. É na incompreensão da distinção existente entre essas duas dimensões que está enraizada parte relevante dessas teorias (LESSA, 2002, 2007; ORGANISTA, 2006). O exemplo fiel deste equívoco está no fato de tomarem o fenômeno da expansão do desemprego como uma prova empírica cabal e irrefutável de que o trabalho está em vias de extinção (LESSA, 2002). Ou seja, por considerarem que o trabalho assalariado se encontra em crise, a dedução é que a perda da centralidade do trabalho decorre desta situação. Algo parecido ocorre no tocante às novas tecnologias, os recentes fenômenos de utilização de equipamentos baseados na informática na produção, ocorridos durante a reestruturação produtiva, são tomados como a demonstração inequívoca de ruptura e superação da tese marxiana sobre o trabalho, pois o homem estaria sendo suprimido do processo de trabalho e substituído por novos artefatos tecnológicos (SCHAFF, 2007). Dessa forma, desconsidera-se uma distinção² entre o trabalho produtor de valores de uso, eterna necessidade do mundo dos homens (MARX, 1988; MARX; ENGELS, 2006; LUKÁCS, 1981), e o trabalho abstrato, característico da sociedade capitalista.

O trabalho formador de valores de troca existe de forma reflexiva aos ditames de uma sociedade que é uma singularidade na história do ser humano, é parte da sociedade em que tudo quanto é possível é transformado em produto vendável. Como particularidades historicamente construídas, tanto o capitalismo como o trabalho abstrato são perfeitamente superáveis. Dessa forma, “se é possível visualizar, para além do capital, a eliminação da sociedade do trabalho abstrato – ação essa naturalmente articulada ao fim da sociedade produtora de mercadorias, é algo ontologicamente distinto supor ou conceber o fim do trabalho como atividade útil.” (ANTUNES, 2005, p. 33).

² Obviamente que também é imprescindível esclarecer que esta diferença entre o trabalho e o trabalho abstrato não significa que os dois sejam um o antípoda do outro, certamente que não. O oposto do trabalho abstrato é o trabalho emancipado (LESSA, 2005b).

Os dois, capitalismo e trabalho abstrato, são tão reais quanto a sociedade e o trabalho na sua dimensão geral (LESSA, 2002), porém, na qualidade de singularidades na trajetória das sociedades, sua permanência, ou ultrapassagem, depende das escolhas dos seres humanos,³ tendo por fundamento as relações entre as classes sociais, que são as bases reais do movimento histórico. Na teoria marxiana, a natureza humana é historicamente modificada em cada época, portanto, a história é a substância fundamental da essência (Idem, 2007b); exatamente por conta disso, a essência não é algo imutável, para Marx. A sociedade burguesa, como uma parte dessa história, não representa a totalidade nem a personificação última da racionalidade, e o capitalismo não tem caráter supra-histórico. Suas determinações específicas assumem ideologicamente o modo de leis naturais, porém:

Com base na descoberta do trabalho como o momento fundante do mundo dos homens é que Marx pôde superar todas as ontologias anteriores ao demonstrar como, por quais mediações, por meio de quais categorias, os homens são os únicos demiurgos de sua própria história e, portanto, pôde demonstrar como os homens são os únicos limites ao seu próprio desenvolvimento histórico. (Idem, 2007, p. 242).

As teorias que negam o trabalho pela tecnologia desconsideram a imperiosa necessidade da presença humana de forma ativa no processo de trabalho, conforme Marx (1988) tão claramente mencionou. Utilizando por parâmetro o fato de o desenvolvimento tecnológico aplicado na produção eliminar parte da força de trabalho necessária, consideram que o prosseguimento desta situação implicará a substituição completa do trabalho humano por sofisticadas máquinas. Estas concepções simplesmente ignoram qual é a intenção existente no uso tecnológico na produção e qual lógica rege este movimento na sociedade capitalista. A análise é restritamente de fenômenos isolados do trabalho alienado, em partes de suas expressões recentes, como o aumento do desemprego e a introdução de novos equipamentos na produção (LESSA, 2007). Ficando a análise restrita à fronteira da forma de trabalho da sociedade capitalista, as questões tratadas acabam sendo apenas aquelas encontradas na esfera técnico-tecnológica⁴ e do domínio da tomada de decisões políticas (MÉSZÁROS, 2004).

³ Vale aqui a lembrança de Marx, em “O 18 Brumário de Luiz Bonaparte”, que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008b, p. 19).

⁴ Não à toa que parte consubstancial das teorias que tratam do fim da centralidade do trabalho se apoia no argumento da superação do trabalho pelo avanço tecnológico. É o caso de Schaff (2007) e Masuda (1980).

Estas possibilidades estão alinhadas à própria reprodução do sistema do capital, e distantes de sua radical superação, sendo rigorosamente ineficazes para transformações profundas na sociedade.

Em virtude do poder dos interesses materiais dominantes no mundo das tomadas de decisões jurídicas e políticas, a *base social* das desigualdades crônicas permanece intocada. Em consequência, mesmo o impacto potencialmente benéfico dos próprios fatores tecnológicos foi anulado pelas determinações da ordem social dominante. (Ibidem, p. 139, grifo na obra).

Ao utilizarem o argumento da técnica em substituição ao movimento real da história, regido fundamentalmente pela luta de classes, o resultado obtido por essas teorias é também encobrir uma relação de exploração que existe além da relação mediada pelo salário. Trata-se da negação da forma histórica de exploração existente sobre a classe produtora, que sucessivamente caracterizou todas as sociedades divididas entre classes e que não se extinguiu na capitalista (LESSA, 2007). A desconsideração dessa determinação da exploração entre capital e trabalho sonega quem é legitimamente o real produtor, o antagonista do capital que se encontra na base da estrutura da reprodução social e que, por sua função, é o principal interessado não somente na sua própria libertação, mas na eliminação da exploração entre as classes: o proletariado.⁵

⁵ Por ser a única classe que produz o que consome, é o proletariado que, diferentemente das outras, não tem rigorosamente nada a perder com o fim da sociedade regida pelo capital e pela superação da opressão do homem sobre seu semelhante. É consciente dessa incumbência histórica que Marx, no pós-fácio da segunda edição de “O Capital”, afirma que é o proletariado “a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes” (MARX, 1988, p. 24). No final do capítulo XXIV, Marx também insere uma passagem do Manifesto Comunista: “De todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes degeneram e desaparecem com a grande indústria, o proletariado é seu produto mais genuíno. Os estamentos médios, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, todos eles combatem a burguesia para evitar que sua existência como estamentos médios se extinga [...] eles são reacionários, pois procuram guiar a roda da história para trás” (MARX; ENGELS, apud MARX, 1996, p. 381). Já nas palavras de Mészáros: “O sujeito social da emancipação é o proletariado, porque é forçado, pela maturação das contradições antagonicas do sistema do capital, a subverter a ordem social dominante, ao mesmo tempo que é incapaz de impor a si próprio como uma nova parcialidade dominante” (2002, p. 566). Mesmo com esta precisa função do proletariado na reprodução social, não quer dizer que a tarefa de superação radical desta sociedade pertença exclusivamente ao proletariado. Sem que se retire sua primazia nesta missão, outras parcelas do conjunto geral dos trabalhadores, que também são oprimidas e forçadas a vender sua força de trabalho, certamente devem unir-se aos operários na empreitada de construção de uma nova ordem social (LESSA, 2007). Tal situação é tão nítida e historicamente real, que é bastante recordar que durante o processo da Revolução Russa que culminou com a tomada do poder em outubro de 1917, os *mujiques* (camponês russo em geral) e os marinheiros da fortaleza de Kronstadt tiveram um papel decisivo no desfecho favorável aos operários (TROTSKY, 1967).

A existência do trabalho assalariado é a expressão da redução do ser humano a um objeto, é o execrável aviltamento legalizado pelas regras burguesas das potências físicas e cognitivas do homem em favor do capital. Com a mediação do salário, o burguês estabelece uma relação com o trabalhador da mesma forma como se estivesse adquirindo qualquer outra mercadoria (MARX, 1988, 2008). Para o capitalista, “a força de trabalho é, portanto, uma mercadoria, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança” (Idem, 2008, p. 34). Porém, além dessa exploração, que de forma alguma consideramos diminuta, visto ser a base do trabalho alienado, existe uma mais profunda e intencionalmente velada, que envolve a apropriação do conteúdo material da riqueza social que é produzida por uma classe, o proletariado urbano e rural (LESSA, 2007).

Este conteúdo material é a base da riqueza de qualquer formação social, inclusive da capitalista: “os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social” (MARX, 1988, p. 46). Marx esclarece que a riqueza é obtida através da conversão da natureza e diferencia esta produção do processo de valorização obtido em outras esferas:

Se comparamos o processo de formação de valor com o processo de valorização, vemos que o processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este apenas dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização. (Ibidem, p. 154).

Marx não poderia ser mais preciso. Em primeiro lugar, ele faz uma comparação, põe coisas que são diferentes para serem analisadas, confronta o processo de formação de valor com o de valorização. Caso fossem idênticos, bastaria informar sua unidade, não se comparam coisas iguais, o sentido de comparação é principalmente identificar as diferenças. Informa ainda que o processo de formação de valor “dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente” (Ibidem, p. 154). Se este se encerra após a produção, com o pagamento da força de trabalho utilizada e a venda do objeto produzido, ele é formação de valor; em seguida, se vai além desse estágio, passa a ser valorização. De forma a não deixar dúvidas sobre essa afirmativa, complementa: “Se comparamos, além disso, o processo de formação de valor com o processo de trabalho, vemos que este consiste no trabalho útil que produz valores de

uso” (Ibidem, p. 154). Com essas considerações, informa com minuciosa exatidão que o processo de formação de valor ocorre na produção de “valores de uso”, ou seja, no metabolismo orgânico entre homem e natureza, todo acréscimo de valor que o objeto receba ou que propicie posteriormente, é apenas a valorização de algo já existente, que originariamente foi fruto do trabalho.

Em “O Capital”, Marx trata do trabalho na sua dimensão concreta e comum a todas as sociedades, e principalmente analisa o trabalho no capitalismo. Tal abordagem refere-se à articulação existente entre uma universalidade e uma singularidade do mundo dos homens, entre o trabalho e o trabalho abstrato, respectivamente. Dessa forma, todo singular é parte do universal e todo universal é uma universalidade de singularidades, sendo, portanto, heterogêneo (LESSA, 2005b). É por isso que em cada formação social o trabalho aparece com características específicas, distintas das demais. Na análise da reprodução do mundo dos homens, o trabalho, enquanto categoria conversora da natureza em valores de uso, está presente em todas as formações sociais (MARX, 1988), daí seu caráter universal. O trabalho abstrato é uma singularidade diante da totalidade das sociedades, contudo, como pertencente a essa universalidade, tem necessidade de também converter a natureza; é esta a sua articulação com o universal. Apesar de o trabalho abstrato ter por finalidade fundamental a produção de mais-valia (Ibidem), o capitalismo não pode desconsiderar a necessidade de produzir valores de uso, ainda que estes sejam produzidos sob a forma de mercadoria (Ibidem).

É pensando na diferenciação entre a produção de valores de uso e sua transformação em valores de troca, que Marx (Ibidem), ainda no capítulo V de “O Capital”, faz uma distinção entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Apesar de não desconsiderar a existência de uma imbricação entre os dois, ele os distingue já no próprio título do capítulo, separando os dois processos. Portanto, não há identidade entre o processo de trabalho e o de valorização, ou seja, entre a atividade que converte a natureza em valores de uso e as atividades que apenas participam direta e indiretamente do processo de realização da mais-valia, ocorrendo apenas uma relação. A transformação da natureza em valores de uso não desaparece na sociedade burguesa, contudo, somente esta conversão não basta ao capitalismo (MARX, 1996).

1.2. Trabalho e valores de uso

Mas afinal o que é o trabalho? A partir da teoria marxiana, o trabalho é uma eterna necessidade que jamais pode ser eliminada do mundo dos homens. Significa transformar a natureza em meios de subsistência ou de produção indispensáveis a qualquer reprodução social (MARX, 1988), não sendo possível a existência social sem que esta conversão ocorra (MARX; ENGELS, 2006). Em consonância com Marx, para Lukács: “a essência do trabalho humano está no fato que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos da autoatividade do homem” (LUKÁCS, 1981, p. 5). Sendo uma luta pela existência, o trabalho é, e permanecerá, como uma necessidade imperativa para os homens, da qual sua existência possui uma inextricável dependência. Como produto de sua autoatividade, é “a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social” (LESSA, 2002, p. 27). Não se trata de uma mera opção trabalhar, muito pelo contrário, é uma cogente necessidade. Seguindo este pressuposto, já em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels assinalam que:

[...] todos os homens devem estar em condições de viver para poder fazer história. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato esse é um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida. (MARX; ENGELS, 2006, p. 53).

Analisando a citação acima, vemos que os dois pensadores referem que é “preciso comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais” (Ibidem). Tais necessidades, ainda que com alguns traços que ligam o homem ao seu biológico, são necessidades que no ser humano têm uma dimensão também social; mesmo comer e beber já não são atos puramente biológicos.⁶ Produzindo objetos para a sobrevivência humana e a reprodução social, identificam no ato do trabalho a protoforma do ser social, aspecto que será

⁶ Mesmo uma necessidade primária como a fome tem na sua satisfação determinações sociais: “A fome é fome, mas se é satisfeita com a carne preparada e cozida e se é ingerida com a ajuda de garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando a carne crua, destrocada com as mãos, as unhas e os dentes. Não se trata somente do objeto de consumo, mas também do modo de consumo, criado pela produção, tanto em sua forma objetiva como subjetiva” (MARX, apud BARROCO, 2007, p. 27).

aprofundado por Lukács (1981) em sua Ontologia. Sem a conversão da natureza, nem sequer é possível haver a sociedade.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma *condição de existência do homem*, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MARX, 1988, p. 50, grifo nosso).

O sentido universal do trabalho refere-se ao fato de ser produtor de valores de uso, por isso absolutamente imprescindível ao ser humano em qualquer tipo de formação social; todavia, este aspecto não significa que a totalidade da reprodução social seja resumida ao trabalho. Seguindo a tradição de Marx e Lukács, a existência social é bem mais que o trabalho, e por ser uma categoria social, “apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade” (LESSA, 2002, p. 27).

Sem o trabalho, os valores não poderiam existir. Todavia, apenas pelo trabalho, os valores também não poderiam vir a ser. Complexos sociais como a estética, a moral, o direito e a ética – para ficar apenas com alguns exemplos – requerem, com absoluta necessidade, tanto no momento de fundação dado pelo trabalho como no momento de sua concreção particularizadora pela totalidade das mediações que operam no ser social a cada momento histórico, em suma, pela complexa processualidade da reprodução social. Os valores são portadores de determinações sociais que estão para muito além do trabalho; todavia, tal como todas essas determinações e todas as categorias sociais, também os valores apenas poderiam existir tendo por fundamento ontológico último o trabalho. (Ibidem, p. 159).

O trabalho é o portador da gênese do ser social, contudo, a reprodução social não se resume simplesmente ao trabalho; não basta produzir os meios de subsistência e produção. Isto significa que somente a produção da riqueza, através do intercâmbio orgânico com a natureza e a expropriação desta riqueza por uma classe hegemônica, não é suficiente para explicar a totalidade da sociedade e o movimento da luta de classes. Em outras palavras, na totalidade do complexo social de exploração entre as classes, a classe exploradora necessita de diversos complexos intermediários que auxiliem no funcionamento e manutenção do sistema (LESSA, 2007; 2002), sejam estes diretamente repressores, como o Estado e o Direito, sejam outros, que exercem funções aparentemente neutras, como a

ciência. A título de exemplo próximo, imaginemos o quanto a Educação e a Assistência Social são absolutamente indispensáveis para a reprodução social da sociedade capitalista em que vivemos, como todos esses complexos encontram-se fundamentalmente estruturados para auxiliar na conservação das bases de exploração entre as classes e de sua reprodução.

Retomando a questão do trabalho. Sobre a primazia de analisar o trabalho como este se apresenta na sociedade burguesa, é o próprio Marx quem indica, no prefácio da primeira edição, que sua proposta fundamental é estudar o modo de produção capitalista (MARX, 1988), portanto, a ênfase do autor ao escrever “O Capital” está em compreender as características do trabalho nesta formação social. Contudo, a apreciação da questão da totalidade é uma característica metodológica que está presente em toda a análise de Marx; é exatamente por esta razão que, mesmo tendo por objetivo principal analisar a sociedade regida pelo capital, não se restringe a examinar exclusivamente o trabalho abstrato, analisando também o trabalho na sua dimensão geral.

Sobre as determinações desse trabalho simples, identificáveis em todas as sociedades, tal descrição está firmemente apresentada no capítulo V do volume I. Nesta parte, Marx fornece os aspectos gerais do trabalho, abstraindo⁷ as formas particulares existentes em cada sociedade, ou seja, apresenta o trabalho na sua dimensão universal. Descreve nosso pensador:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media [sic], regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, p. 142).

Nessas poucas linhas, Marx descreve uma quantidade de informações de enorme densidade. A explicitação de todas as questões abordadas necessitaria de um tratamento

⁷ Tal situação decorre do fato que o trabalho nesta dimensão é rigorosamente uma abstração, visto que não há trabalho que não seja o reflexo da sociedade do qual ele é originário. Essa análise abstrata torna-se necessária apenas para compreensão do objeto, e por esse motivo é que pode estar desconectado de suas características históricas específicas. Nesse sentido, “toda relação de qualquer indivíduo com a natureza é, sempre e imediatamente, a interação de uma dada sociedade com a natureza, já que não existe indivíduo sem sociedade” (LESSA, 2005, p. 55).

amplo, o que escaparia aos objetivos primordiais de nossa pesquisa. Dessa forma, nos fixaremos naquilo que, em nosso entendimento, mais diretamente contribui para as reflexões sobre o debate da centralidade do trabalho na perspectiva que assumimos. Longe de tentar esgotar todos esses aspectos neste estudo, tentaremos expor aquilo que nos parece mais decisivo para esse debate.

O primeiro aspecto descrito na citação anterior é que o processo de trabalho necessita do intercâmbio entre o homem e a natureza; a existência dos dois na relação é imprescindível. Neste intercâmbio, o sujeito não somente converte a matéria, como controla esta ação. Sobre a relação entre sujeito e objeto, Marx define que “é um processo entre o homem e a natureza” (Ibidem), conforme esta ordem textual que ele propõe, não entre a natureza e o homem. Em outras palavras, não é tão somente uma relação entre os dois, em que a ordem de comando entre o objeto e o indivíduo não faz diferença se parte de um ou de outro. É uma relação necessariamente ordenada pelo ser humano. Por essa razão é que Marx complementa o final da primeira frase afirmando que é o homem quem, “por sua própria ação, media [sic], regula e controla seu metabolismo com a natureza”. O papel ativo é realizado pelo sujeito sobre o objeto. A simples questão da ordem em que Marx coloca cada palavra numa frase, parece ser uma coisa sem grande importância, mas não é; a perfeita articulação e precisão de sua argumentação se mostram nesses detalhes aparentemente insignificantes.

Para o debate da centralidade do trabalho, principalmente para refutar as teses que defendem a superação do trabalho pelo uso das máquinas, esta questão tem uma relevância nada desprezível. Por exigir a presença do humano desempenhando papel ativo na relação, o processo de trabalho não pode ser comandado por uma máquina⁸ (trabalho morto), por um robô, por exemplo, por mais desenvolvido e sofisticado que este seja. A natureza objetivada como meio de trabalho, apesar de ser um objeto social, não tem a capacidade teleológica, não recebeu atributos do sujeito dessa ordem. A natureza foi modificada pelo homem, mas este não se transformou nela.

⁸ No capítulo da maquinaria e grande indústria, Marx define que, assim “como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto para cuja feitura ela serve [...] a maquinaria entra sempre por inteiro no processo de trabalho e sempre *apenas em parte no processo de valorização* (MARX, 1996, p. 21, grifo nosso). Nenhum objeto do capital constante, ferramentas, máquinas, prédios, etc., cria valor; a maquinaria ou qualquer outra invenção tecnológica moderna participam apenas do processo de valorização, visto que possibilitam a elevação da produtividade e a diminuição do tempo necessário de trabalho. Pertinente a observação de Teixeira: “[...] a natureza não produz máquinas, aviões, carros, prédios etc. Todas essas transformações possibilitadas pela ciência e tecnologia são produtos da indústria humana” (TEIXEIRA, 2008, p. 106-107). É o homem que através de sua vontade, da ação de seu cérebro e músculos objetiva a matéria.

A necessidade do homem no processo de trabalho fica ainda mais explícita quando Marx indica que o ser humano “põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade” (Ibidem). A frase não poderia ser mais precisa, contudo, complementa argumentando que ele usa seus “braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural” (Ibidem). Com sua cabeça planeja e controla; com suas mãos, braços e pernas, executa. De acordo com Marx, o homem usa partes de seu corpo, o sujeito tem de necessariamente colocar seus elementos corporais contra a matéria da natureza, “ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural” (Ibidem). Tal situação decorre do fato que o pensar não converte a natureza; pela essência da matéria, a sua transformação depende da ação de outra matéria para convertê-la. Reafirmando a questão da presença humana, não é qualquer matéria que deve confrontar-se com a natureza, mas aquela pertencente ou comandada pelo ser humano.⁹

Como categoria produtora de valores de uso, não é possível conceber o trabalho exceto nesta relação, entre o ser humano e a natureza (Ibidem). Diante dos argumentos apresentados, se o processo de trabalho está baseado nesse intercâmbio, se necessita da transformação da matéria, a prévia-ideação e as atividades meramente intelectuais não podem ser consideradas como produtoras da riqueza material. Para que a atividade receba a chancela de trabalho, a objetivação da matéria é indispensável (LUKÁCS, 1981; LESSA, 2002; 2007). Sumariamente: o trabalho necessita do homem e da natureza; o indivíduo estabelece uma relação de comando sobre esta. Por este entendimento, não há trabalho entre natureza e outra matéria que não seja aquela pertencente ou comandada pelo ser humano. É com base na constatação de Marx da necessidade que esse intercâmbio ocorra entre o homem e a natureza, que Lukács destaca:

O que distingue o trabalho neste sentido das formas mais evoluídas da práxis social. Neste sentido originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre a atividade humana e natureza: seus atos tendem a transformar alguns objetos naturais em valores de uso. Junto a isto, nas formas ulteriores e mais evoluídas da práxis social, se destaca mais acentuadamente a ação sobre outros homens. (1981, p. 41).

⁹ Entre o homem que conduz o processo de trabalho e o objeto a ser manipulado pode existir o meio de trabalho, que é natureza já transformada; apesar de este meio agir contra a matéria, seu comando tem de ser necessariamente humano. Lembremos também que esse determinado meio é um objeto social capaz de revelar as relações sociais das quais é partícipe. Por enquanto, Marx está analisando o trabalho na sua dimensão geral, “abstraindo as determinações particulares” a cada sociedade. É por isso que nessa dimensão abordada, ele tem de defrontar-se diretamente com a matéria usando sua corporalidade, sem a utilização de qualquer outro meio.

Não é trabalho a relação existente entre as subjetividades¹⁰ dos indivíduos. Seguindo essa perspectiva, o trabalho é realizado por aqueles indivíduos da sociedade que participam do processo social de conversão da natureza em meios de subsistência e de produção. Mais adiante, no capítulo XIV de “O Capital”, Marx realiza uma análise deste trabalhador no capitalismo.

Ainda nos argumentos apresentados: “Ao atuar por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1988, p. 142). Com esta afirmação, aborda simultaneamente diferentes aspectos. O primeiro é que o ato do trabalho remete para além de si mesmo;¹¹ por ser portador da protoforma do ser social é que o trabalho possibilita que novas necessidades sejam construídas e articuladas (LUKÁCS, 1981). Em segundo, o próprio sujeito não transforma apenas a natureza externa a ele, mas também é transformado, ou seja, ele, além de modificar a natureza, de possibilitar a criação de outras necessidades e de novos complexos sociais pelo seu processo de exteriorização, também muda o próprio sujeito. Entretanto, cabe assinalar que não há uma identidade entre sujeito e objeto; a natureza não se converte no ser humano ou o inverso. Ao descrever que ele modifica a “natureza externa”, Marx rejeita de forma definitiva qualquer possibilidade de identidade entre sujeito e objeto, sugerida por Hegel. Até aqui, Marx não está se referindo diretamente ao trabalho abstrato, característico do capitalismo de que trataremos a seguir. Está mencionando os aspectos do trabalho na sua dimensão geral, que possui um caráter comum a todas as formações sociais.

Enquanto o trabalho não pode ser superado, o trabalho abstrato, sim (ANTUNES, 2005). Esta constatação estabelece uma distinção ontológica entre a essência do trabalho e a do trabalho abstrato (LESSA, 2007). Marx reafirma no capítulo V, e esta insistência dele não pode por nós ser desconsiderada, o trabalho enquanto categoria conversora da natureza como sendo possuidora de caráter universal por produzir valores de uso, reafirmando o que já tinha exposto no capítulo da mercadoria, e também assinalado com Engels em A Ideologia Alemã, e o resume como uma:

¹⁰ Em decorrência disso, se tomarmos Marx como referencial, é possível assegurar que a ação da subjetividade humana sobre outras subjetividades também não pode ser definida como trabalho. É o caso do Serviço Social.

¹¹ Tal característica será detalhada com enorme lucidez por Lukács (1981) em sua Ontologia do Ser Social. Por permitir que remeta para além de si mesmo, o trabalho produz um novo ser social; este, por sua vez, cria novas possibilidades; forma-se então o que o autor húngaro chama de “complexo de complexos” (Ibidem).

[...] atividade orientada a um fim de produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, *condição natural e eterna da vida humana* e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente *comum a todas as suas formas sociais*. (MARX, 1988, p. 146, grifo nosso).

Nesta dimensão, o trabalho produz necessidades humanas.¹² É na produção de valores de uso que é demonstrável o caráter de universalidade do trabalho. Nas palavras de Lukács:

Os valores de uso, os bens representam uma forma de objetividade social que se distingue das outras categorias econômicas somente porque, sendo a objetivação do intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza e constituindo um dado característico de todas as formações sociais, de todos os sistemas econômicos, não está sujeita – considerada na sua universalidade – a nenhuma mudança histórica. (1981, p. 71).

Pouco importa se os valores de uso terão por finalidade a própria sobrevivência do homem, o conforto, ou se correspondem a uma fantasia (MARX, 1988). É também por socialmente terem alguma utilidade que possuirão a capacidade de se transformar em valores de troca para o capitalista. Para sermos mais precisos, no capitalismo, os valores de uso apenas serão produzidos quando coincidirem em também ser um valor de troca, ou, como mencionado por Mészáros, o valor de uso só terá o “direito à existência se estiver em conformidade com os imperativos apriorísticos do *valor de troca*” (2007, p. 41, grifo na obra). O que é importante de ser compreendido é que, apesar de os valores de uso se apresentarem sob a forma de mercadoria, a sua essência não é alterada, ou seja, a mercadoria não altera a função original do objeto que é resultado do trabalho. O exemplo é dado pelo próprio Marx: “Tão pouco quanto o sabor do trigo revela quem o plantou, podem-se reconhecer nesse processo as condições em que ele decorre, se sob o brutal açoite do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista” (MARX, 1988, p. 146). Poucas linhas depois prossegue, advertindo que “a natureza geral do processo do trabalho não se altera, naturalmente, por executá-lo o trabalhador para o capitalista, em vez de para

¹² Quanto à identificação dessas necessidades, tanto podem ser meios de produção ou de subsistência, bem como pouco importa a origem dessas: “se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção” (MARX, 1988, p. 45).

si mesmo” (Ibidem, p. 147). Mesmo na sociedade capitalista, onde tudo quanto é possível é transformado em mercadoria, a essência dos valores de uso não é modificada.

Com o desenvolvimento das forças produtivas e as transformações processadas historicamente nos meios e nas relações de produção, o trabalho, enquanto categoria conversora da natureza e produtora da riqueza, não perdeu sua função (LESSA, 2007). O intercâmbio com a natureza efetuado pelo ser humano e a produção de valores de uso, como uma necessidade eterna para a reprodução do ser social, continua a existir, ainda que sob a regência dos interesses particulares burgueses e realizada sob as determinações das relações mercantis capitalista. A produção de objetos que respondem às demandas do mundo dos homens permanece, entretanto, para o capitalismo. Essas determinações são insuficientes; disto surge o trabalho abstrato e os valores de troca.

1.2.1 O trabalho e o meio de trabalho

Além de ser universal, Marx (1988) indica que, antes de qualquer coisa, o trabalho é um ato apenas humano, porque a capacidade teleológica é somente pertencente ao homem. Ser exclusivamente um ato humano não significa que seja uma relação entre os indivíduos, mas sim entre o ser humano e a natureza; esta última é imprescindível na relação. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam essa dependência do homem. Como necessita converter a natureza, “desde o início manifesta-se, pois, uma dependência material dos homens [...] que é tão antiga como eles próprios [...]” (MARX; ENGELS, 2006, p. 56). Em seguida, complementam: “Desde o começo pesa sobre ‘o espírito’ a maldição de estar contaminado pela matéria” (Ibidem, p. 56). Se o humano é indispensável para a conversão da matéria, não menos verdade é que, para existir esta conversão, a natureza também é necessária. Nas palavras de Marx: “Nesse trabalho de formação ele é constantemente amparado por forças naturais. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Dela o trabalho é o pai, como diz William Petty, e a terra a mãe” (MARX, 1988, p. 50–51).

Nesta relação entre indivíduo e natureza, Marx considera “o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem” (Ibidem, p. 142). Para deixar claro esta característica, faz questão de diferenciar o ato de trabalho do ser humano, teleologicamente

orientado, da atividade dos animais; para tanto, expõe o conhecido exemplo da abelha e do arquiteto:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar a sua vontade. (Ibidem, p. 142-143).

No processo de trabalho, o sujeito tem a prévia ideação do objeto antes de sua conversão em valor de uso. Isto exige que ele possua a capacidade teleológica, concebendo antecipadamente qual objeto pretende produzir, bem como imaginar quais as consequências da exteriorização desse objeto (LESSA, 2002), ainda que não consiga prever com absoluta precisão todas elas. Assim como o trabalho não pode ser produto de outros seres biológicos que não seja o ser humano, a mesma regra tem uma validade ainda mais rigorosa para os objetos criados pelo homem, mesmo para qualquer moderna máquina, para qualquer equipamento eletrônico ou informacional. Esta situação ocorre porque o meio de trabalho não atua espontaneamente para converter a natureza; ele é utilizado pelo sujeito, é um elemento que lhe serve como um “condutor” de suas forças sobre a matéria a ser trabalhada, sendo o indivíduo quem obrigatoriamente comanda a ação. Marx esclarece que:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme seu objeto. (MARX, 1988, p. 143).

A definição é que o meio de trabalho é algo que está entre o trabalhador e o objeto a ser transformado, entre o sujeito e a natureza ou a matéria-prima. Marx defende que esse meio pode ser uma “coisa”, como um objeto simples já trabalhado, a exemplo de um martelo ou um machado, que funcionam quase como uma extensão de sua corporalidade (ROMERO, 2005); ou ser um “complexo de coisas”. Esta última definição de meio de trabalho se refere ao conjunto de máquinas na grande indústria do século XIX, que utiliza

um complexo de equipamentos¹³ composto pela máquina-motriz, pelos mecanismos de transmissão e pelas máquinas-ferramentas (MARX, 1996).

Outro aspecto significativo sobre o meio de trabalho é que este também já é resultado de um trabalho anterior. A afirmação é de que o trabalhador usa as “propriedades mecânicas, físicas e químicas” (Idem, 1988, p. 143) desse meio, portanto, utiliza predicados de algo que é matéria, é natureza que já foi objetivada. A origem do meio de trabalho é semelhante à do objeto a ser transformado: “do mesmo modo como a terra é sua despensa original, é ela seu arsenal original de meios de trabalho” (Ibidem). Como o meio de trabalho é necessariamente uma matéria que já foi convertida anteriormente, quando um equipamento é instalado na produção eliminando boa parte de força de trabalho necessária, este mesmo equipamento é fruto de um trabalho anterior, que por muitas vezes utilizou intensamente a força de trabalho.

Sendo o meio de trabalho um objeto já trabalhado, este também possui um conteúdo social; foi projetado e produzido para atender a determinadas necessidades. Pertencendo ao conjunto de objetos materiais do mundo dos homens, não há uma neutralidade na sua concepção, nem uma assepsia de interesses no seu uso. Apesar de este conteúdo social existir, a matéria-prima e o meio de trabalho permanecem apenas como matéria, porque não existe teleologia nessa esfera do ser (LUCKÁCS, 1981; LESSA, 2007c). Seguindo esta perspectiva, ainda que impregnados de um conteúdo social, os meios de trabalho possuem uma limitação ontológica que os impede de serem os reais produtores, por mais desenvolvidos que esses sejam: desde o simples e rudimentar machado até o mais complexo e moderno computador. Para que o meio de produção entre em contato com a outra matéria a ser modificada, é necessário o papel ativo do homem (MARX, 1988); sem o comando do sujeito sobre este meio, a matéria não irá sozinha ao encontro da natureza para convertê-la.

Assim como o capital, os meios de produção são potências mortas por si só, que apenas criam valor se o trabalho vivo interagir ativamente com esse meio (Ibidem). Marx avalia tal questão no capítulo da jornada de trabalho por duas vezes, primeiro analisando o

¹³ Cf. “O Capital”, capítulo XIII, Maquinaria e grande indústria (MARX, 1996, p. 8, 9, 10 e 11). Nestas páginas Marx efetua um detalhamento do complexo de máquinas utilizado naquele período histórico da produção capitalista. Abstraindo os detalhes técnicos específicos dos exemplos e apreendendo os conceitos básicos, é plenamente possível utilizarmos esses últimos para entender a relação entre o operário e o moderno aparato tecnológico da produção no século XXI. Em nossa interpretação, esta conceituação do meio de trabalho como um “complexo de coisas”, devidamente mediada, pode ser perfeitamente utilizada para identificar qualquer “parafernália” tecnológica e robótica baseada na microeletrônica da atual produção capitalista.

próprio capital, o qual o considera “trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa” (Ibidem, p. 180). Algumas páginas depois, associa essa questão diretamente aos meios de produção:

O capital constante, os meios de produção, só existem, considerados do ponto de vista do processo de valorização, para absorver trabalho e com cada gota de trabalho um *quantum* proporcional de mais trabalho. Na medida em que não fazem isso, constitui sua mera existência prejuízo negativo para o capitalista. (Ibidem, p. 196-197).

O capital imobilizado, apenas investido nos meios de produção, não terá utilidade alguma se junto a estes não estiver o trabalhador para utilizá-lo; de nada servirão aos donos dos meios de produção prédios e máquinas se não houver o trabalhador para produzir. Sendo dependente do humano no processo de produção e criação de valor, o capitalista compra a força de trabalho e a incorpora ao processo de produção como um fermento vivo adicionado aos elementos mortos que o capitalista também possui (Ibidem). Como esses elementos mortos não são produtores, nem se autorreproduzem, aos detentores dos meios de produção resta a alternativa de comprar força de trabalho para que esta atue sobre as máquinas e transforme a natureza em meios de subsistência e de produção.

A presença humana no processo de produção é de tal forma imperiosa, que Marx faz questão de destacar a necessidade de o ser humano agir sobre a natureza utilizando sua corporalidade, afirmando que a operação de qualquer máquina deve levar em consideração o limite humano de seus membros corporais:

O número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos. Na Alemanha, tentou-se inicialmente fazer com que um fiandeiro movimentasse duas rodas de fiar, fazê-lo, portanto, trabalhar simultaneamente com as duas mãos e os dois pés. Isso era estafante demais. Depois, inventou-se uma roda de fiar com pedal e dois fusos, mas os virtuosos da fiação que conseguiam fiar dois fios ao mesmo tempo eram quase tão raros quanto homens com duas cabeças. (Idem, 1996, p. 9–10).

Deixando claro essa situação, exemplifica a importância da mão humana no processo de trabalho: “assim como o homem precisa de um pulmão para respirar, ele precisa de uma ‘criação da mão humana’ para consumir produtivamente as forças da

natureza” (Ibidem, p. 21). No entendimento do nosso autor, para que a vida seja possível, é preciso ao homem ter um órgão pertencente ao seu corpo que lhe possibilite respirar, o pulmão; na mesma escala de importância para a reprodução social, para que possa se apropriar da natureza e convertê-la em objetos úteis para si, é preciso outro órgão pertencente a sua corporalidade: sua mão.

Sem a possibilidade de suprimir o trabalhador, o capital utiliza o maquinário como um instrumento de elevação de extração de sobretrabalho, conseguindo obter esse objetivo tanto porque a máquina libera força de trabalho necessária, como também, porque em razão de suas características, a máquina prolonga a jornada (Idem, 1988).

No capítulo da maquinaria e grande indústria, Marx comenta com ironia que “Antípatros, um poeta grego da época de Cícero, saudava a invenção do moinho hidráulico de moer cereal, essa forma elementar de toda maquinaria produtiva, como libertadora das escravas e criadora da Idade do Ouro” (Ibidem, p. 41). Considerando que o desenvolvimento dos meios de produção eleva a capacidade produtiva, seria possível imaginar que o desenvolvimento tecnológico também trouxesse ao ser humano dias menos estafantes e maior possibilidade de acesso à riqueza pelo aumento da produção.

Ocorre que nas sociedades divididas entre classes, onde uma determinada classe produz e outra controla a produção e se apropria da riqueza, existe uma antinomia entre o que é de interesse da classe hegemônica e o de interesse geral. Tal situação é válida desde aquela sociedade escravista do poeta Antípatros, até a capitalista de hoje. É por esse pressuposto que o maquinário e o desenvolvimento tecnológico estão voltados para atender prioritariamente aos interesses da classe detentora dos meios de produção e não para o conjunto da sociedade. Mediante essa sujeição, em nossa atual sociedade, o desenvolvimento tecnológico se torna o avanço das técnicas de produção capitalista, portanto, o desenvolvimento científico e técnico de extração de mais-valia e exploração humana.

Como a classe que é hegemônica impõe suas determinações particulares sobre todo o corpo social, o avanço tecnológico também está profundamente submetido a estes interesses (MÉSAZÁROS, 2004). No capitalismo, o objetivo principal é a extração da mais-valia e, por conseguinte, a constante acumulação de capital. Isto é o que importa na lógica capitalista; a ciência e o desenvolvimento tecnológico atuam de forma reflexiva a esta determinação (Ibidem), contribuindo tecnicamente para que o trabalhador tenha suas forças sugadas com maior intensidade e que o valor seja transferido para aquele que

adquiriu sua força de trabalho. A utilização pelo capital da máquina para elevação da produção propicia “motivos para o prolongamento desmedido da jornada de trabalho e revoluciona o próprio modo de trabalho” (MARX, 1996, p. 40). Poucas linhas depois complementa: “Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (Ibidem, p. 41). Enquanto a lógica que orienta as relações sociais estiver subordinada à exploração do homem por seus semelhantes, o desenvolvimento tecnológico não pode ser considerado um aliado do trabalhador; tal aperfeiçoamento apenas serve para reforçar o antagonismo entre as classes.

1.3 Trabalho abstrato e valores de troca

A constatação de que na sociedade capitalista praticamente tudo aparece na forma de uma mercadoria está logo na primeira frase de O capital: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1988, p. 45). Assim, a mercantilização de tudo quanto é possível é a primeira prerrogativa que Marx destaca ao tratar do modo de produção capitalista e da sociedade que corresponde ao seu reflexo. É também como uma mercadoria que o trabalho se apresenta no capitalismo.

Marx indica na citação anterior que a riqueza é uma “imensa coleção de mercadorias” (Ibidem) na sociedade em que “domina o modo de produção capitalista” (Ibidem). Como nem toda sociedade é uma coleção de mercadorias, pois o capital não dominou integralmente todas as formações sociais existentes, esta é uma característica da sociedade burguesa. Toda sociedade produz valores de uso (MARX; ENGELS, 2006), entretanto, a produção da sociedade capitalista não se restringe a essa determinação; os valores de uso são produzidos “somente por que e na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca” (MARX, 1988, p.148). A determinação do burguês de produzir um valor de troca se sobrepõe ao que o objeto representa originariamente para o indivíduo e para a sociedade.

O produto — a propriedade do capitalista — é um valor de uso, fio, botas etc. Mas, embora as botas, por exemplo, constituam de certo modo a base do progresso social e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica as botas por causa delas mesmas. O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même*. (Ibidem, p. 148).

Marx sugere, com um requinte de motejo ao final da citação, que o capitalista não produz o valor de uso pelo amor que sente pela coisa em si, nem pelo que ela representa em termos de utilidade, mas pela possibilidade de obtenção de lucro. Para a lógica capitalista, não é estritamente a produção de valores de uso o que interessa, mas os lucros que essa produção pode propiciar. No modelo de sociedade mercantil capitalista, o valor de uso por si só não é suficiente para a reprodução do capital (Ibidem), por isso a necessidade de, além de produzir valores de uso, existir um processo de justaposição dos valores de troca sobre os de uso.

Apesar de ser correta a afirmação de que a produção da mercadoria é anterior à sociedade burguesa e que os valores de troca não são uma exclusividade do capitalismo, a mercadoria existiu apenas em algumas sociedades, não em todas as formações sociais. Nas sociedades onde a mercadoria esteve presente, diferentemente do capitalismo, os valores de troca não exerceram o papel de eixo regulador das relações sociais (LESSA, 2002). Mesmo a mercadoria força de trabalho existiu em sociedades pré-capitalistas, entretanto, o que difere é que, sob o comando da burguesia, a produção de valor de troca passa a ser o objetivo fundamental, enquanto anteriormente existiu em alguns complexos sociais, sem ser a determinação principal da sociedade. Neste sentido:

[...] diferente do que ocorria antes, as mediações extra-econômicas não mais exercem nenhum efeito na taxa de exploração nem na determinação do valor de troca (sem que isso signifique descolar a economia do restante da sociedade). E isso é possível, fundamentalmente, porque apenas sob o capital a força de trabalho pode ser plenamente convertida em mercadoria pela universalização do trabalho assalariado (em Roma, por exemplo, o trabalho assalariado se limitava ao exército etc.). Ainda que a mercadoria (e, portanto, o valor de troca) seja anterior ao capital, sua função social nas sociedades pré-capitalistas é ontologicamente distinta de sua função no mundo em que vivemos. (Ibidem, p. 32).

Toda formação social necessita produzir suas condições materiais de existência, transformando a natureza em valores de uso. Na sociedade capitalista, a mercadoria é a forma como esses valores são produzidos, para ter acesso a esses objetos é necessário

pagar por eles. Contudo, o que é produzido pelo trabalho e trabalho abstrato¹⁴ são coisas que em suas essências são bastante distintas. Enquanto o primeiro visa transformar a natureza para fornecer os objetos necessários à reprodução da sociedade, valores de uso, o segundo significa essencialmente participar do processo de formação de valores de troca como trabalhador produtivo e improdutivo de mais-valia.

Para realizar esse intento da lógica capitalista, a reprodução do capital requer a existência do trabalhador produtivo e improdutivo de mais-valia, visto que, para a consumação da mais-valia e para a organização da reprodução social, os dois tipos de trabalhadores são absolutamente imprescindíveis (Idem, 2007). O fato de o intercâmbio da natureza ser predominantemente realizado no capitalismo por intermédio do trabalho abstrato (Ibidem, 2002) não elimina o trabalho enquanto eterna necessidade do mundo dos homens. A permanência da produção de valores de uso na formação social burguesa, ainda que sob a regência dos valores de troca, apenas reafirma o caráter universal do trabalho, como Marx aludiu insistentemente.

O trabalho abstrato é mais uma peça da imensa coleção de mercadorias da sociedade burguesa (MARX, 1988). É um artigo de qualidade ímpar que o burguês compra para produzir a sua riqueza. Analisando superficialmente a relação que existe na sociedade capitalista, onde praticamente todo trabalho produtor de valores e uso é também trabalho abstrato, pode-se equivocadamente imaginar que exista uma identidade entre a essência dos dois (LESSA, 2007, 2008). A situação se torna mais complexa e confusa ao se observar que a relação de compra da força de trabalho sugere a existência de uma homogeneidade da classe trabalhadora. A relação que existe entre os trabalhadores que efetuam a transformação da natureza e os demais trabalhadores ocorre pela mesma regência do pagamento de um valor em troca da venda de força de trabalho. Com essa constatação imediata, parece que todos os trabalhadores cumprem a mesma função. Mistura-se então trabalho e trabalho abstrato, contudo, na análise da teoria marxiana não é bem assim (LESSA, 2007; ORGANISTA, 2006).

É inquestionável que nos dias atuais a produção da riqueza material é fundamentalmente realizada por trabalhadores assalariados (LESSA, 2002; 2007), ou seja,

¹⁴ De acordo com Lessa: “A finalidade imediata do trabalho abstrato é a produção da mais-valia antes que a produção dos valores de uso necessários à vida humana. Esta submissão das necessidades humanas às necessidades da reprodução do capital é, todavia, apenas a expressão condensada das alienações típicas do capital, e não cancela o fato ontológico de que sem a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência sequer o capital poderia existir” (2007, p. 195).

que o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza é operacionalizado através do trabalho abstrato. Entretanto, isso não significa que haja uma identidade entre a essência do trabalho categoria fundante do mundo dos homens e a do trabalho alienado, apenas uma relação (ORGANISTA, 2006; LESSA, 2007, 2008).

O trabalho alienado¹⁵ está formatado a atender à necessidade capitalista de transformar a força de trabalho em uma mercadoria; esta então produz outras mercadorias. Tal característica é própria da sociedade burguesa, mesmo existindo a exploração do trabalho nas demais formações sociais divididas entre classes anteriores ao capitalismo:

O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos. [...] O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre, ao seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de outro. Ele próprio é uma mercadoria, mas a força de trabalho não é uma mercadoria sua. O servo só vende uma parte de sua força de trabalho. Não é ele quem recebe um salário do proprietário da terra: ao contrário, é o proprietário da terra quem recebe dele um tributo. (MARX, 2008, p. 37).

Esta relação em que, de um lado, o trabalhador se encontra como um vendedor e, do outro, o capitalista como um comprador, é uma ficção jurídica (Idem, 1996) produzida pelas regras burguesas que resulta na falsa aparência mercantil de uma relação honesta de compra e venda de força de trabalho, quando na verdade, este é um ardiloso golpe de assalto¹⁶ ao trabalhador.

Por ser tão somente uma mercadoria, o capital considera que o custo do trabalho corresponde ao valor necessário à reprodução da força de trabalho. “O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico” (Idem, 1988, p. 137). Seja qual o for o salário que o trabalhador receba, desde o mais alto até aqueles mais aviltantes, o salário expressa não as necessidades legitimamente humanas do trabalhador, mas as de reprodução desta mercadoria chamada força de trabalho (LESSA; TONET, 2008). Como o capital necessita de força de trabalho em condições físicas e com

¹⁵ Apenas para evitar muitas repetições do termo “trabalho abstrato”, optamos por também mencioná-lo como “trabalho alienado”. Entendemos os dois como sinônimos para o tema tratado.

¹⁶ Criativo e esclarecedor o exemplo de Teixeira sobre o “roubo” ao trabalhador no capitalismo: “Pense em alguém que rouba um relógio que custa 100 unidades monetárias e o vende ao seu antigo dono, sem que este se dê conta de que está comprando o mesmo relógio. Se o negócio é fechado pelo valor das mesmas 100 unidades monetárias, o ladrão e a vítima realizam, pois, uma troca de equivalentes. É mais ou menos assim que se passa entre capital e trabalho” (TEIXEIRA, 2008b, p. 18).

conhecimento necessário para operar os meios de produção disponíveis, são esses aspectos que são considerados no salário.

Se originariamente o trabalho significa para o ser humano a sua atividade essencial que o distingue das demais espécies, e se o objeto dessa atividade está subordinado à vontade de sua consciência, a lógica do “trabalho alienado inverte a relação, uma vez que o homem, enquanto um ser lúcido, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio de sua existência” (MARX, 2006, p. 116).

Ao transformar o trabalho em um artigo mercantil, este passa a ser medido e quantificado, recebendo do capitalista o mesmo tratamento lógico comercial que ele dá a qualquer outra mercadoria, ela tem que propiciar lucro para aquele que a adquire. O humano é reduzido, aviltado e igualado a um simples objeto (MÉSZÁROS, 2007). Estando o homem restringido e degradado à condição de mais um “custo” de produção, como força de trabalho indispensável, o trabalhador nada mais é para o capital senão uma mercadoria que se encontra sujeita a todas as desumanas determinações da coerção dos custos e dos imperativos econômicos (Ibidem).

Seguindo a lógica do trabalho alienado, para o trabalhador, “sua mercadoria não tem para ele nenhum valor de uso direto” (MARX, 1988, p. 80); ele não trabalha para si, sua força de trabalho apenas tem um valor se vendida: “ela tem valor de uso para os outros. Para ele, ela tem diretamente apenas valor de uso de ser portadora de valor de troca e, portanto, meio de troca” (Ibidem). Como nesta sociedade mercantil tudo tem um preço e um guardião a tomar conta das mercadorias, e o trabalhador nada mais dispõe para vender a não ser sua força de trabalho, nada mais lhe resta para poder sobreviver a não ser se transformar num escravo assalariado.¹⁷ A punitiva opção que lhe é imposta como um castigo e não como um ato de libertação, não como uma escolha livre, é alienar suas potências físicas e espirituais para aquele que o oprime. É “prostituir” o que de mais humano existe em seu ser, é vender parte fundamental de sua liberdade.

¹⁷ A analogia entre o trabalhador assalariado da sociedade capitalista e o escravo é do próprio Marx: “O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio juris* do contrato” (MARX, 1996, p. 206). Mézáros também comenta que a “relação do capital como um comprador e do trabalho como vendedor de trabalho é uma forma de mediação que é imanente a esse modo de produção; mas é uma forma que apenas se distingue em um sentido formal das outras, mais diretas, formas de escravização do trabalho e de *propriedade no trabalho* por parte do proprietário das condições de trabalho. [...] A constante renovação dessa relação de *compra e venda* apenas faz a mediação da permanência da relação específica de dependência, dando a ela a *aparência* enganadora de uma transação, de um contrato entre *proprietários de mercadoria* que possuem direitos iguais e se confrontam de modo igualmente livre” (2002, p.709, grifo na obra).

Tonet é quem nos oferece uma brilhante reflexão sobre o que significa a venda da sua força de trabalho pelo ser humano:

A força de trabalho nada mais é do que as energias físicas e espirituais dos homens, a sua vida, a sua humanidade, o seu próprio ser. Ao alienar estas suas energias e ao permitir (sem outra opção a não ser a morte) que sejam apropriadas privadamente e que, como trabalho acumulado (capital), se transformem numa força estranha, poderosa e hostil ao seu próprio desenvolvimento, o trabalhador – nesta sua relação com o capitalista – está dando origem a um sistema que rouba ao homem o que ele tem de mais precioso, a sua liberdade e, com ela, a possibilidade de realizar-se de muitas maneiras, de criar objetos adequados à satisfação das suas necessidades, de ter acesso aos produtos necessários a sua existência, de estabelecer relações sociais fraternas; enfim, de construir um mundo no qual o valor mais importante, não apenas no plano do discurso, mas no plano da efetividade real, seja a sua plena realização. (TONET, 2004, p. 61).

O sentido de realização que o trabalho tem para o homem, quando este produz objetos úteis para si e seus semelhantes, é rejeitado pelo capital; ou seja, aquilo que existe de mais humano no processo de trabalho é exatamente o que é negado pelo capital (LESSA, 2002). Para o interesse da produção capitalista, “o homem não passa de simples trabalhador e, como trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital, que é para ele estranho” (MARX, 2006, p. 123). Ou, como dito por Mészáros, “o trabalhador é uma mercadoria porque é reproduzido apenas como *trabalhador*, e é de acordo com as necessidades da propriedade privada” (2006b, p. 134, grifo na obra). Como o trabalhador não trabalha para si,¹⁸ a função original do trabalho, que é libertar o homem dos limites naturais, torna-se sem efeito, porque o trabalho alienado apenas altera a origem da dependência do ser humano, que passa a se dar em relação aos mesquinhos desejos do capital, que para o trabalhador são rigorosamente estranhos. Encurta as correntes que o prendem ao natural, mas o coloca encarcerado na jaula de ferro do capital (TONET, 2004) e algemado à vontade e ao ritmo da máquina.

Como o trabalhador não trabalha de forma reflexiva para as suas necessidades, mas em razão da vontade daquele que adquiriu sua força de trabalho e que o coage a produzir

¹⁸ O sentido de ser para si não é que ele produz apenas para o consumo próprio, mas denota que ele produz para contemplar interesses seus, por exemplo: o artesão enquanto produzia para um mercado restrito, local, do qual ele conhecia, realizava essa produção utilizando as ferramentas e quantidade de aprendizes e jornaleiros para atender à demanda que ele domina. No momento em que a grande burguesia passa a interferir nessa produção, ele é obrigado a organizar a produção em razão dos interesses desse capitalista, do qual ele se torna dependente.

por intermédio do salário, produz objetos externos a ele; o que produz para si é tão somente o seu salário. No exemplo de Marx:

O que o operário produz para si não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência. (MARX, 2008, p. 36).

Com seu suor, o trabalhador paga a si mesmo e ainda fornece um valor a mais ao capitalista que comprou sua força de trabalho; sustenta aquilo que é permitido para si em razão do salário que recebe e o luxo perdulário daquele que o escraviza sob a mediação do salário, fornecendo-lhe a mais-valia. É nesse sentido que o trabalhador passa uma parte do tempo trabalhando gratuitamente para o burguês. O escravo trabalhava para garantir sua sobrevivência sob as ordens brutais do açoitador do chicote, enquanto que a riqueza por ele produzida era entregue ao seu senhor. O trabalhador capitalista o faz da mesma forma, retira-se apenas o açoitador e utilizam-se as despóticas formas de gerenciamento modernas. Além do mais, nas duas situações, o produto final do trabalho não pertence àquele que de fato o produziu (Ibidem). É dessa forma que o trabalho alienado propicia num pólo a riqueza e a opulência do explorador, enquanto no outro, apenas um modo, normalmente o único, de mera sobrevivência do explorado.

Essa estrutura de reprodução social que considera o homem não como um ser humano, mas como um objeto indispensável da engrenagem produtiva de exploração do capital, é parte inextricável de sua lógica, impossível de ser eliminada, ou de artificialmente tornar-se mais humana. A enganadora ideologia burguesa do trabalhador participativo e “parceiro” do patrão têm por lastimável serventia apenas encobrir toda perversidade e desumanidade do trabalho alienado, sem objetivamente alterar em nada a essência da submissão do homem às necessidades do capital. As bases de acumulação capitalista estão estruturadas para a reprodução dessa perversa ordem, tal situação não pode ser alterada sem uma mudança radical nas relações sociais que acomodam essa estrutura reprodutora de contradições. Para escapar a essa determinação, a imperiosa alternativa é a completa superação do capital. Como dito por Mészáros:

[...] enquanto a eficiência do custo for o princípio dominante da atividade produtiva, é impossível considerar o trabalhador *como um homem* nas várias fases e etapas do ciclo de produção. [...] De maneira semelhante, é

fácil ver e relevância da superação da concorrência para o atendimento das exigências humanas de atividade auto-realizadora (em oposição ao ‘trabalho abstrato’ como negação da sociabilidade) e para eliminação dos apetites ‘imaginários’. (2006b, p. 138, grifo na obra).

Nessa estrutura de rejeição ao ser humano e acolhimento do lucro, não há espaço para acomodar o homem enquanto tal, porque a riqueza da burguesia depende de forma irremediável da exploração da força viva de trabalho, ou seja, o capital necessita desumanizar o homem para que este produza a riqueza burguesa.

A lógica do capital impõe que a busca do lucro seja a razão suprema a ser obedecida; ela não é somente uma determinação, ela é “o” objetivo fundamental e inabalável. O risco de não conseguir tal intento apavora qualquer capitalista, e para garantir essa finalidade quase tudo é permitido.¹⁹ Na desmedida e por vezes irracional busca pelo lucro, a exploração da força de trabalho é apenas uma das desumanidades que surgem dessa relação, certamente a mais grave, pois é o lastro onde se firmam muitas outras, mas está longe de ser a última. A ânsia burguesa pela busca do lucro articula um extenso complexo de contradições que o capital lança na sua reprodução (LESSA; TONET, 2008). Estas contradições se iniciam já com a própria existência do trabalho alienado e se estendem na busca de valorização do capital por praticamente todas as esferas da vida. Além da exploração mediada pela apropriação do sobretrabalho, inúmeras outras desumanidades se expandem, estando o interesse específico de uma classe sobreposto ao do ser humano.

Se, para os homens e as mulheres, a alienação de sua força de trabalho representa retirar parte fundamental de sua humanidade, para o capital significa adquirir a fonte ineliminável de sua riqueza, porque todas as demais mercadorias são rigorosamente dependentes da força de trabalho (ROMERO, 2005; TEIXEIRA, 2008). A singular característica compartilhada por todas as mercadorias é ser o resultado do trabalho humano.

¹⁹ “O capital abomina a ausência de lucro ou do lucro mínimo, tal como a natureza tem horror ao vácuo. Basta que o lucro seja conveniente para que o capital passe a ser corajoso: por 10% de benefícios, pode-se aplicá-lo em qualquer parte; por 20% ele se inflama; por 50% torna-se uma temeridade insana; por 100% pisa sob os seus pés todas as leis humanas; por 300% não existe crime que ele não ouse cometer, mesmo correndo o risco de força. Quando a desordem e a discórdia dão lucro, ele encoraja as duas: é o que mostram o contrabando e o tráfico negreiro” (MARX, apud GOUNET, 1999, p. 111). Utilizando as palavras de Lessa e Tonet: “Se para um burguês enriquecer, ou se tornar mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões - ele o fará, e a sociedade burguesa aceitará como ‘natural’. Insano o burguês que deixar de ganhar dinheiro para defender os interesses coletivos” (2008, p. 68).

O fato de o trabalho abstrato ser uma singularidade no percurso do mundo dos homens não denota ser uma realidade menos verdadeira que sua determinação geral; as duas dimensões são igualmente reais²⁰ (LESSA, 2002). De acordo com Lessa,²¹ o trabalho abstrato é “o processo social pelo qual o capital, em sua auto-valorização, desconsidera as diferenças ontológicas entre as diferentes práxis sociais, reduzindo-as, todas, àquilo que, para ele é essencial: as suas diferentes capacidades de produzir a mais-valia” (Idem, 2008, p. 20). Este objetivo não representa a satisfação das necessidades humanas, e sim a riqueza do burguês com a valorização do seu capital. O interesse particular de um grupo, de uma classe que numericamente é inclusive expressivamente menor que o restante dos indivíduos, é imposto à sociedade pelos meios ideológicos e coercitivos como sendo universal, criando uma nova qualidade na antinomia entre o geral e o particular. Dessa forma, “a moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre classes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 46).

A contradição que é inerente às sociedades de classes torna-se mais exasperada sob o comando do capital. Nas sociedades divididas entre uma classe produtora e outra parasitária, encontrando-se essa última controlando a primeira, a classe que trabalha é forçada a produzir para si e para seus opressores. O capitalismo não alterou em um átomo sequer a essência dessa questão, pelo contrário, intensificou-a em um plano mais profundo; ainda que cinicamente disfarçado pela mediação do salário, o homem é vendido, é comprado e usado como se fosse um objeto para gerar a riqueza de poucos. Além disso, a própria lógica da estrutura produtiva é intensamente modificada, como a capitulação dos valores de uso à necessidade irracional expansiva dos valores de troca (MÉSZÁROS, 2002), trazendo, com a reprodução dessa lógica, todas as terríveis e violentas consequências oriundas dessa estúpida sujeição para os seres humanos.

Nas sociedades pré-capitalistas, “no que concerne à relação entre produção material e seu controle, as formas de metabolismo social se caracterizavam por um alto grau de

²⁰ Isto tem por significado que numa singularidade, como é o caso do trabalho abstrato, não “encontraremos plenamente atuantes todas as relações que determinam a forma de ser das sociedades que conhecemos” (LESSA, 2002, p. 41). Isso ocorre não porque a singularidade negue a totalidade ou o inverso, tampouco por uma “diferença ontológica entre a totalidade e suas partes tenha por fundamento uma ser mais ou menos real que a outra, mas pelo fato de haver uma distinção ontológica entre as duas dimensões (igualmente existentes, repetimos) do real: a síntese operada na totalidade produz qualidades que não se fazem imediatamente presentes em cada uma de suas singularidades” (Ibidem, p. 41).

²¹ A esta altura de nossa exposição, é mais do que justo agradecermos e creditarmos aos textos do professor Sérgio Lessa, principalmente aos livros “Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo” e “Mundo dos homens - trabalho e ser social” parte relevante de nossa interpretação da teoria de Marx sobre o trabalho.

auto-suficiência” (MÉSZÁROS, 2002, p. 45). A partir da formação social sob o comando do capital, “a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado consumismo” (Ibidem, p. 45) convive com a absoluta ausência de atendimento a necessidades básicas do ser humano. Estando o objetivo fundamental do capital direcionado para gerar a mais-valia (MARX, 1996), o que determina o que deve ser produzido e seu montante é a possibilidade dos lucros.

A rigor, a exploração da maioria dos indivíduos por uma minoria é uma característica de todas as sociedades de classes; o capitalismo apenas aperfeiçoou esta exploração para uma dimensão de maior amplitude de domínio, impondo estruturalmente uma opressão que abrange praticamente todos os aspectos da vida humana, atingindo as esferas econômica, política, cultural e privada do indivíduo (MÉSZÁROS, 2008) implicando num profundo processo de alienação. Da mesma forma, é correto avaliar que o sobretrabalho, ou seja, o fato de produzir um tanto de valores de uso superior às necessidades de quem efetivamente trabalhou, de ter essa riqueza apropriada por outra classe, também não é uma invenção do capitalismo. O próprio Marx adverte que:

O capital não inventou o mais-trabalho. Onde quer que parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, tem de adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua autoconservação um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. (MARX, 1988, p. 181).

O que se torna mais agudo na contradição instaurada na produção realizada sob a égide do capital e representada pelo trabalho alienado é a imperiosa subordinação das necessidades humanas em favor da reprodução do valor de troca com o interesse da autorealização expansiva do capital (MÉSZÁROS, 2002).

Repetimos: esta prioridade da mercadoria não significa o cancelamento dos valores de uso, mas expressa que o objetivo do capitalismo está voltado para a obtenção do lucro e que, diante deste, quaisquer outras necessidades humanas são sumariamente relegadas, caso colidam com a obtenção de seus lucros. Dessa maneira, existem determinações do trabalho na sua forma simples (MARX, 1996) que já não são úteis para a acumulação

burguesa. Exemplificando: a superprodução²² de algum gênero alimentício seria motivo de grande contentamento para uma sociedade apenas regida pelos valores de uso, pois isso expressaria a abundância desse determinado bem, o que, por sua vez, possibilitaria que uma maior quantidade de pessoas tivesse acesso a este produto. Entretanto, essa determinação já não tem utilidade para as pretensões de acumulação da lógica burguesa, pois a superprodução gera um rebaixamento na taxa de lucros.²³ Como a finalidade do burguês é produzir a mais-valia, e não restritamente valores de uso, a produção em escala abundante, desproporcional à desejada pelo capitalista, significa prejuízo para ele.

O trabalho produtor de valores de uso é necessariamente produtivo também para o capitalismo (MARX, 1996), uma vez que esses valores constituem a base da riqueza de qualquer sociedade (Idem, 1988). Sem que ocorra uma identidade, existe uma relação entre a produção de valores de uso e o único interesse capitalista, a produção da mais-valia. Para explicar a dinâmica do trabalho no capitalismo, o próprio Marx indica ser insuficiente o conceito por ele apresentado no capítulo V de “O Capital” sobre o processo de trabalho e a produção de valores de uso.

Ainda no capítulo V, Marx assinala que: “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de produção, e o trabalho mesmo como objeto produtivo” (Ibidem, p.144). Nessa dimensão, tudo aquilo que envolve o processo de trabalho é naturalmente produtivo, meio, objeto e o próprio trabalho. Ao final dessa frase, Marx adverte, na nota de rodapé nº 7, que “essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (Ibidem).

²² O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas propiciou a “superação do estado de carência por um estado de abundância. Passamos de uma situação histórica cujo problema central era a insuficiência da produção para outra na qual o problema decisivo passa a ser a superprodução. A abundância objetivamente já existente significa, resumindo, que a miséria deixa de ser uma condição inevitável da vida para se converter no resultado deletério de uma ordem social desumana” (LESSA, 2007d, p. 109). Em outro texto, Lessa assinala que: “Produzimos hoje 3 vezes mais alimentos do que o necessário para dar 180 gramas de proteínas e 3600 calorias diárias para todos os habitantes da Terra, independente de idade ou profissão. Todavia, se toda esta comida for colocada no mercado, a oferta aumentará, o preço cairá e adeus lucro. Então os governos estabelecem estoques reguladores (de preços, não da fome) e tiram do mercado, jogam fora, deixam estragar, etc., toda a comida que for necessário para que o preço não caia. O Estado gasta recursos para tirar comida de circulação, o que significa investir dinheiro para manter a fome em um mundo no qual há comida para todos – porque somos ‘guardiões das mercadorias’ e nossas vontades são as vontades das mercadorias” (LESSA, 2006, p. 6). Com isto, observamos que nas sociedades de classes, a contradição entre o particular e o universal é inevitável. No capitalismo, entre as muitas contradições existentes decorrentes dessa antítese de interesses, a necessidade particular de um grupo de produzir mais-valia sobrepondo a necessidade geral de obter condições dignas de sobrevivência é uma das inelimináveis e mais graves contradições.

²³ Cf. Marx (1996), O Capital, capítulo XXIII, e de forma sintética, em Mandel (1978, p. 34 à 42).

O fato de Marx considerar como insuficientes as determinações expostas sobre o trabalho na sua forma “simples” (presente em todas as sociedades), de maneira alguma significa que elas são anuladas para o sistema comandado pelo capital;²⁴ apenas revela que o capitalismo, sem prescindir dessas determinações ontológicas, consegue a obtenção da mais-valia, que é seu objetivo fundamental, também em outras esferas sociais. Com isso, no capítulo XIV do livro I, ele retoma²⁵ a referida nota de rodapé número 7, citada no capítulo V, lembrando que:

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato (ver capítulo V), independente de suas formas históricas, como processo entre homem e natureza. Disse-se aí: ‘Considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo’. E na nota 7 foi complementado: Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista. (MARX, 1996, 137).

Uma leitura apressada do início desse trecho citado pode levar a algumas imprecisões. Vejamos: Marx afirma que “o processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato” (Ibidem), entretanto, ele não está apontando este termo abstrato para a forma do trabalho na sociedade capitalista denominada de “trabalho

²⁴ Antes de ser uma sociedade comandada simplesmente pela burguesia, esta formação social é regida pela lógica do capital; é obedecendo ao comando deste que a burguesia torna-se seu agente, ou como Mészáros (2002) diz, sua personificação. Sobre esta questão, lembremos que quando Marx elabora sua mais importante obra, não assinala como o estudo restrito do capitalismo; ele intitula de “O Capital”. Seguindo os mesmos passos, Mészáros, ao explicitar a necessidade de relações sociais radicalmente diferentes destas atuais, propõe “Para além do capital”.

²⁵ Uma questão pertinente é que Marx aponta no capítulo V o trabalho na sua dimensão universal, deixando clara a diferença entre o processo de trabalho e o de valorização, e retoma no capítulo XIV, explicando as determinações do trabalho abstrato. Retoma inclusive indicando textualmente o que tinha explicitado na nota de rodapé nº 7 do capítulo V. Entre esses dois momentos, (capítulos V e XIV) insere capítulos sobre o capital constante e variável; a taxa de mais-valia; a jornada de trabalho, a taxa e a massa da mais-valia; o conceito de mais-valia relativa; a cooperação; a divisão do trabalho e manufatura e o capítulo da maquinaria e da grande indústria. Do ponto de vista metodológico, Marx, após explicitar o trabalho abstraído suas determinações particulares, passa nos capítulos seguintes, entre o VI e o XIII, a explicar sobre o processo de transformação do trabalho “simples” ao trabalho desenvolvido na cooperação, manufatura e grande indústria, de tal modo que ao chegar no capítulo XIV, as determinações do trabalho abstrato já foram previamente tratadas nos capítulos que antecederam. Sobre a articulação do texto de Marx, com muita propriedade Teixeira observa que O Capital “é uma exposição dialética do movimento das categorias como um movimento autocontraditório do capital, em que cada uma delas se insere numa seqüência lógico-necessária, segundo a hierarquia que ocupa dentro da moderna sociedade burguesa. Essa seqüência não pode ser atropelada” (TEIXEIRA, 2008, p. 45). É por essa determinação lógico-dialética que entre a explicitação do trabalho e do trabalho abstrato, Marx expõe outras diversas categorias necessárias para a compreensão do trabalho na sua dimensão capitalista.

abstrato”; está identificando que no capítulo V ele apresentou o trabalho, “abstraindo” as determinações particulares de cada forma social. Por essa razão é que ele complementa a frase ressaltando ser essa “independente de suas formas históricas” (Ibidem). Para fixar o contexto: a utilização do termo “em abstrato” na citação acima cumpre apenas uma função linguística no texto enquanto adjetivo; não é um conceito, nada tendo a ver com a categoria “trabalho abstrato”.

Desfeito qualquer equívoco de interpretação, Marx, no capítulo V, havia mencionado o trabalho abstraindo as formas específicas de cada sociedade. Trata-se da determinação original do trabalho, característica tanto da sociedade escravista como da feudal, asiática ou capitalista; em suma, de qualquer forma social possível. Apesar de essas determinações continuarem válidas para o capitalismo, isoladamente elas são insuficientes para explicar o processo de reprodução e acumulação deste. Sabedor de que não há uma identidade²⁶ entre a essência do trabalho produtor restritamente de valores de uso e a essência do trabalho abstrato, Marx primeiro expõe os aspectos gerais do processo de trabalho, distinguindo já no capítulo V o processo de trabalho e o de sua valorização. No capítulo XIV, passa então a explicitar as determinações de como o trabalho se estabelece na sociedade capitalista já amadurecida.

Para o capitalista, o que interessa do produto do trabalho é o seu valor de troca, e que em seguida se consuma a mais-valia. O processo é orientado para que ao seu final surja um produto que possa ser vendido de maneira rentável, de forma que a soma de todos

²⁶ Lessa (2007) argumenta que apenas em um momento no livro I de O Capital, Marx aparentemente sugere algum tipo de identidade. Trata-se de uma citação no capítulo da jornada de trabalho. Ainda assim, ele se refere àquilo que opõe o conjunto dos trabalhadores aos capitalistas, que é a luta pelo salário, visto que tanto proletários como os demais trabalhadores mantêm uma relação de venda da força de trabalho com os capitalistas. Eis a citação: “E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho — uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos capitalistas, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora” (MARX, 1988, p. 181). Em O Capital, Marx é preciso ao informar que: “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza capital” (Idem, 1996, p. 248). Como ele próprio argumenta, essa dupla função é uma exclusividade do proletário. Todavia, é justo mencionar que nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx assinala, sem a mesma precisão, já que também alude a uma opinião da economia política, o conceito de que o proletário é “aquele que vive, sem capital ou renda, apenas do trabalho” (Idem, 2006, p. 72). Por entendermos que o conceito desenvolvido por Marx em “O Capital” é bem mais preciso e argumentado solidamente ao longo do livro I, do que essa passagem isolada e confusa nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, nos baseamos na formulação desenvolvida em “O Capital”.

os gastos utilizados proporcionalmente para sua realização, incluindo capital constante e variável,²⁷ seja menor que o valor final dessa mercadoria (MARX, 1988).

No capitalismo, a lógica que rege as ações é o lucro com a apropriação do sobretrabalho. Alguns teóricos que formularam as bases do pensamento capitalista não negam a imperiosidade da busca do lucro sobre qualquer outra coisa. Ninguém menos que Adam Smith assim pensava: “A única causa que motiva o proprietário de um capital [...] é o ponto de vista do próprio lucro (SMITH, apud Marx, 2006, p. 84). É pilhérico que hoje, muitos apologistas da burguesia ignorem essas palavras de Smith e digam que o lucro não é tudo, apregoando uma suposta responsabilidade social nos negócios, e que invoquem até uma “ética” empresarial para demonstrar o lado humano do capital. Tratam dessas questões com um desprezo pelo mínimo rigor teórico, esquecendo que a generosidade e o altruísmo são características tão prosaicas que podem ser encontradas até nos mais execráveis criminosos.

1.3.1 Produção capitalista e divisão do trabalho

As razões históricas geradas pela possibilidade de aumento dos lucros em razão do expansionismo do mercado foram as matizes orientadoras das profundas alterações na forma como o trabalho abstrato foi operacionalizado para realizar a produção na fase expansionista do capital dos países imperialistas da Europa para suas colônias, principalmente entre os séculos XVI e XIX. Assim sendo, foram essas possibilidades de elevação dos ganhos que propiciaram as modificações na produção, desde a divisão do trabalho que estabeleceu a subsunção formal até a introdução de novos maquinários (MARX, 1988) e a transformação do meio de trabalho em um elemento estranho e hostil ao trabalhador, instituindo a subsunção real (ROMERO, 2005).

Com base nos estudos de Marx dos Manuscritos de 1861-1863 e em *O Capital*, Romero analisa essas transformações, dividindo-as em duas etapas fundamentais. A primeira foi o processo de subsunção formal do período pré-industrial. A segunda é o

²⁷ O capital constante consiste nos meios de produção, prédios, maquinaria, todas as instalações necessárias para a realização da produção enquanto que o capital variável é aquele utilizado para o pagamento da força de trabalho.

processo de subsunção real, caracterizado pela expropriação do saber-fazer do operário com a introdução da maquinaria.

Durante o período assinalado pela cooperação²⁸ e manufatura, a subsunção foi apenas formal. Isto ocorreu enquanto a dominação exercida pelo capital sobre o trabalho não utilizou a maquinaria na produção; até então, o trabalhador ainda tinha um razoável controle sobre o ritmo do trabalho e o modo de produzir, detendo “o monopólio do conhecimento (saber-fazer) do processo do trabalho” (Ibidem, p. 19). Retirar do trabalhador seu meio de produção foi a base por onde se desenvolveu a separação entre a mão e a cabeça (ANTUNES, 2005). Até então, “em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos como o caracol e sua concha, e faltava assim a base principal da manufatura, a autonomização dos meios de produção como capital perante o trabalhador” (MARX, 1988, p. 269).

A origem da subsunção formal está na alteração da predominância de relações pessoais de dominação para relações mercantis; é quando os próprios elementos de socialização do trabalho passam a ser determinados pelo capital. É o capitalista quem possui os meios de produção, quem emprega os trabalhadores e organiza a produção, que por essa razão, se apresenta como alheia ao trabalhador (ROMERO, 2005). Esta subsunção formal expropriou as condições objetivas para a realização do trabalhador, retirando-lhe a propriedade dos meios de produção, mas não lhe arrancou as condições subjetivas (Ibidem), o seu saber-fazer, porque os instrumentos utilizados na produção necessitavam e dependiam diretamente da habilidade de manuseio do trabalhador. Apesar de o capital conseguir a elevação da produtividade a partir de um novo ordenamento dos trabalhadores no processo de trabalho, a destreza do agente produtor ainda é fundamental. O capital tem o domínio sobre o operário, pois lhe retirou a propriedade dos meios de produção, mas o domínio do saber-fazer pertence ainda de forma ampla ao trabalhador (Ibidem).

Durante o período de subsunção formal, a intervenção burguesa na produção não efetuou uma alteração da técnica de produção, mas permitiu sua reorganização e a elevação da quantidade de mercadorias produzidas a partir da combinação de forças dos agentes

²⁸ Cabe esclarecer que o processo de trabalho da cooperação simples não é uma invenção capitalista, “estava presente na construção das cidades pré-colombianas nas Américas Central e do Sul, na Índia e na China, no modo de produção asiático, na construção de pirâmides no Egito, etc.” (ROMERO, 2005, p. 72). Contudo, a cooperação capitalista possui também características que a distingue das demais. A primeira é que anteriormente essa cooperação era obtida através da violência explícita, na produção capitalista, “esse caráter obrigatório é mediado e velado pela troca de mercadorias (trabalho forçado mediado)” (Ibidem). Além disso, a cooperação também provoca o aparecimento da forma genérica de emprego da força de trabalho no capitalismo, o trabalho assalariado.

produtivos. A socialização do trabalho imposta sob as ordens do capital foi realizada através da interação de tarefas entre os trabalhadores, possibilitando o aumento da produção. Esse processo que transformou as forças produtivas sociais do trabalho em força produtiva social dominada pelo capital ocorreu independentemente das transformações tecnológicas (ROMERO, 2005). Ou seja, as mudanças nesse período ocorrem apenas com uma nova organização dos trabalhadores na produção, sem a introdução de um novo maquinário.

Esta situação é alterada com a introdução da maquinaria na grande indústria; é quando o trabalhador perde o domínio sobre o modo de produzir, pois este passa a ser determinado pela máquina. Não é o trabalhador quem utiliza a máquina, é a máquina que estabelece como o operário irá atuar (MARX, 1996). Isto de forma alguma significa que a máquina assuma a condição de real produtora, sem o trabalhador ela continua nada representando ao capitalista. O que ocorre é que, como o trabalhador alienou sua força de trabalho, ele é obrigado a mutilar a plenitude de suas capacidades físicas e cognitivas e a atuar como um apêndice da máquina. O trabalhador irá fazer aquilo que a máquina demandar, se esta exigir que o operário repita por incontáveis vezes o mesmo movimento braçal, mutilando seus membros superiores, ele assim terá que fazer, pois o “domínio” sobre seu trabalho não mais lhe pertence, foi vendido para o proprietário desse meio de trabalho.

Marx sintetiza essas transformações ocorridas na produção e o percurso de dominação e exploração do capital que leva à subsunção real do trabalho.

[...] esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capital representa, em face dos trabalhadores individuais, a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. E se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital. (Idem, 1988, p. 270-271).

Ao revolucionar a forma de produção, o capital põe a ciência aplicada na produção como algo não somente externo ao trabalhador, mas concentrada contra o saber-fazer do operário (ROMERO, 2005). O princípio que rege a introdução da maquinaria está em se livrar o quanto possível for da dependência da habilidade e destreza do trabalhador, substituindo trabalho qualificado por simples. Além disso, as máquinas possibilitam a

diminuição dos tempos mortos, intensificando o ritmo da produção (ROSSO, 2008) e eliminando parte da força de trabalho necessária.

Este processo, iniciado com a divisão do trabalho e consumado na Revolução Industrial, não derivou de um desenvolvimento autônomo das forças produtivas, desvinculado de interesses particulares da burguesia enquanto classe dominante economicamente (BERNAL, 1969). Isto significa que apenas a existência de qualquer maquinaria não impulsionou essas transformações, elas foram determinadas por condições objetivas na esfera econômica, a possibilidade de elevação dos lucros. Na relação entre capitalismo e ciência moderna, Bernal esclarece que:

Os movimentos do capitalismo e da ciência estão relacionados entre si, mas de forma tão íntima que se torna impossível explicar essas relações em termos simples de causa e efeito. Contudo, podemos afirmar que, no início do período, o fator econômico é dominante: são as condições da ascensão do capitalismo que tornam possível e necessário o triunfo da ciência experimental. Para o fim do período começa a fazer sentir o efeito contrário: os êxitos práticos da ciência começam então a contribuir para o grande avanço técnico seguinte – a Revolução Industrial. (Ibidem, p. 368).

A concepção que pretende dar imunidade ideológica ao desenvolvimento das forças produtivas, considerando que o avanço técnico seria uma locomotiva em cima de trilhos previamente assentados (NOVAES, 2007), é defendida pelos apologistas do capital como algo espontâneo dado pela ciência e exterior às classes. Retira-se a luta de classes como o movimento real do processo histórico e em seu lugar se coloca a máquina a vapor (ROMERO, 2005), a esteira de produção fordista, as máquinas automáticas do pós-guerra e, mais recentemente, a informática.

Diferentemente desta noção, as intensas transformações que o capital comandou na produção foram dirigidas pela possibilidade de elevação dos lucros (BERNAL, 1969). As transformações técnicas que acompanharam o processo de subsunção formal até o real foram conduzidas pelo capital, utilizando a ciência e os diversos complexos sociais a ele subordinados, de forma que as condições de produção se tornaram hostis ao trabalhador (ROMERO, 2005) e úteis à reprodução capitalista. O trabalho deixa de ser um meio de realização do agente produtor para se tornar um meio de direção e exploração do trabalho alheio; “além de se trabalhar para o capitalista, trabalha-se sob as ordens do capitalista” (Ibidem, p. 81).

Tais alterações no processo de trabalho já se iniciam a partir do momento em que o mestre artesão, para aumentar sua produção, teve que contratar mais aprendizes e jornaleiros (HUBERMAN, 1986). Nesse instante, é a intervenção capitalista que passa a determinar não somente o montante a ser produzido, como também a orientar os mestres artesãos e posteriormente as corporações como teriam de organizar e coordenar a produção, inclusive com a introdução de uma maior parcela de jornaleiros (Ibidem), que nada mais eram do que trabalhadores assalariados, os embriões do proletariado. O trabalho passa a ser um processo que progressivamente vai realizando a separação entre o trabalho manual e o intelectual, “até se oporem como inimigos” (MARX, 1996, p. 137). Se a introdução do maquinário na grande indústria completa o ciclo de afastamento do trabalho manual do intelectual, este já se inicia no interior das corporações, na forma de produção da cooperação.

Estando com o objetivo voltado para a elevação dos lucros propiciados pela ampliação do comércio, principalmente a partir da expansão ultramarina iniciada no século XV, a avidez por maiores ganhos impulsionou a burguesia a organizar tecnicamente e operacionalmente novas formas de produção. Marx (1988) explicita como vai se transformando a produção realizada inicialmente pelo artesão, até a chegada da Revolução Industrial²⁹ e a utilização em larga escala do proletariado. À medida que o burguês passa a intervir na produção, ultrapassando a acumulação realizada basicamente pelo comércio, a organização da produção passa por profundas alterações, tendo como objetivo fundamental elevar a massa de objetos produzidos para atender a uma demanda crescente propiciada principalmente pelas novas colônias e pelo aumento do comércio interno na Europa. A estrutura produtiva dos artesãos e das pequenas corporações, que eram voltadas para o mercado local, tornou-se insuficiente para contemplar a demanda objetiva e potencialmente existente. É com o propósito de aumentar a escala de produtos que a burguesia passa a intervir na produção e a elevar seus ganhos.

De acordo com Huberman: “A expansão do mercado [...] é uma chave importante para compreensão das forças que produziram a indústria capitalista tal como a conhecemos” (1986, p. 99). Em A ideologia Alemã, Marx e Engels comentam que:

O expansionismo comercial e manufatureiro acelerou a acumulação do capital móvel, ao passo que, nas corporações, que não recebiam estímulo para aumentar a produção, o capital primitivo se mantinha estável ou até

²⁹ Cf. este processo, também Huberman (1986), principalmente capítulos 6, 8, 10, 11 e 15.

decrecia. O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia. (2006, p. 91).

Com os novos mercados internacionais, a ascendente burguesia passou a necessitar de uma produção em maior escala; esse objetivo vai sendo alcançado com profundas alterações na forma de produzir, surgindo a cooperação tipicamente capitalista, a divisão do trabalho, manufatura e a grande indústria (MARX, 1988; 1996, HUBERMAN, 1986).

Com a produção capitalista nos seus estágios amadurecidos pela divisão do trabalho, a atividade do ser humano como um produtor individual, ou mesmo como participante das corporações, torna-se suficiente para atender à demanda burguesa. O artesão, por exemplo, não é capaz de gerar uma produção para o capitalista na escala que este necessita, já que a sua organização produtiva é baseada no atendimento a um mercado restrito, que ele conhece e domina.

A divisão do trabalho iniciada na cooperação simples impulsiona o processo de afastamento do trabalho manual do intelectual. Na grande indústria, este distanciamento atinge um grau elevado de oposição entre a mão e a cabeça (MARX, 1988). Com a subsunção formal, o capital inicia o processo de apropriação da potência espiritual do trabalho como uma força a seu serviço, contra a potência física; o complemento desse processo se dá com a introdução do maquinário: é quando “as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados” (Ibidem, p. 270). Com a subsunção real estabelecida na grande indústria, o capital consegue intensificar o controle³⁰ sobre os trabalhadores, atingindo a maturidade de dominação e exploração sobre o trabalho, cujos pilares básicos permanecem erguidos até os dias de hoje (KUMAR, 2006).

Se as recentes modificações nas relações de produção ocorridas desde a reestruturação produtiva são consideradas por diversos autores como de grandes proporções, estas mesmas são esquálidas e nanicas, se comparadas àquelas que ocorreram

³⁰ Gorz analisa o caráter coercitivo dessa divisão e do controle que nela se intensifica: a “cisão entre o trabalho intelectual e manual, a monopolização da ciência pelas elites, o gigantismo das instalações e a centralização dos poderes que daí decorre” (2001, p. 11) são insuficientes para uma produção eficaz, visto que a burguesia objetiva o aumento de seu capital. Tal finalidade é alheia ao trabalhador, por isso são indispensáveis as técnicas de controle sobre aqueles que produzem: “produzir e dominar; dominar aquele a quem se obriga a produzir e que se escraviza a objetos que lhe são desconhecidos, a instrumentos de trabalho dos quais se lhe impõe minuciosamente o modo de usar: a vontade de domínio está profundamente inscrita na natureza das máquinas, na organização da produção, na divisão do trabalho que ela materializa: o capital, seus representantes e funcionários de um lado; executantes do processo de produção de outro” (Ibidem).

com a retirada dos meios de produção do trabalhador, com a divisão do trabalho e a introdução da maquinaria. Bem pesadas essas coisas, nem sequer é necessário compará-las, tamanhas são as diferenças.

Enquanto a divisão do trabalho existiu em diferentes formas de sociedade, o nível de divisão e a forma como se deu no capitalismo possuem características ímpares. Assim sendo, “a divisão manufatureira do trabalho é uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p. 269). Tal característica, típica da formação social burguesa, é parte de um tipo de produção igualmente singular. Ao invés de uma produção tendo por guia as necessidades existentes na sociedade e nos reais produtores, no capitalismo o lucro é a bússola orientadora do que produzir. É neste sentido que o trabalho sob o domínio do capital não significa para o operário ou para qualquer outro trabalhador a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Idem, 2006), pertencentes ao capital.

É correto avaliar que no exame do desenvolvimento das forças produtivas, a criação de objetos para converter a natureza tem sido uma preocupação do ser humano desde os primórdios. É assim que os meios de trabalho cumprem historicamente a função de possibilitar que os homens se apropriem da natureza de acordo com as perspectivas e interesses que regem cada instante histórico. Neste sentido, as descobertas do homem para desenvolver meios mais adequados em cada formação social são incorporadas ao processo produtivo em consonância com os interesses de quem comanda a produção. Na fase expansionista do capital, foram as necessidades de acumulação do capital e possibilidades de aumento nos lucros (BERNAL, 1969) que determinaram a intervenção na produção, bem como a introdução de um maquinário compatível com esses interesses, cujo momento ápice foi a Revolução Industrial.

Com a maquinaria instalada na grande indústria como um elemento alheio e hostil ao trabalhador, aquele indivíduo que produzia através da força de seus próprios músculos, sob o controle de seu cérebro, estando cabeça e mão interligadas (Idem, 1988), é substituído pelo trabalho combinado de vários operários sobre a maquinaria. Parte desses trabalhadores realiza a função de produzir a riqueza, manipulando diretamente o objeto a ser transformado, ou auxiliando a esta manipulação em atividades complementares e igualmente produtivas; enquanto outros são contratados pelo capitalista para controlar estes produtores (MARX, 1988; LESSA, 2007). O trabalho manual passa a ser executado por

um grupo de indivíduos alocados na produção, que Marx denomina de “trabalhador coletivo”, outros (trabalhadores intelectuais) realizam essencialmente a função de controle.

A diferenciação ocorre no interior do processo de transformações ocorridas com a produção capitalista, ou, como dito por Marx, enquanto “o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado” (MARX, 1996, p.137). Cabe uma observação quanto a essa afirmativa. Quando nosso autor assevera que o processo era “puramente individual” (Ibidem), ele não afirma que o trabalho não era social; Marx está destacando o caráter unitário do trabalhador, com o qual o mesmo indivíduo reunia todas as funções, “cabeça e mãos estavam unidos” (Ibidem); é este o aspecto individual que alude, e com isso, arremata:

O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. (Ibidem, p. 137).

Tornam-se inimigos porque a unidade espiritual está em poder do trabalho intelectual, que exerce o controle sobre o trabalho manual. Abstraindo as singularidades de cada formação social, o homem se defronta “com seus próprios músculos” com a natureza (Idem, 1988); o comando deste intercâmbio é de seu “próprio cérebro”, a tarefa de controle é realizada pelo mesmo indivíduo que manipula o objeto. À medida que a divisão do trabalho ocorre, as funções exercidas pela mão e pelo cérebro passam a ser executadas por indivíduos diferentes, e principalmente sob determinações díspares. Dessa forma, separam-se trabalho manual e intelectual até se oporem como inimigos (Idem, 1996); enquanto um vai produzir, o outro vai fundamentalmente controlar o produtor.

O trabalho manual permanece convertendo a natureza em meios de subsistência e de produção e com isto criando a riqueza, esta tarefa no capitalismo é exercida pelo proletariado urbano e rural. Já o trabalho intelectual passa a ser uma atividade voltada primordialmente a organizar, conceber e controlar uma produção que tem por determinação nodal gerar mais-valia para o burguês (GORZ, 2001). O aspecto significativo da separação e desta condição de inimigos é que o trabalho intelectual é exercido por um

indivíduo que, ou é o próprio burguês, ou então um trabalhador assalariado, mas que irá cumprir a mesma função do patrão capitalista.³¹

A produção capitalista não é de objetos que correspondem às reais necessidades do produtor ou do conjunto da sociedade, e sim dirigida para as finalidades particulares daqueles que possuem os meios de produção (MARX, 2008). Diante disto, é preciso exercer o controle sobre o trabalhador manual (GORZ, 2001), pois ele irá produzir algo que não corresponde diretamente as suas necessidades. O trabalhador intelectual é o responsável por controlar o real produtor, é “inimigo” do trabalho manual porque o caráter do controle é necessariamente coercitivo, por vezes num formato explícito, em outros, disfarçado; contudo, seu objetivo fundamental é controlar o trabalhador para produzir algo que ao final do processo não será seu (Ibidem).

Igualmente ao trabalhador manual, o trabalhador intelectual possui uma relação de venda de força de trabalho com o patrão burguês; é também remunerado por um salário, entretanto, a função exercida pelo trabalhador intelectual é absolutamente distinta³² daquela do trabalhador manual (LESSA, 2007) e isomorfa à do seu patrão burguês. No exame da reprodução do capital, o capitalista e o trabalhador assalariado intelectual cumprem funções muito parecidas: são inimigos qualitativamente diferentes do trabalhador manual. Esta diferenciação qualitativa na relação com o trabalhador manual ocorre porque o trabalhador intelectual também é explorado pelo capitalista; o trabalhador manual deve “satisfações” ao trabalhador intelectual e ao patrão, enquanto o intelectual, apenas ao burguês. Dessa forma, o trabalhador intelectual também não escapou de ter suas potências físicas e cognitivas também alienadas.³³

Com a introdução do maquinário na produção ocorreu a complementação do processo de separação entre o trabalho manual e o intelectual. Se desde a divisão do trabalho a opressão sobre o trabalhador manual se afirmou como uma herança deplorável das sociedades divididas entre classes, com a maquinaria se consolida como uma repugnante prática da lógica despótica burguesa contra o real produtor. Estando sob o

³¹ A respeito do que o patrão representa do “ponto vista socialista”, Mészáros é duro nas palavras: “[...] os patrões não são ‘bons’ nem ‘maus’. Apenas são *patrões*. E isso já é suficiente mau, de fato não poderia ser pior” (2009, p. 64, grifo na obra).

³² Se quisermos utilizar uma distinção filosófica entre o trabalho manual e intelectual, podemos estabelecer que o manual é uma posição teleológica primária (entre o homem e a natureza), enquanto o intelectual é sempre uma posição teleológica secundária (entre as subjetividades dos indivíduos).

³³ Conforme destaca Marx: “o vendedor da força de trabalho, como um vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro” (MARX, 1988, p. 153). Como o trabalhador intelectual também vende sua força de trabalho, não pode se desvencilhar dessa alienação.

domínio do capital, o resultado da mecanização do trabalho (MÉSZÁROS, 2006b) é que, se este já não significava sua plena realização durante o processo de subsunção formal, com a maquinaria, sua atividade é reduzida ao ritmo da máquina que lhe suga as forças. Ao “descer” à condição de subordinação à máquina, o trabalhador perde o domínio do saber-fazer e se depara com uma nova concorrência (Ibidem), muito mais poderosa. É dessa forma que o maquinário atua como um vigoroso mecanismo do capital em seu benefício e contra o trabalhador, completando o movimento de afastamento do trabalho manual e intelectual. Nas palavras de Marx:

A separação entre as potências espirituais do processo de produção e o trabalho manual, bem como a transformação das mesmas em poderes do capital sobre o trabalho, se completa, como já foi indicado antes, na grande indústria erguida sobre a base da maquinaria. (MARX, 1996, p. 56).

A máquina enquanto trabalho morto³⁴ a sugar a força viva do proletariado se converte em um poderoso mecanismo de exploração e controle sobre o trabalhador, complementando o processo de subsunção iniciado com a divisão do trabalho. Na cooperação e manufatura, a produção de mercadorias dependia da capacidade e destreza dos trabalhadores, enquanto que na grande indústria o processo de produção é operacionalizado pelo “esqueleto mecânico” das máquinas (TEIXEIRA, 2008). A divisão das tarefas e a manufatura aumentaram a produção e iniciaram o afastamento do trabalhador manual do intelectual. Com a Revolução Industrial a burguesia consegue atingir um patamar de desenvolvimento das forças produtivas e de controle sobre os agentes produtores em consonância com seus interesses, capaz de contemplar seus objetivos numa esfera qualitativamente superior à que até então perdurava.

Com a divisão do trabalho, e principalmente, com a introdução do maquinário na produção, as funções do metabolismo orgânico entre o homem e natureza são também repartidas entre vários indivíduos. É a partir dessas alterações que surge o trabalhador coletivo, desempenhando a função de conversão da natureza e da matéria-prima em valores

³⁴ Para Marx a presunção de que a máquina é também produtora é um completo engano, por isso é chamada de trabalho morto. Esclarece nosso autor: “Como maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que pressupõe a substituição da força humana por forças naturais e da rotina empírica pela aplicação consciente das ciências da natureza”. Entretanto, antes de terminar o parágrafo, explica que: “A maquinaria, com algumas exceções a serem aventadas posteriormente, só funciona com base no trabalho imediatamente socializado ou coletivo” (MARX, 1996, p.20). Ou seja, apenas é produtora se com ela o homem, enquanto força viva, interagir ativamente.

de uso, ou seja: “com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo” (MARX, 1996, p. 137). Essa ampliação do conceito de produtivo decorre inicialmente do fato que a produção capitalista busca essencialmente produzir mais-valia e não restritamente valores de uso; isto a burguesia também consegue em outras esferas, além daquela consubstanciada pela conversão da matéria. No que se refere à especificamente a produção material, a ampliação é proveniente do advento da maquinaria na grande indústria, onde o processo de trabalho é cumprido por um grupo de operários alocados em diferentes atividades nas diversas máquinas. Nas palavras de Marx:

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. (Ibidem, p. 137).

O significado dessa transformação é que o processo manual do trabalho ora realizado pelo indivíduo, passa a ser efetivado por um conjunto de trabalhadores; a este grupo, Marx denomina de trabalhador coletivo. Apesar de a nomenclatura utilizada nesta categoria ser “trabalhador coletivo”, não deve ser confundido com um tipo de trabalho no sentido de um trabalho cooperado e sem um controle externo. A noção de coletivo apresentada é de um trabalho realizado por uma soma de trabalhadores, por vários operários, por “um pessoal combinado de trabalho” (Ibidem, p. 137). Sem prejuízo à ideia de Marx, podemos acrescentar as considerações de Mészáros, compreendendo que a partir da divisão do trabalho, com a cisão entre o manual e o intelectual, estando uma parte desses trabalhadores a serviço da produção capitalista (trabalhador coletivo), tal combinação significa que estes foram “violentamente combinados”, e não voluntariamente (MÉSZÁROS, 2002). Por isso é que esse trabalho se apresenta como subserviente e conduzido por uma vontade estranha ao operário; sua unidade espiritual é comandada pelo interesse da acumulação burguesa, enquanto sua unidade material se torna subordinada à maquinaria (Ibidem). Como a produção é realizada em torno de um complexo de máquinas, o trabalhador não tem como operá-las sozinho. Deixa o trabalhador de utilizar apenas uma ferramenta para manipular o objeto, passando a exercer funções em determinadas partes do complexo de máquinas (MARX, 1996).

Destas duas últimas considerações, há algumas questões que nos parecem fundamentais para o debate da centralidade do trabalho. Marx indica que o produto passa a ser o resultado de um trabalho realizado por “um pessoal combinado” (Ibidem, p. 137). Isto quer dizer que, para compreender a produção de valores de uso no capitalismo desenvolvido da grande indústria, pode-se considerar não um sujeito manipulando sua ferramenta, mas um grupo de trabalhadores articulados diante do complexo da maquinaria ali existente. Marx complementa a frase informando que estes participantes podem estar mais próximos ou distantes da “manipulação do objeto”; assim sendo, “para trabalhar produtivamente já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; *basta ser órgão do trabalhador coletivo*, executando qualquer uma de suas subfunções” (Ibidem, p. 137, grifo nosso). Com isso, identifica que a transformação da natureza é o resultado do esforço de vários trabalhadores, e não meramente individual.

Para ser trabalhador produtivo³⁵ não é necessário que o operário diretamente manipule o objeto a ser convertido, entretanto, isso não quer dizer que há uma contradição com aquilo que ele já havia afirmado no capítulo V. Ocorre que, com o desenvolvimento das forças produtivas, esta operação de intercâmbio com a natureza é realizada de forma articulada por um grupo de trabalhadores (Ibidem) que operam o complexo de máquinas da grande indústria. O trabalho continua necessitando da posição ativa do ser humano nesse metabolismo, só que agora coletivamente.

Com a maquinaria, existe a necessidade de organizar a produção de forma a que os operários assumam posições em diferentes pontos do processo, pois a configuração das máquinas instaladas na grande indústria assim exige, conforme Marx explica: “À medida que a própria maquinaria coletiva constitui um sistema de máquinas variadas, atuando ao mesmo tempo e de modo combinado, a cooperação nela baseada exige também uma divisão de diferentes grupos de trabalhadores entre as diferentes máquinas” (Ibidem, p. 54).

A operação das máquinas na grande indústria necessita que os trabalhadores sejam distribuídos em diversos locais ao longo do “complexo de coisas” consubstanciado entre a máquina-motriz e as máquinas-ferramenta; estas, juntamente com os mecanismos de

³⁵ A título de esclarecimento, aqui nos referimos não ao trabalhador produtivo restritamente de mais-valia, mas àquele trabalhador que, além de produzir mais-valia, também produz valores de uso no capitalismo, fornecendo o conteúdo material da riqueza social.

transmissão, formam o complexo da maquinaria desenvolvida³⁶ presente na grande indústria, sendo um “sistema de máquinas variadas” (Ibidem, p. 54). Com esta repartição de tarefas, alguns trabalhadores vão participar diretamente desse intercâmbio orgânico, manipulando o objeto de trabalho. Outros não estarão diretamente envolvidos na manipulação, contudo, também participarão do processo, contribuindo decisivamente na conversão da natureza ou da matéria-prima. Além desses trabalhadores que participam do processo social de transformação da natureza em valores de uso, alguns outros, exteriores ao meio do proletariado (Ibidem), estarão controlando o trabalho manual. Portanto, garantindo que o trabalho ocorra sob os ditames do capital, terão uma função rigorosamente distinta dos trabalhadores manuais.

1.4 A distribuição dos trabalhadores na grande indústria

Sem o entendimento de como Marx descrevia a distribuição dos trabalhadores na grande indústria, o conceito que ele formulou sobre o trabalhador coletivo perde o sentido lógico. Isto não ocorre porque ele teria sido impreciso ao afirmar que para ser produtivo não há a necessidade de manipular diretamente o objeto (MARX, 1996), mas porque a interpretação de suas palavras é feita sem buscar em sua obra ao que ele objetivamente está se referindo. Se a análise da questão ficar restrita e isolada somente à frase que identifica que os membros que participam do trabalho coletivo “se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho” (Ibidem, p. 137), estará se incorrendo num lamentável equívoco.

O texto de “O Capital” tem um absoluto rigor lógico, exatamente por ser meticulosamente preciso é que nenhuma parte dele pode ser ignorada. Se isolarmos a citação acima e a utilizarmos de forma fragmentada, a interpretação daquilo que Marx está se referindo fica sob a determinação única da subjetividade do leitor ou pesquisador e franqueada para as mais variadas interpretações. Utilizando um raciocínio “despedaçado” do texto de Marx, pode-se considerar até que, como o trabalhador intelectual não está próximo do objeto a ser manipulado, mas participa do processo como um todo da

³⁶ “Toda maquinaria desenvolvida constitui-se de três partes essencialmente distintas: a máquina-motriz, o mecanismo de transmissão, finalmente, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho” (MARX, 1996, p. 8). É sobre este complexo de máquinas que os operários são alocados na produção existente a partir da grande indústria.

produção, então ele estaria desempenhando uma atividade que também é trabalho.³⁷ Marx já havia identificado que o trabalho manual estaria cindido com o intelectual, ora, se foram separados e transformados em inimigos, como poderiam ter a mesma função? A resposta a essa questão é simples: o trabalhador intelectual não cumpre a mesma função do trabalhador manual, mesmo com a introdução da maquinaria moderna. Para o entendimento dessa questão é necessário compreender quem seriam esses trabalhadores que Marx descreve em “O Capital” e qual função esses desempenhavam na produção.

Marx (1996) afirma que é bastante ser órgão do trabalhador coletivo para trabalhar produtivamente, ele está salientando como ocorria a produção na grande indústria³⁸. Com o sistema de diversas máquinas instaladas na grande indústria, uma nova configuração na produção surgiu. Vejamos a descrição de nosso autor alemão no capítulo XIII, ao comentar a maquinaria e a grande indústria, bem como a necessária divisão do trabalho decorrente desse aspecto:

À medida que na fábrica automática ressurgem a divisão de trabalho, ela é, antes de tudo, distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas e de massas de trabalhadores [...]. O grupo articulado da manufatura é substituído pela conexão do operário principal com alguns poucos auxiliares. (Idem, 1996, p. 53).

Quando Marx analisa a grande indústria já estabelecida na Inglaterra no século XIX e afirma que para “trabalhar produtivamente” basta ser pertencente ao grupo por ele denominado de trabalhador coletivo, ele se refere à forma como a produção ocorria no complexo da maquinaria, naquele estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Ao analisar a produção mecanizada, o operário que manipula o objeto a ser transformado (natureza ou matéria-prima) recebe agora a colaboração de outros trabalhadores; são esses que podem estar mais perto ou distantes desta manipulação, mantendo o caráter produtivo (Ibidem) original do trabalho.

³⁷ A teoria que considera que o Serviço Social é trabalho se estabelece sobre esse pressuposto. Para uma crítica a esta tese, Cf. Lessa (2007b).

³⁸ Ao analisar como ocorria a produção na grande indústria na Inglaterra, Marx a toma como exemplo ilustrativo para auxiliar seus argumentos teóricos. No prefácio da primeira edição de “O Capital”, Marx informa: “O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e de circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica” (1988, p. 18). O fato de utilizar o exemplo da produção realizada naquela época na Inglaterra significa que esta serve de ilustração, contudo, suas determinações teóricas devidamente mediadas são plenamente utilizáveis para análise tanto daquela produção, como da que ocorre no século XXI, visto que a produção material da riqueza social continua a ser uma prerrogativa do trabalho.

E ele diferencia os trabalhadores que diretamente manipulam o objeto e dos outros que o auxiliam:

A distinção essencial é entre trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho). (Ibidem, p. 53).

Marx escreve que alguns trabalhadores manipulam o objeto, ocupando atividades diretamente com a máquina-ferramenta.³⁹ Quanto a estes primeiros, não parece haver grandes questões a serem tratadas, já que eles são os responsáveis diretos pela conversão da matéria. Alguns outros alimentam a máquina-motriz⁴⁰ ou a vigiam, conferindo o momento certo de reabastecê-las. Estes trabalhadores colocam, por exemplo, o carvão para ser consumido pela máquina-motriz, “alimentando-a” com o combustível necessário para que gere a energia a ser distribuída com as máquinas menores (máquinas-ferramentas). Além da tarefa de suprir, esse grupo de trabalhadores vigia esta máquina, não o trabalhador, ou seja, este grupo de indivíduos colocados na produção não está controlando outros operários, mas atento ao maquinário. Podemos considerar que esses trabalhadores estão mais distantes da manipulação; o motivo é que o equipamento com o qual eles trabalham é a máquina-motriz, responsável por fornecer energia às máquinas menores (Ibidem). No espaço físico da fábrica, esta máquina encontra-se alocada distante do local onde o objeto é manipulado, e os trabalhadores que nela atuam mantêm o caráter produtivo original do trabalho.

³⁹ A máquina-ferramenta é “um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes” (MARX, 1996, p. 9). É na máquina-ferramenta que o objeto é manipulado pelo operário.

⁴⁰ Marx também identifica a máquina-motriz como um equipamento que “atua como força motora de todo o mecanismo. Ela produz a sua própria força motriz, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já pronta fora dela, como a roda-d’água, o da queda-d’água, as pás do moinho, o do vento etc.” (Ibidem, p. 9). Trata-se do equipamento que fornece energia e que coordena o funcionamento das outras máquinas menores, chamadas de máquinas-ferramentas. Isto ocorre através de mecanismos de “transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, rodas-piões, barras, cabos, correias, dispositivos intermediários e caixas de mudanças das mais variadas espécies, regula o movimento, modifica, onde necessário, sua forma, por exemplo, de perpendicular em circular, o distribui e transmite para a máquina-ferramenta” (Ibidem, p. 9). É a máquina-motriz que supre com energia as máquinas-ferramentas operadas pelos trabalhadores que manipulam o objeto. Esse é o equipamento que é “alimentado” e vigiado por alguns trabalhadores, que igualmente aos operários que manipulam o objeto, também participam do grupo denominado por Marx de trabalhador coletivo.

Além destes, há outro grupo auxiliando os trabalhadores que manipulam o objeto; são os ajudantes e os *feeders*. A tarefa desses é suprir as máquinas-ferramentas com o material de trabalho, isto é, trazer para junto deste equipamento o objeto natural ou a matéria-prima a ser transformada, de forma a que o trabalhador que está diretamente manipulando o objeto não interrompa a produção para ir buscar os insumos necessários. Portanto, a tarefa desses ajudantes é principalmente transportar estes insumos para perto da máquina-ferramenta; sua função tem um caráter pertencente ao trabalho manual, visto que, para que ocorra a conversão da natureza, é necessário que haja o transporte do objeto. Dessa forma, este outro grupo de trabalhadores está em alguns momentos perto da manipulação, quando, por exemplo, depositam a matéria-prima a ser trabalhada próximo à máquina-ferramenta; em outros instantes ficam mais distantes, quando vão buscar esses materiais. Nas duas situações, os ajudantes e os *feeders* também cumprem uma função produtiva no mesmo patamar dos trabalhadores que diretamente manipulam o objeto.

Nos dois casos analisados, tanto no grupo de trabalhadores que “alimentam e vigiam” a máquina-motriz, como no grupo de ajudantes que suprem as máquinas-ferramentas com material de trabalho, a função desses operários não é de controlar o trabalhador que está manipulando o objeto, mas de auxílio a esta conversão. Mesmo não atuando diretamente nessa transformação, como aqueles que efetivamente manipulam o objeto na máquina-ferramenta, a função exercida por esses trabalhadores é de pertencimento ao trabalho manual.

Também existe outro grupo de trabalhadores que, apesar de também manter um tipo de vínculo com a produção, diferentemente desses anteriormente analisados, vão cumprir a função de controle sobre o trabalho manual. Trata-se do trabalho intelectual, que está presente no processo de produção. Percebendo tal situação, Marx argumenta que: “A determinação original, acima, de trabalho produtivo, derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como coletividade. Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente” (Ibidem, p. 137–138). Como o trabalho não é mais puramente individual, mas de um pessoal combinado, quando é analisado o conjunto, é possível identificar o trabalhador coletivo como o que permanece com o caráter produtivo; entretanto, analisando estes indivíduos isoladamente, não. Os trabalhadores que manipulam o objeto, os que alimentam a máquina-motriz, os ajudantes e *feeders* que suprem com matéria-prima a máquina-ferramenta são os trabalhadores coletivos. Contudo:

Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. (Ibidem, p. 54).

Sobre esse último grupo citado por Marx, sua função não é de colaboração com os trabalhadores manuais anteriormente descritos; eles são externos ao círculo do proletariado (Ibidem), contratados para cumprir determinações oriundas da burguesia. A tarefa essencial destes é contribuir com o capitalista que os contratou para extrair dos trabalhadores manuais o máximo⁴¹ de suas forças, a maior quantidade possível de sobretrabalho. O engenheiro e o mecânico participaram da concepção das máquinas e quando a idealizaram, tiveram a preocupação de conceber um equipamento que fosse capaz de obter o máximo possível de produtividade. Sua tarefa consistiu em possibilitar técnica e operacionalmente que o trabalho morto das máquinas sugasse tanto quanto possível fossem as forças do trabalho vivo (Ibidem); sua presença na produção apenas reforça o caráter hostil da separação entre a “mão e a cabeça”.

Tomando como referencial a teoria de Marx, os trabalhadores intelectuais não produzem a riqueza material, eles a organizam em função de determinações oriundas da classe proprietária dos meios de produção; portanto formam uma unidade de inteligência estranha e oponente ao trabalhador manual. O fato de serem necessários na organização da produção capitalista, não significa que também sejam indispensáveis num outro tipo de produção. Desta forma, numa sociedade liberta do trabalho alienado, os trabalhadores manuais permaneceriam sendo rigorosamente imprescindíveis e poderiam ter sua organização baseada não no controle exercido pelo trabalho intelectual, mas na qualidade de produtores associados. Este tipo de trabalho nada tem haver com o trabalho cooperativista que ocorre no interior do capitalismo, refere-se ao processo onde os trabalhadores controlam de forma coletiva, livre e consciente, a produção e a distribuição da riqueza (TONET, 2007).

⁴¹ A atividade de conceber uma máquina para ser utilizada na produção capitalista é uma das tarefas do trabalho intelectual. Este trabalhador assalariado idealiza e projeta instrumentos e equipamentos cuja finalidade é conseguir extrair o máximo de sobretrabalho, pois a determinação de suas funções é oriunda da mesma lógica de seu patrão.

1.5 A maquinaria e sua utilização pelo capital

Bernal (1969) menciona que várias invenções e técnicas que se tornaram usuais na produção capitalista já tinham sido encontradas anteriormente em outras civilizações; alguns dos exemplos são: o moinho, o leme de popa, a bússola e os arreios para cavalo, que já existiam séculos antes de sua ampla utilização na Europa burguesa. Ocorre que as relações sociais que dominavam esses períodos anteriores ao capitalismo não tinham o interesse direto no aperfeiçoamento dessas invenções, pois não havia uma base produtiva capaz de gerar valor com esse aprimoramento, nem existiam condições econômicas favoráveis para tal, ou, como o mesmo Bernal explica: “A razão principal do longo adiamento do progresso foi a economia feudal, quer islâmica, quer cristã, que não proporcionava à ciência racional oportunidades de utilização vantajosa e prática” (Ibidem, p. 358). O importante nessa questão é que, não é a existência desses objetos que determinou sua ampla utilização, ou seja, não é a técnica nem os meios de produção que definem como serão as relações sociais, é exatamente o inverso que ocorre. Cada formação social cria os meios que lhe interessam e estabelece quais as técnicas adequadas a serem utilizadas (LESSA, 2007). Sobre a subordinação da técnica às relações sociais, Marx afirma que:

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. (MARX, 1988, p. 144)

Os meios de trabalho, além de indicarem o grau de desenvolvimento das formações sociais, também revelam quais as relações existentes, ou seja, desvendam que tipo de sociedade produziu aquele meio. A análise histórica dessas relações sociais possibilita entender os motivos pelos quais esses objetos foram produzidos e utilizados. A introdução do maquinário na grande indústria e mesmo a Revolução Industrial; não ocorreram simplesmente porque o desenvolvimento tecnológico agindo espontaneamente possibilitou que os meios de produção chegassem a este estágio como numa evolução darwiniana (NOVAES, 2007). Estas modificações foram o resultado das determinações de reprodução da acumulação do capital existentes naquele momento histórico.

Foram as necessidades da ascendente burguesia de ampliar a produção, bem como os efeitos subjacentes que esse maquinário trouxe para intensificar o controle sobre os trabalhadores (GORZ, 2001), que possibilitaram que a ciência desenvolvesse equipamentos em sintonia com os imperativos do capital. Seguindo os ditames do capitalismo emergente naquela quadra histórica, onde a Revolução Industrial se completava na Europa, a ciência tratou de se esforçar para servir aos interesses burgueses que exigiam “avanços tecnológicos na geração de energia, e os físicos estudaram as leis da termodinâmica e da conservação e transformação de energia” (HILARY; ROSE, 1970, p. 243). Desta forma, não é a ciência o motor da história, nem os meios de produção se desenvolvem como reflexo exclusivo da ciência em si (MÉSZÁROS, 2004).

Com o advento das máquinas na produção, o trabalho manual passa a ser subordinado aos ditames da maquinaria; não é que a máquina comande o processo, mas que a forma de produzir passa a depender da interferência desses novos equipamentos. O trabalhador que se utilizava do instrumento para a execução do seu trabalho, passa a seguir o ordenamento posto pela máquina (MARX, 1996; GORZ, 2001), que, por sua vez, foi concebida e planejada pelo trabalho intelectual dos engenheiros e mecânicos⁴² a serviço do burguês proprietário da fábrica. Como o interesse do capitalista vai além de produzir um determinado valor de uso, estando fundamentalmente voltado para a produção de mais-valia, esta alteração na produção capitalista na grande indústria resulta para o trabalhador que:

Da especialidade por toda a vida em manejar uma ferramenta parcial surge, agora, a especialidade por toda a vida em servir a uma máquina parcial. Abusa-se da maquinaria para transformar o próprio trabalhador, desde a infância, em parte de uma máquina parcial. Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo. (MARX, 1996, p. 55).

Se antes o trabalhador se utilizava do instrumento para realizar o intercâmbio com a natureza, servindo este meio de alguma forma aos interesses daquele que o usava, o

⁴² Diferentemente de hoje, quando o mecânico normalmente faz parte do operariado da fábrica, o trabalho do mecânico naquele momento da produção capitalista era “externo ao círculo de operários de fábrica” (MARX, 1996, 54).

trabalhador da grande indústria passa a ser submisso ao movimento da máquina; esta é que determina o ritmo que o operário tem de seguir (Ibidem). Em outras formas de produção, o compasso poderia ser determinado pela sua “cabeça”, seguindo sua vontade; se estivesse cansado com sua labuta, ele cessaria ou diminuiria a velocidade⁴³ do manuseio da sua ferramenta. Obviamente que em formações sociais anteriores ao capitalismo, também divididas entre classes, com o trabalhador sob a regência de um trabalho que também não significava necessariamente o atendimento imediato de suas necessidades, este trabalhador também não seria capaz de determinar plenamente o ritmo de sua labuta, basta exemplificar o controle mediante o açoite do feitor sobre o escravo.

Ocorre que sob a regência do capital, ao tornar-se um apêndice do maquinário (Ibidem), o trabalhador perde o domínio do saber-fazer; além de ser tratado como uma mercadoria, de ser rebaixado e reduzido ao nível de um objeto, também é forçado a seguir a cadência da máquina, sob as ordens daquele que comprou sua força de trabalho. Cabe ao controle do trabalho exercido pelos trabalhadores intelectuais criar regras práticas e ideológicas para que o operário obedeça ao ritmo que a máquina imprime e a forma de atuação que essa ordene. Na contemporaneidade, os chamados círculos de controle de qualidade agem de forma ainda mais despótica, pois além dessas exigências, alienam de tal forma os trabalhadores, que incentivam que esses indiquem como o seu tormento pode ser intensificado (BERNARDO, 2004), como podem ter suas forças físicas e cognitivas exploradas com maior vigor.

Conforme os interesses do possuidor dos meios de produção, o trabalho intelectual organiza a produção de forma tão discricionária e manipulada, que a máquina é mencionada como a vilã por este processo, ignorando que todos os meios de produção são utilizados a partir das determinações oriundas da classe que é detentora desses Meios. Ao mesmo tempo, também impõe ao trabalhador que utilize este meio de trabalho como sendo o único possível. Como demonstra Gorz:

O processo de produção deve ser organizado de tal maneira que a injunção de rendimento máximo seja percebida pelo operário como uma exigência inerte da própria máquina, como um imperativo intrínseco à matéria [...]. O operário deve suportar o trabalho – tanto a quantidade quanto a natureza de seu trabalho diário – como a única maneira possível de servir uma máquina que, por sua vez, deve parecer-lhe como a única

⁴³ Há de se ressaltar que esta situação é válida, por exemplo, para o artesão do período feudal ou o meteco que produzia utensílios na Grécia antiga; já para o escravo, é uma completa impossibilidade.

máquina possível: como a única solução possível para os problemas técnicos da produção. (2001, p. 81).

O equipamento que o operário atua foi concebido para atender às determinações do capital em conseguir extrair o máximo de sobretrabalho do trabalhador, obviamente que isso é contrário aos interesses do operário. É por esta razão que a maquinaria não ameniza o tormento do trabalhador, nem sequer existe tal intenção. De acordo com Marx:

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio de produção de mais-valia. (MARX, 1996. p.7).

Desta forma, se toda máquina é uma invenção humana, no sentido de ser fruto da capacidade do homem na transformação da natureza em meios de produção, a maquinaria sob a égide da sociedade burguesa é o resultado da “invenção de não-operários servindo aos interesses do capital” (GORZ, 2001, p. 81). Como não custa recordar que para o capital o trabalhador nada significa enquanto ser humano, apenas enquanto mercadoria força de trabalho (MARX, 1988), o maquinário concebido para a produção capitalista é, portanto, uma invenção que para a sua finalidade se torna uma completa desumanidade. O ser humano que trabalha é considerado apenas força de trabalho, e o meio de trabalho como um instrumento que eleva a extração de mais-valia e a valorização do capital; o homem é desconsiderado.

Estando a técnica e a ciência “subordinadas e integradas ao processo de produção, solicitadas por ele, elas trazem, enquanto forças produtivas, o selo das relações capitalistas de produção” (GORZ, 2001, p. 223). Tais relações estão estabelecidas numa estrutura produtiva onde o trabalhador é a fonte da riqueza daquele que o oprime. O desenvolvimento tecnológico encontra-se ajustado a auxiliar que esta riqueza seja arrancada da classe trabalhadora com maior eficiência do ponto de vista do lucro do capitalista, ainda que isto constitua mais tormento e exaustão para o trabalhador. Isto significa extrair com maior vigor e intensidade a mais-valia, exigindo soluções técnicas e operacionais que oprimem ainda mais o trabalhador.

Como o processo de trabalho na produção da sociedade capitalista está voltado para gerar um “valor de troca”, o trabalhador realiza sua atividade sob as determinações estabelecidas para esta finalidade singular da classe proprietária dos meios de produção. Tais determinações são estranhas ao trabalhador, portanto, “não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador” (MARX, 1996, p 56). Com o advento da maquinaria, ocorre uma intensificação da sobreposição dos interesses particulares da burguesia sobre os trabalhadores; esta se torna uma “realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva” (Ibidem, p. 56).

É assim que a maquinaria e as inovações tecnológicas que a sequenciam se tornam um poderoso mecanismo do capital contra o indivíduo que produz (Ibidem), que o desqualifica e eleva sua labuta. Isto ocorre não porque a máquina traz em sua essência um efeito maléfico ao homem; pelo contrário, o avanço tecnológico, considerado em si mesmo, traz um potencial para liberar parte do tempo necessário à produção de valores de uso indispensáveis à reprodução social. Ocorre que não existe avanço científico e tecnológico imune aos interesses dominante. Todos os objetos criados pelo homem são de alguma forma o reflexo da sociedade da qual ele é partícipe, portanto, não é possível pensar nesses objetos ignorando as relações sociais que os construíram. Sobre essas determinações no capitalismo, é Marx quem esclarece:

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, *considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho*, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza. (Ibidem, p. 73, grifo nosso).

Qualquer instrumento, técnica e invento concebido para a reprodução das relações capitalistas não está imune às indelévels marcas da desumanidade desta formação social, isto porque não há objeto social desvinculado da sociedade que lhe originário. O que determina que o maquinário se torne um objeto hostil ao trabalhador são as relações sociais

estabelecidas, seus interesses, como são concebidos e utilizados os meios de produção a partir da orientação dada por aqueles que possuem esses meios. Tais relações é que transformam a máquina em inimiga⁴⁴ do homem. São as relações capitalistas e suas determinações que são tanto capazes de criar condições técnicas para a invenção e produção de máquinas modernas, como também de tornar o homem submisso dessas mesmas máquinas que inventam. Contrariamente a possibilidade de o homem ser livre por meio do trabalho, são essas relações que permitem que o homem tenha que vender-se para sobreviver, que alugue, escravize ou venda os seus semelhantes para obter lucro.

As técnicas e os meios de produção utilizados sob o comando do capital estão direcionados com a finalidade de “impor ao operário o rendimento máximo através da combinação dos meios de produção e das exigências objetivas de sua execução” (GORZ, 2001, p. 81). Se a determinação da produção capitalista tem por intento os objetivos restritos da classe burguesa,⁴⁵ e externos aos trabalhadores, a ciência e o desenvolvimento tecnológico cumprem os ditames estabelecidos pela ordem do capital, em oposição aos interesses da classe trabalhadora.

Marx não poupa críticas ao uso que é dado ao desenvolvimento da produção sob o domínio da ordem burguesa e assevera que na acumulação capitalista:

[...] todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma: desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho. (MARX, 1996, p. 274-275).

Tais métodos para aumento da produtividade são organizados considerando o trabalhador não enquanto homem, mas como um mero dente da engrenagem do engenho produtivo do capital (MÉSZÁROS, 2002). Trata-se de um objeto adquirido pelo

⁴⁴ Sobre a luta entre trabalhador e máquina, Cf. item 5 do capítulo XIII de “O Capital” (MARX, 1996, p. 59 a 69) e o texto “Os destruidores de máquinas” (HOBSBAWN, 1981).

⁴⁵ Oportuna a observação de Lessa e Tonet a respeito desta determinação particular: “A forma individualista, privada, de acumulação da riqueza, que caracteriza o capitalismo, faz com que as possibilidades possam ser aproveitadas plenamente apenas pelas classes dominantes. Elas são, quase sempre, negadas aos trabalhadores, isto é, à maior parte da humanidade” (2008, p. 86).

capitalista, que tem um preço e uma utilização. Como sua força de trabalho foi comprada pelo burguês, “o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins” (MARX, 1988, p. 147).

O processo de trabalho ocorre entre “coisas” que o burguês adquiriu (Ibidem), tanto os meios, como a matéria-prima e a força de trabalho, se tornam uma propriedade daqueles que os compraram. De posse destas mercadorias, o capital procura na organização do trabalho e nas técnicas utilizadas atingir dois objetivos: “aumentar a eficácia do processo de produção e diminuir relativamente o preço do trabalho” (PIGNON; QUERZOLA, 2001, p. 118). A introdução do maquinário tem esta dupla função, a primeira é elevar a produtividade, isso é conseguido tanto pelas características do maquinário, como também porque o ritmo de trabalho é intensificado, a segunda, é diminuir o valor relativo⁴⁶ a ser pago pela força de trabalho utilizada. Além desses aspectos, Romero acrescenta, explicando a função da maquinaria também como um elemento que desqualifica o produtor e intensifica o ritmo de seu trabalho.

Na medida em que a maquinaria desvaloriza o trabalho e o desqualifica, permite ao capitalista, além de utilizar trabalho simples, obter um maior controle sobre o ritmo da produção e o modo de trabalhar, ou seja, permite a introdução de uma racionalização capitalista na produção, externa e contrária ao saber-fazer operário. A fábrica torna-se a caserna do capital, onde a tecnologia ocupa uma dupla função: a de exploração e de domínio, sob a orientação capitalista. (ROMERO, 2005, p. 18).

A organização do trabalho não tem a capacidade de apenas pelos seus mecanismos diminuir o preço da matéria-prima, dos diversos insumos e dos meios de produção adquiridos, pois o valor desses é controlado por outros guardiões de mercadoria (MARX, 1988), que também buscam zelar pela sua lucratividade. Também não lhe é possível simplesmente elevar o preço do seu produto, desconsiderando a concorrência existente; diante disso, resta como alternativa o rebaixamento do valor que é pago ao trabalhador (PIGNON; QUERZOLA, 2001), seja elevando à quantidade de objetos que esse produz durante sua jornada, ou mesmo precarizando as condições de trabalho.

⁴⁶ Para Pignon e Querzola: “A redução (relativa) do preço do trabalho será um objetivo tão importante para o ‘capital’ quanto mais os salários forem considerados como custos de produção. Para consegui-la, os organizadores capitalistas dispõem de dois métodos fundamentais: a intensificação do trabalho e a desqualificação” (2001, p. 120).

Em razão de não ser facultado ao capital “eliminar trabalho vivo do processo de criação e valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho” (ANTUNES, 2005, p. 34). Sendo o trabalho no capitalismo uma mercadoria, a burguesia e seus representantes buscam comprá-la pelo menor preço (no sentido absoluto ou relativo), ao tempo que também a utilizam com a maior intensidade possível. Sob as regras do capital, tanto ontem, como hoje, a maquinaria e os novos artefatos tecnológicos na produção e nos serviços cumprem com rigor esses objetivos.

Ao iniciarmos o século XXI, prosseguimos num período profundamente contrarrevolucionário e nos encontramos numa crise histórica e crucial para o processo de emancipação humana. Nestes tempos, a desorientação e a incerteza sobre o futuro da humanidade parece ter se tornado a regra do dia. As possibilidades de superação radical desta sociedade parecem encobertas pela “nuvem” do conformismo e pelo discurso de inúmeras teorias que insistem em negar a existência de uma alternativa palpável à ordem estabelecida. Ao mesmo tempo, a reprodução social sob os ditames do capital inflige ao ser humano uma vida tão despoticamente alienada, que as novidades tecnológicas acabam por exercer sobre a consciência uma perspectiva muito além do que realmente elas representam. A explicação sobre as transformações ocorridas nas relações de produção é apresentada como se o processo histórico determinado pela luta de classes fosse subordinado ao desenvolvimento das forças produtivas. As soluções tecnológicas são tomadas como uma opção mais aceitável e menos dolorosa que a revolução. A ideia de um crescimento imanente da ciência é incorporada ao discurso dos apologistas do capital, como se existisse um desenvolvimento das forças produtivas voltado para os interesses acima das classes, como se a saída para os problemas da humanidade dependesse exclusivamente das soluções tecnológicas.

2.1 O trabalho permanece como a fonte da riqueza

A continuidade da crise e as profundas e devastadoras consequências sociais que a humanidade sofre nos dias de hoje, indicam que estamos numa crise “nunca dantes experimentada e numa escala incomparável” (MÉSZÁROS, 2009, p. 75). Após o período de movimentos de expansão e crises cíclicas, o capital adentrou em uma fase nova, cujo aspecto nodal é marcado pela continuidade depressiva, demonstrando o caráter sistêmico e estrutural dessa crise. A crise em que estamos imersos é tão grave e profunda, que é caracterizada tanto pelas terríveis consequências sociais, como pela extensão de seu tempo (LESSA, 2001). No núcleo mais duro dessa questão se encontra a incapacidade do capital superar integralmente os efeitos dessa crise. Isto significa que este colapso estrutural, diferentemente de outros cíclicos, se converteu numa crise que ao invés dos pulsos

destrutivos delimitados, como os ocorridos na crise de 1929, temos o que Mészáros (2002), denomina de um *continuum* depressivo. A produção tendo por solo a crise estrutural passa a ser o modo decisivo de reprodução do sistema do capital e a acumulação destrutiva sua forma de interação com a sociedade. Diante de um quadro profundamente contrarrevolucionário a consequência é que

[...] a reprodução de nossa sociedade, incorporou a crise como se ela fosse um dado natural. O resultado dificilmente poderia ser outro: aos poucos nos tornamos insensíveis às suas consequências mais cruéis, à crescente perdularidade do sistema, à destruição voraz do planeta e ao embotamento da vida cotidiana de todos e de cada um de nós. (LESSA, 2001, p. 75).

Apesar da gravidade da crise estrutural instalada desde a primeira metade da década de 1970, seria ingenuidade vaticinar que se esgotaram todos os espaços para “expansão capitalista, e para o deslocamento manipulador de muitos dos seus problemas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 75). O capital prossegue sua trajetória de dominação e exploração do trabalho vivo, e para tanto, tem se utilizado de estratégias cujo significado nodal tem sido uma ação de destruição contra a força de trabalho humana e as condições materiais de existência do homem.

Não podendo atacar as causas da crise em sua “raiz”, visto que isso significaria eliminar o próprio sistema, o capital apenas desloca os problemas para outras esferas. Para o enfrentamento dessa crise, a solução encontrada para “arrastar” os problemas para adiante tem sido a produção destrutiva e a corrosão do trabalho; impondo um processo de autoreprodução expansionista baseado na descartabilidade, no consumo do supérfluo, na precarização das relações de trabalho e no canceroso agigantamento do desemprego crônico. Apesar da produção capitalista das últimas décadas vir prescindindo de forma intensa das relações de trabalho formais, principalmente nos moldes em que esteve formatada até a década de 1970, isso não significou a erradicação nem sequer do trabalho assalariado, muito menos do trabalho vivo (TAVARES, 2004).

Estando o capital necessitando melhorar as condições para a convivência com sua crise estrutural, utiliza a ciência e a tecnologia como instrumentos que diminuem o tempo de trabalho necessário e desqualificam o trabalhador. Ao mesmo tempo, também precariza as relações de trabalho como forma de diminuir o valor da força de trabalho. O que hoje presenciamos é a erosão acelerada do trabalho relativamente contratado e regulamentado,

herdeiro do taylorismo/fordismo que predominou durante boa parte do século passado, sendo substituído em escala mundial por formas de trabalho precarizadas que oscilam entre a superexploração ou mesmo a autoexploração (ANTUNES, 2009).

Mesmo as ruínas que sobraram do *Welfare State* nos países centrais após a reestruturação produtiva, são agora implodidas. As variadas formas de precarização das relações de trabalho, sejam elas desregulamentação, flexibilização, terceirização e qualquer outra variação correlata, são uma inequívoca indicação de que existem porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo, apenas diminuir sua proporção de uso; ou procurar mecanismos que desvalorizem a força de trabalho, já que essa é uma mercadoria de qualidade ímpar para a produção burguesa, a única capaz de criar valor. O capital “pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *eliminar-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” (ANTUNES, 2006, p. 177, grifo na obra)

Durante o século XVIII e o XIX, a Revolução Industrial foi fundamental para a elevação da produção num cenário de expansão do comércio internacional, propiciada principalmente pelas novas colônias. Já no transcorrer de grande parte do século XX, a produção baseada no método taylorista/fordista e suas tecnologias também estiveram alinhadas aos imperativos de aumento de produtividade exigidos pelo capitalismo monopolista e pelo consumo em massa, que mantinham uma unidade mais ou menos homogênea entre a esfera da produção e da circulação. Com a crise estrutural a partir do início da década de 1970, e a ativação dos limites absolutos⁴⁷ do capital (MÉSZÁROS, 2002), essas necessidades foram alteradas. A imperiosidade de produzir mais persiste em razão da lógica irracional expansionista própria do capital (Ibidem), do qual o sistema não tem como desvincular-se. Entretanto, como o cenário que caracteriza a crise estrutural de nossos tempos é de precipitações de variada intensidade, tendentes a um *continuum* depressivo (Ibidem), o capital necessitou diminuir o tempo de utilidade dos objetos e acelerar seu ciclo de reprodução, diminuindo seu tempo de rotação. Essa redução do tempo de rotação foi possibilitada pelo uso “da microeletrônica e informática, que permitiu a aplicação de computadores na indústria, na pesquisa científica, nas comunicações, nos transportes, na informação e no campo dos serviços” (TEIXEIRA, 2008, p. 136).

⁴⁷ Sobre esses limites absolutos do capital, o próprio Mézszáros esclarece: “a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’. Esses são limites absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico” (2002, p. 220). Dessa forma, tais limites “dizem respeito especificamente a um sistema historicamente determinado – a era capitalista”. (PANIAGO, 2007, p. 73).

Como forma de economizar nos custos da “mercadoria” trabalho, elevou-se a intensidade do ritmo (ROSSO, 2008), utilizando uma força de trabalho mais precarizada, sem a rigidez das regras fordistas (ALVES, 2005); criando uma numerosa legião de trabalhadores produzindo para o capital sem regulamentos de amparo para o trabalho; “um exército de trabalhadores sem nomes, sem registros e, conseqüentemente, sem necessidade de proteção social” (TAVARES, 2004, p. 129). Como decorrência e parte do mesmo processo, também aumentaram os níveis de desemprego; agora, não mais como o resultado simples das determinações da reprodução do capital, mas como um objetivo necessário para sua acumulação.

É diante dessa conjuntura que a acumulação destrutiva⁴⁸ se estabelece. É sob a mesma perspectiva que a elevação do trabalho precarizado, a inserção da microinformática e os artefatos tecnológicos a partir dela desenvolvidos tornam-se úteis para o capital, pois poupam tempo de trabalho necessário para a produção e simultaneamente aumentam a produtividade do capital fixo, elevando a intensidade do trabalho vivo.

Diante dessa combinação estratégica do capital em tempos de crise estrutural, tanto o aumento da precarização do trabalho, como o crescimento do desemprego, não deve ser reduzido como sendo o resultado apenas do desenvolvimento tecnológico e das novas descobertas da ciência no campo da produção. De acordo com Tavares: “o argumento de que a máquina é responsável pela liberação do trabalho não serve para justificar o desemprego” (2004, p. 69). Isto porque a raiz das causas do desemprego não está no objeto, mas na relação entre “capital constante e capital variável, ou, mais especificamente, no aumento da composição orgânica do capital enquanto tendência imanente à produção capitalista, o que, para o trabalhador, é uma desgraça, porque a sua força de trabalho só lhe serve se for vendida” (Ibidem).

Esses recursos tecnológicos e as variadas formas de relações de trabalho estabelecidas, diretamente ligadas à elevação da exploração do trabalhador, são utilizados em perfeito acordo com os princípios e os objetivos de reprodução do sistema em sua atual

⁴⁸ O tipo de acumulação verificada a partir da reestruturação produtiva é denominada por Harvey (2002) como sendo “acumulação flexível”, pois segundo ele, articula relações flexíveis na produção e no consumo. Diferentemente de Harvey e baseados nas constatações de Mészáros (2002) referentes ao fabuloso gasto no complexo militar (Ibidem), no aumento do consumo mundial de matérias primas e na elevação da produção de artefatos físicos numa incrível proporção, bem como diante do atual estágio de degradação ambiental e das relações humanas, consideramos que a melhor definição é de “acumulação destrutiva”. Para onde quer que olhemos, vemos as conseqüências desta atual determinação capitalista. Além desse aspecto destrutivo que ameaça as condições de vida planeta e a própria sobrevivência humana, há que considerar “em escala mundial, a ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que se encontra hoje na condição de *precarizada* ou *excluída*” (ANTUNES, 2006, p. 167, grifo na obra).

fase, estando intrinsecamente associados aos objetivos de melhora ou manutenção das perspectivas de acumulação lucrativa do capital diante da crise estrutural (PANIAGO, 2007). Se por um lado, seria apropriado considerar que a informatização e a automação trariam, enquanto potência, a possibilidade de aumentar o tempo livre da humanidade; por outro lado, no interior do capitalismo, apenas produzem uma jornada de trabalho maior e mais intensa, colaboram para a eliminação de inúmeros direitos trabalhistas, diminuem salários e provocam ainda mais desemprego.

Como o capital é a contradição em movimento, o mesmo processo de automação e robotização que permite que a humanidade se livre de uma quantidade de trabalho considerável, não porque a máquina trabalhe, mas porque potencializa a força de trabalho, este mesmo desenvolvimento das forças produtivas é a causa de um efeito contrário às aspirações dos trabalhadores (LESSA, 2004), provocando desemprego.

O aprimoramento da capacidade produtiva também eleva o risco da superprodução e, por consequência, também a diminuição dos preços das mercadorias. Sendo assim,

Para enfrentar esta situação, as empresas possuem apenas uma única alternativa: produzir mais, melhor e mais barato que o concorrente para ocupar a fatia de mercado que ainda não lhe pertence. Nesta luta de vida ou morte entre os capitalistas, vence quem extrair maior mais-valia de seus operários e isto se consegue fazendo com que eles produzam mais em troca do mesmo salário. As novas tecnologias como os robôs e a informática cumprem precisamente este papel: permitem que menos trabalhadores produzam mais do que no passado. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento das capacidades humanas em retirar da natureza com maior eficiência aquilo que necessitamos para nossa reprodução leva ao desemprego e à maior intensificação do ritmo de trabalho dos que estão ainda empregados. O aumento da produção e o aumento da capacidade produtiva, sob o reino da abundância, geram justamente o seu oposto: a miséria dos desempregados e a intensificação da jornada de trabalho dos que ainda estão empregados. (Ibidem, p. 153).

Os efeitos desta combinação de novos equipamentos na produção, que desqualifica e suprime parte da força de trabalho necessária e intensifica o ritmo do trabalho vão além dos muros da fábrica, trazendo repercussões que se traduzem nas expressões da questão social, inclusive com o carcinomatoso alargamento do desemprego. O desenvolvimento tecnológico enquanto um instrumento útil às ambições do capital libera força de trabalho necessária; ao mesmo tempo, as relações sociais que impõem sua utilização ignoram as profundas consequências sociais de sua intervenção (MÉSZÁROS, 2004). Perante as

necessidades de aliviar os efeitos da crise estrutural e de forma a reacomodar suas contradições imanentes, o capital utiliza combinações estratégicas que tornam a elevação do desemprego não somente uma consequência inevitável, mas uma alternativa fundamental e inexorável (PANIAGO, 2007) para deslocar os seus limites para mais adiante.

Diante dessa situação de impulso ao desemprego, o que torna problemático qualquer solução que se imagine no interior da lógica do capital, é que na produção a fonte de valorização do trabalho excedente está baseada e crescentemente estimulada em razão do uso de tecnologias e processos que poupam tempo necessário de trabalho (Ibidem). Ao liberar trabalhadores e intensificar o ritmo dos que permanecem, cria-se um problema na esfera da circulação, pois esta necessita “de maior consumo e de mais consumidores, que, no entanto, se tornam mais escassos, vítimas do desemprego estrutural” (Ibidem, p. 41). Com isso, um paradoxo difícil de ser contornado está posto para a manutenção do sistema em condições estáveis, tendo em vista que, de um lado, está a imperiosa necessidade de expansão ilimitada do capital como uma força autodeterminante, do outro, os limites que são impostos por sua própria lógica (MÉSZÁROS, 2002). Ao poupar os gastos com a mercadoria força de trabalho, o capital também exclui consumidores de sua base de sustentação. Como bem denomina Paniago (2007), é um “nó górdio” que o sistema do capital cria para si mesmo. É diante deste complicado cenário que tanto as soluções tecnológicas como as políticas têm de interagir; também é exatamente por isso que as opções de seu enfrentamento são soluções superficiais e primordialmente inócuas.

Esta combinação estratégica do capital de uso de novas tecnologias na produção e nos serviços, precarização, intensificação do trabalho e aumento do desemprego estão rigorosamente de acordo com as necessidades conjunturais de reprodução do capital nesse momento histórico. Mesmo as inovações tecnológicas que hoje são utilizadas, não são o resultado “natural” do desenvolvimento científico, elas estão ajustadas às necessidades contemporâneas da reprodução capitalista. Reforçando a ideia que tanto a ciência como todo o aparato tecnológico por ela criado e utilizado estão submetidos à lógica dominante, não é o desenvolvimento tecnológico que determina como serão construídas as relações sociais e de que forma ocorrerá a organização da produção. Ao contrário, são as necessidades conjunturais de reprodução social estabelecidas pelas classes possuidoras dos meios de produção que determinam a organização e os mecanismos técnicos (LESSA, 2007) que tornarão possíveis atingir esses objetivos.

A respeito da subordinação da técnica diante das relações sociais, é válido mencionar que a antiga Grécia foi pródiga em conceber princípios inventivos que não foram plenamente desenvolvidos em sua época. O princípio prático da turbina conhecido na Atenas de Péricles teve de esperar até o século XVIII para ser aplicado na máquina a vapor. Mesmo já dispondo da roda de pás e da roda dentada, não aplicaram à força hidráulica e ao moinho d'água (DE MASI, 1999). Ocorre que essas invenções não foram aperfeiçoadas ou devidamente concretizadas na sociedade grega escravista porque o desenvolvimento tecnológico não é compatível com o trabalho escravo, este necessita de instrumentos os mais rudes possíveis (LESSA, 2002b).

Marx cita um exemplo bastante elucidativo: “A própria máquina a vapor, como foi inventada no final do século XVII, durante o período manufatureiro, e continuou a existir até o começo dos anos 80 do século XVIII, não acarretou nenhuma revolução industrial” (MARX, 1996, p. 11). Mesmo já tendo sido inventada, tal máquina não alterou por si só a produção e somente pode ser considerada como o modelo para a Revolução Industrial quando as condições rentáveis para sua utilização já estavam devidamente maduras. Assim sendo,

[...] embora a ordem interna da ciência seja uma condição necessária de qualquer avanço particular, de modo que a biologia molecular deve ser precedida pela genética clássica e pela química orgânica, isto não significa que seja uma condição suficiente. [...] até o mais básico da ciência que realizamos é um produto de nossa sociedade. (HILARY; ROSE, 1970, p. 243).

No capitalismo, é a lógica do lucro que orienta tal reprodução, tenhamos consciência disso ou não. Como nítido exemplo, é suficiente verificar que a partir da reestruturação produtiva, formas aparentemente ultrapassadas ou até abandonadas retornam gloriosamente como práticas modernas, ou seja, adaptáveis às atuais necessidades da acumulação capitalista. Harvey analisa a convivência dessas diferentes formas de produção e considera esse regresso como o lado obscuro do suposto desenvolvimento da sociedade capitalista.

O retorno à superexploração em Nova York e Los Angeles, do trabalho em casa e do ‘teletransporte’, bem como o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. (HARVEY, 2002, p. 174).

Antunes relata que o emprego assalariado formal, modalidade de trabalho predominante no capitalismo durante o século passado, baseado no padrão fordista/taylorista, que Chaplin satirizou com maestria em *Tempo Modernos*

[...] está se exaurindo e sendo substituído por formas de trabalho que em alguns casos se assemelham às da fase que marcou o início da Revolução Industrial. Senão, como explicar, em pleno século 21, as jornadas de trabalho que em São Paulo, chegam a 17 horas por dia? (ANTUNES, 2009b, p. 54).

Diante de uma crise de dimensão nunca antes encontrada e cujos mecanismos de controle mostram-se ineficazes na resolução das contradições nodais, o capital procura encontrar formatos de produção que se enquadre nas suas necessidades presentes. O aviltamento e a degradação do trabalho é uma realidade impossível de ser negada, os exemplos são os mais variados e dramáticos; o trabalho escravo ou semi-escravo nos canaviais, as penosas jornadas de trabalho de imigrantes por todo planeta, os *chicanos* (EUA), *dekasseguis* (Japão), *Gastarbeiters* (Alemanha), *lavoro nero* (Itália) e os jovens operários no Japão que dormem em cápsulas de vidro (Ibidem), que mais se assemelham a túmulos para vivos. Seres humanos que produzem a riqueza social e que também são degradados e aviltados, cuja força de trabalho é sugada às vezes até a morte.⁴⁹ Na América Latina, trabalhadoras domésticas chegam a cumprir jornadas semanais de até 90 horas, tendo não mais de que um dia de folga durante o mês (Ibidem).

Com a chegada da crise estrutural, formas de produção que até algum tempo eram excomungadas por serem consideradas sinônimo de atraso, como por exemplo, as oficinas de produção domiciliares e as relações clandestinas de trabalho, ressurgem gloriosamente abençoadas⁵⁰ como formas modernas e autônomas para o trabalhador. A elevação da exploração do trabalhador através do aumento da jornada e do ritmo, bem como a

⁴⁹ Dejours cita que as patologias ligadas à intolerância e a pressão no trabalho chegam a ocasionar suicídios no próprio ambiente de trabalho, relatando o caso de “Francis Verstaen, que se suicidou na linha de montagem da Volkswagen, na Bélgica, diante de seus colegas”. (DEJOURS, 2009, p. 50).

⁵⁰ A tal benção revela-se, na verdade, como uma despótica maldição. A questão é que “o trabalhador envolvido nesse processo [...] pensa que trabalha para si próprio” (TAVARES, 2004 p. 143), entretanto, é ainda mais explorado por fios invisíveis (Ibidem). Ao invés de trabalhar para o patrão de acordo com relações formais e garantias trabalhistas, o trabalhador é jogado no infortúnio poço obscuro da informalidade, utiliza a própria casa como oficina de trabalho, compra as máquinas para produzir (muitas vezes para o mesmo patrão de antes), trabalha em jornadas mais longas e ainda explora filhos (as) e esposa (o). Como imaginar uma exploração mais brutal?

intensificação do uso tecnológico na produção, são compatíveis com essas formas de acumulação, pois conseguem extrair mais sobretrabalho (ROSSO, 2008).

Existindo um impulso de incontrolabilidade⁵¹ na lógica de seu metabolismo (MÉSZÁROS, 2002; MARX, 1996; PANIAGO, 2007), a despeito de sua insolente “irracionalidade, a reprodução ampliada continua, tanto quanto antes, a ter sentido do ponto de vista do próprio capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 940). Para realizar esta produção ampliada em limites mais estreitos, a solução é produzir o desperdício, organizar uma produção destrutiva e perdulária, no autêntico sentido dessas palavras. Isto porque uma vez que o capital consegue converter a mercadoria em dinheiro, ou seja, quando alcança o lucro, pouco importa se esta mercadoria será consumida ou se será destruída (PANIAGO, 2007) e muito menos é levado em consideração quais as implicações e consequências desse tipo de produção.

Se a produção é perdulária, a força de trabalho passa a ser mais precarizada. Para operacionalizá-la, tornou-se necessário o alargamento do trabalho informal, o ressurgimento do trabalho domiciliar (TAVARES, 2004), além de diversas outras formas que se enquadrem no uso da força de trabalho facilmente descartada quando necessário. Isso é o que o capital encontra de mais inovador em se tratando de retrógrado. Essas são as “velhas formas modernas” de maximizar os ganhos num cenário de profunda crise, em que o capital permanece necessitando da força viva e de expandir-se num movimento autocontraditório (MÉSZÁROS, 2002).

Neste mesmo período, foram desenvolvidos e aperfeiçoados uma série de novos aparatos tecnológicos baseados na informática. Para alguns apologistas do capital, estas inovações trariam a redenção para o ser humano, seria o caminho seguro para o reino da abundância e da liberdade, pois possibilitariam liberar o homem do processo de trabalho, dando-lhe a oportunidade de viver dias de prosperidade e lazer (SCHAFF, 2007;

⁵¹ A este respeito, é oportuno mencionar que o fato de ser incontrolável, não significa que o capital não possa ser superado, seu controle e sua superação são coisas absolutamente distintas. Se Mézáros (2002) explicita os fundamentos dessa incontrolabilidade como parte de um movimento auto-expansivo, Marx já indicava esta ao mencionar que o capitalista incorpora as leis de ampliação constante como uma força proveniente da lógica do capital que ele não consegue dominar. “Como tal, ele partilha com o entesourador o instinto absoluto do enriquecimento. O que neste, porém, aparece como mania individual, é no capitalista efeito do mecanismo social, do qual *ele é apenas uma engrenagem*. Além disso, o desenvolvimento da produção capitalista faz do *contínuo aumento do capital investido* numa empresa industrial uma necessidade e a concorrência impõe a todo capitalista individual as leis imanentes do modo de produção capitalista *como leis coercitivas externas*. Obriga-o a *ampliar seu capital continuamente para conservá-lo, e ampliá-lo ele só o pode mediante acumulação progressiva*” (MARX, 1996, p. 225, grifo nosso).

MASUDA, 1980; DE MASI, 1999). O Deus da máquina informatizada responsável pelo surgimento dessa nova sociedade seria mais que um Deus, seria uma máquina sem Deus, pois não devia obediência a ninguém e trataria de resolver o que os homens até então não conseguiram, inclusive a supressão completa do trabalho.

O problema é que o “Deus” da onipotência tecnológica capitalista falhou. Ao invés de soluções para a humanidade, esta foi lançada numa fase potencialmente perigosa para sua continuidade, onde a tragédia social se agiganta dia após dia. Os resultados até agora possibilitados pela ciência e pelo avanço tecnológico, nos permitem concordar com Mészáros, que “argumentar que ‘a ciência e a tecnologia podem solucionar todos os nossos problemas a longo prazo’ é muito pior que acreditar em bruxas, já que tendenciosamente omite-se o devastador enraizamento social da ciência e da tecnologia atuais” (MÉSZÁROS, 2009, p. 53). Ou seja, esconde-se que a ciência, seus resultados e orientações, são um reflexo da sociedade da qual ela é originária e subordinada.⁵²

A crença de vários apologistas da burguesia era de que o avanço tecnológico possibilitaria que houvesse uma eliminação contínua e consubstancial do trabalho manual, tendo por consequência a diminuição de seu controle (SCHAFF, 2007). Sob a mesma lógica, as novas tecnologias também permitiriam o aumento do tempo livre (Ibidem), ocasionado pela liberação dos trabalhadores das dores do labor (MASUDA, 1980). As modernas máquinas da era da informática fariam o que até agora nenhuma outra teria conseguido, proporcionar a libertação do homem da necessidade de trabalhar, o homem teria agora que se preocupar com o que fazer com o tempo livre (Ibidem).

Em rejeição a esta concepção, Organista argumenta que tal possibilidade de liberdade inexistente no interior da ordem do capital:

A defesa de uma sociedade do tempo livre é legítima e antiga. [...] Entretanto, sob os auspícios do capitalismo, nem o trabalho nem o tempo podem ser verdadeiramente livres, ao contrário, ambos podem se tornar realmente livres e criativos quando fora do domínio do capital. (ORGANISTA, 2006, p. 59).

⁵² Como bem nos lembra Mészáros: “É um símbolo de nossa época que as mais elevadas realizações intelectuais sejam recompensadas com uma grande soma em dinheiro a um prêmio – o prêmio Nobel – que presenteia o investimento lucrativo da fortuna acumulada pelo inventor da maior força de destruição conhecida pelo homem antes da bomba atômica” (2004, p. 283). A invenção de Nobel foi a dinamite. Nada melhor para ilustrar as determinações da ciência na sociedade capitalista que essa combinação de lucro e destruição.

A questão é que a maquinaria na sociedade capitalista não age libertando o homem do trabalho, apenas desqualificando o trabalhador e intensificando a labuta daqueles que permanecem empregados, sugando com ainda mais vigor as forças do trabalhador, elevando os níveis de exploração.

O sonho de uma sociedade liberta do trabalho humano é tão antigo que Marx faz questão de destacar como já idealizado por Aristóteles, por ele considerado o maior pensador da Antiguidade. Imaginava o célebre filósofo grego o quanto seria bom se

[...] cada ferramenta, obedecendo às ordens ou mesmo pressentindo-as, pudesse realizar a obra que lhe coubesse, como os engenhos de Dédalo que se movimentavam por si mesmos, ou as trípedes de Hefáisto que iam por si mesmas ao trabalho sagrado, se as lançadeiras tecessem por si mesmas, não seriam, então, necessários auxiliares para o mestre-artesão nem escravos para o senhor. (ARISTÓTELES, apud MARX, 1996, p. 41).

Não poderia ser livre no tempo de Aristóteles, em razão da própria exigência do ser humano enquanto real produtor, de ser a antiga sociedade grega dependente do trabalho escravo e da impossibilidade lógica do desenvolvimento de meios de trabalho sofisticados naquele formato social. Como o trabalho escravo não comporta o desenvolvimento tecnológico,⁵³ tais engenhocas ficavam apenas no campo da mitologia grega. Não pode tornar-se livre hoje, porque o trabalhador está encarcerado na lógica mercantil das relações sociais (MARX, 1996) e, no seu interior, “a maquinaria só funciona como apropriação de sobretrabalho e não liberação de trabalho” (ROMERO, 2005, p. 117). A introdução de novos artefatos na produção capitalista tem historicamente demonstrado que as máquinas não têm propiciado alívio para o tormento do trabalhador. Sob o domínio do capital, “a máquina é o mais comprovado meio de prolongar a jornada de trabalho” (MARX, 1996, p. 41), e não de liberdade humana.

É com a intenção de elevar o ritmo, a jornada de trabalho e o controle do capital sobre os trabalhadores que os novos artefatos tecnológicos são utilizados, recebendo também o auxílio de formas de gerenciamento compatíveis com essa determinação.

⁵³ A questão da impossibilidade do desenvolvimento tecnológico no escravismo é ainda mais profunda, restringindo a própria elevação da produtividade. Como toda produção pertence ao senhor, aos escravos não interessa sua elevação, por isso mesmo, os instrumentos que eles utilizavam tinham de ser o mais rudimentar possível, pois uma das formas de se afirmarem como humanos, e não instrumentos *vocals*, era quebrar o meio de trabalho (LESSA, 2002b; LESSA; TONET, 2008).

Os novos equipamentos associados aos novos esquemas de organização do trabalho concebidos pelas empresas resultaram no incremento do controle. A configuração concreta que assumiu o novo processo de trabalho (tecnologia mais organização do trabalho) é decorrente de uma opção gerencial orientada pelo objetivo da redução dos custos de mão-de-obra, via subordinação e intensificação do trabalho. (CARVALHO, 1987, p. 131).

Sendo a força de trabalho uma mercadoria que o capitalista comprou, este último tem o interesse de utilizá-la de forma rentável para o seu negócio (PIGNON; QUERZOLA, 2001), incluindo comprá-la pelo menor preço possível. As novas tecnologias desqualificam essa força trabalho, aumentando seu ritmo de uso e diminuindo seu valor. Ao trabalhador não lhe resta muitas opções, pois está aprisionado “mais firmemente ao capital do que as correntes de Hefáisto agrilhoaram Prometeu ao rochedo” (MARX, 1996, p. 275). Sendo assim, não é o trabalhador quem define como serão as condições de sua labuta (Idem, 2008), o nível de intensidade e o grau de empenho pessoal com a atividade. Sob os ditames do trabalho alienado, “o ato de compra e venda da força de trabalho confere ao comprador poder sobre como será utilizada essa mercadoria” (ROSSO, 2008, p. 24).

Fazer essa mercadoria “render” o máximo que puder é uma das principais preocupações daquele que adquiriu a força de trabalho (PIGNON; QUERZOLA, 2001), quanto mais intensamente trabalhar, melhor será para o burguês. Além disso, o tempo que sobrar para o trabalhador não é livre para que este desfrute de um real descanso, não é para pensar e refletir sobre o mundo em que vive e as coisas que acontecem. Esse período é primordialmente tempo que o capital também se apropria cada vez com maior intensidade; tempo que o trabalhador perde consumindo produtos e serviços, ou até mesmo trabalhando gratuitamente em auxílio à reprodução do capital. O típico “passatempo” de encontrar lazer indo às compras nos *shopping centers*, revelam bem o quanto alienada encontra-se a humanidade e como o fetiche da mercadoria⁵⁴ está profundamente impregnado por todos os complexos sociais, atingindo brutalmente inclusive a esfera da vida privada.

Isto significa que vivemos numa sociedade intensamente marcada pelo egoísmo, pelo individualismo, pela luta de todos contra todos e pelo domínio das relações

⁵⁴ E nem poderia haver tempo verdadeiramente livre numa sociedade amplamente dominada pelo trabalho estranhado. Nas palavras de Antunes: “O tempo livre existente atualmente é tempo pra consumir mercadorias [...] O tempo fora do trabalho também está fortemente poluído pelo fetichismo da mercadoria” (2006, p. 173).

mercantis.⁵⁵ No plano na individualidade e da personalidade, isto implica uma existência profundamente solitária e anódina (LESSA, 2004). A solidão⁵⁶ torna-se, nestas circunstâncias, uma das mais violentas determinações que atingem o ser humano.

Quanto ao trabalho gratuito, para exemplificá-lo, é o bastante verificar a funcionalidade do voluntariado para o capital. Sem precisar pagar um centavo por essas horas de trabalho ofertadas, a partir de um poderoso processo ideológico, o capital se utiliza da boa vontade dos indivíduos para realizar inúmeras atividades que o Estado antes desempenhou. Ainda mais instigante é a observação de Teixeira sobre o trabalho gratuito desempenhado pelos consumidores, que, sem perceber, tornam-se “trabalhadores sem contracheque”. Os bancos, por exemplo, utilizam o tempo livre de seus clientes para que estes realizem “operações de saque, de extrato, de transferência, de aplicação, de emissão de talonários etc., que antes cabiam aos funcionários dos bancos” (TEIXEIRA, 2008, p. 139). Os exemplos são diversos e vão bem além do sistema bancário. Nos sistemas *self service*, faça você mesmo etc., o consumidor passa horas ao telefone num *call-center*, nos mais diversos ramos, à espera de um atendimento. Conserta e ajusta gratuitamente para o provedor de internet as falhas no sistema, enquanto essas empresas economizam capital com a não contratação de trabalhadores para essas atividades, transformando os consumidores num batalhão de trabalhadores que prestam serviço, sem nenhuma remuneração (Ibidem). “O capital apropria-se da força coletiva desses trabalhadores sem

⁵⁵ Lessa nos brinda uma reflexão bastante pertinente sobre este processo dominador do capital que impõe que toda humanidade se converta em guardiãs de mercadoria. “As pessoas, no sentido aqui de humanidade, são o que elas fazem. Os seres humanos são as relações sociais que estabelecem entre si; os indivíduos são as conexões que estabelecem com a história da qual são partícipes. Como vivemos em uma sociedade que produz mercadorias, fazemos a nós próprios ‘guardiões de mercadorias’. Os da classe dominante são ‘guardiões do capital’, os assalariados são ‘guardiões’ da sua força de trabalho, a única mercadoria que têm para vender. Todavia, como a riqueza do patrão é produzida pelo seu trabalhador, o capital da burguesia nada mais é que a riqueza produzida pelo operário e, assim, o capital termina revelando-se o que de fato é: a força de trabalho convertida em propriedade do burguês. No fundo, portanto, o burguês e o proletário são ‘guardiões’ da mesma mercadoria sob formas diversas. Isto que vale para o burguês e o operário, vale para todos os trabalhadores entre eles: os assalariados em geral. E vale, também, para os marginalizados e desempregados: são ‘guardiões’ que são miseráveis ao não conseguirem vender suas mercadorias. [...] Quando a economia força o indivíduo a vender e comprar mercadorias para viver, as relações de concorrência moldam até mesmo a ‘vontade’ dos indivíduos: é assim que vivemos em função do dinheiro, que é a mercadoria das mercadorias, a mercadoria universal” (2006, p. 4-5).

⁵⁶ “Como a vida genérica não pode ser um portador adequado das necessidades e possibilidades dos indivíduos que a compõem, torna-se de tal modo repulsiva às individualidades que não resta a estas senão buscar a proteção do isolamento” (LESSA, 2004, p. 150). O processo de reprodução social capitalista impõe uma vida marcada pela mercantilização da vida em praticamente todos os complexos sociais, desse modo, os indivíduos mantêm uma relação contraditória e antinômica com seu gênero humano (Ibidem), cindidos entre ser humano e guardião de mercadoria. Nesse contexto, a solidão torna-se quase um pré-requisito para suportar as terríveis pressões advindas da sujeição do homem à mercadoria.

despender uma única migalha de valor com a compra de sua força de trabalho. É a exploração *mais desavergonhada já realizada pelo capital*". (Ibidem, p. 138-139, grifo nosso).

A expectativa de superação das desigualdades sociais e estruturais pela expansão quantitativa da produção ou pelo desenvolvimento científico e tecnológico não trouxe até o presente os benefícios imaginados. Obviamente que não se trata de condenarmos a ciência em si, o avanço tecnológico ou as próprias máquinas como os culpados pela não superação das desigualdades (MARX, 1996). Colocar a tecnologia e a ciência como as vilãs do desemprego e da miséria, ou inversamente, considerá-las como as salvadoras, é desconsiderar o movimento real da luta de classes e os interesses da classe que é a detentora dos meios de produção, cuja ideologia também é a predominante na sociedade (MARX; ENGELS, 2007). A ciência hoje produzida e as tecnologias existentes são um reflexo das necessidades das classes hegemônicas em conseguir a reprodução do sistema (MÉSZÁROS, 2004). A permanência do processo de acumulação expansiva do capital em tempos de crise estrutural é o desafio perseguido pela burguesia nos dias de hoje; o desenvolvimento tecnológico e a ciência estão voltados para atender aos objetivos deste esforço. Como decorrência dessas exigências e determinações instauradas pela crise estrutural do capital, a ciência afastou-se do que ainda existia de "objetivos positivos e assumiu o papel de auxiliar a multiplicação das forças e modalidades de destruição" (Idem, 2004, p. 299).

Nesse instante de crise sistêmica, a ciência e a tecnologia nem sequer conseguem contribuir decisivamente para resolver os problemas decisivos do próprio capital (Idem, 2002). Se as contradições no metabolismo de acumulação do capital atingiram um estágio que impede que o desenvolvimento das forças produtivas resolva firmemente suas próprias dificuldades (Ibidem), que dirá solucionar minimamente as mazelas de toda a sociedade. Como existe uma disjunção entre a produção genuína e a autorreprodução do capital como uma demanda artificialmente imposta (Ibidem), a ciência e o desenvolvimento tecnológico encontram-se firmemente imbuídos em oferecer soluções técnicas e operacionais para a manutenção e expansão dessa crescente autorreprodução (Idem, 2004) em condições cada vez mais adversas criadas pela própria reprodução capitalista. É por conta disso que no presente contexto "a ciência e a tecnologia só poderão ser utilizadas a serviço do desenvolvimento produtivo se contribuirão diretamente para a expansão do capital e

concomitantemente também ajudarem a empurrar para mais longe os antagonismos internos do sistema” (Idem, 2002, p. 254-255).

Atualmente, mesmo as soluções tecnológicas estão condicionadas a ser utilizadas apenas parcialmente em favor do capital, já que não são possíveis transformações consubstanciais. É por esse preceito que, a partir da crise estrutural do capital, qualquer solução na técnica também tem de auxiliar a tarefa de adiar os enfrentamentos nodais do sistema (Ibidem). É procurando formas, mecanismos e estratégias de produção adequadas às atuais necessidades de acumulação de adiar o antropofagismo de si mesmo que o capital estimula a ciência a desenvolver tecnologias adequadas a essa premissa, tecnologias que aumentem a extração de sobretrabalho, que desqualifiquem os reais agentes produtores e que acelerem o circuito reprodutivo do capital.

Como o sistema do capital tem uma incapacidade de tratar as causas como tais (MÉSZÁROS, 2002; PANIAGO, 2007), divorciando o efeito da causa, todos os problemas do sistema são tratados apenas na qualidade de distúrbios temporários e nunca enfrentados do ponto de vista de suas causas fundamentais, não importando as graves implicações que a longo prazo possam desencadear esse não enfrentamento, o “capital é apenas ‘reativo’ e ‘retroativo’. Conforme surjam as necessidades de intervenção utiliza-se de ações remediadoras” (PANIAGO, 2007, p. 159). Como é incapaz de eliminar sua lógica, pois significaria também findar-se, sobra como nefária alternativa destruir tudo aquilo de vivo que existe, ou seja, o homem e suas bases materiais de existência.

Marx, com sua implacável ironia cria uma caricatura sinistra das máquinas ao mencioná-las como um “monstro mecânico, [...] cuja força demoníaca, de início escondida pelo movimento quase festivamente comedido de seus membros gigantesco, irrompe no turbilhão febril de seus inúmeros órgãos” (MARX, 1996, p 16-17). O mesmo Marx, não nega que a maquinaria, ou se preferirmos, o desenvolvimento tecnológico, tem em si a “potência” de possibilitar mais tempo livre. Ocorre que o capital utiliza esse aparato não para aliviar o tormento do trabalhador, mas para extrair o máximo de sobretrabalho. Disso decorre “o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital” (Ibidem, p. 41). Marx assinala que “é preciso tempo e experiência até que o trabalhador distinga a maquinaria de sua aplicação capitalista e, daí, aprenda a transferir seus ataques do próprio meio de produção para sua forma social de exploração” (Ibidem, p. 60). O efeito nocivo da

máquina não está no objeto, mas em como esse é empregado e para quais desígnios ele serve, encontra-se na função social da máquina. Desde sua concepção a sua utilização, é o seu aspecto social que provoca a desumanidade.

A orientação e os resultados de grande parte dos cientistas que hoje estão empenhados no aperfeiçoamento científico e tecnológico não são oriundos de um desenvolvimento intrínseco da ciência (MÉSZÁROS, 2004). Com efeito, é o resultado das necessidades e determinações provenientes de exigências do processo de reprodução capitalista, que em sua essência é regido pela busca da mais-valia (MARX, 1996). É assim que qualquer interpretação que se imagine do desenvolvimento tecnológico nos últimos séculos deve levar em consideração os pressupostos do capital. Conforme Mézáros: “a articulação histórica da ciência e da tecnologia, o modo como elas moldam nossas vidas hoje em dia, é totalmente ininteligível sem o reconhecimento de sua profunda inserção nas determinações socioeconômicas do capital” (MÉSZÁROS, 2004, p. 269). É dessa forma que “a ciência torna-se, não apenas *de fato*, mas *por necessidade* – em virtude de sua constituição objetiva sob as relações sociais dada -, *ignorante e despreocupada* quanto as consequências sociais de sua profunda intervenção prática no processo de reprodução social” (Ibidem, p. 270, grifo na obra).

É exatamente por conta da subordinação da ciência às determinações da classe hegemônica, que não se pode delegar à ciência transformações que tragam uma ruptura nas relações sociais vigentes, ou mesmo obstáculos para reprodução dessas. De acordo com Marx, supor a solução das contradições oriundas da reprodução do capital é uma completa impossibilidade no interior dessa formação social. Nosso autor alemão é firme nas palavras, intransigente em negar qualquer alternativa de mudança sem que esta ordem social seja superada radicalmente. As soluções tecnológicas ou quaisquer outras alternativas limitadas às fronteiras do capital são todas rigorosamente ineficazes:

[...] nenhum melhoramento da maquinaria, nenhuma aplicação da ciência à produção, nenhuns inventos de comunicação, nenhuma nova colônias, nenhuma emigração, nenhuma abertura de mercados, nenhum comércio livre, nem todas estas coisas juntas, farão desaparecer as misérias das massas trabalhadoras; mas que, na presente base falsa, qualquer novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho terá de tender a aprofundar os contrastes sociais e a agudizar os antagonismos sociais. (MARX, 1983, p. 9).

A crise estrutural do capital, instalada desde o início da década de 1970 (MÉSZÁROS, 2002), demonstra que as considerações de Marx feitas ainda no século XIX estão bem mais próximas do real, do que aquelas elaboradas pelos apologistas do capital nas décadas recentes, como a seguir veremos, principalmente com Schaff (2007) e Masuda (1980). Não há como pensar em solução dos problemas da humanidade por intermédio do desenvolvimento tecnológico, da vontade política ou pela esperança de que as contradições geradas pela reprodução do capital sejam resolvidas pelo entendimento pacífico entre as classes. Tal impossibilidade decorre do fato de que os interesses que movem cada uma das classes fundamentais são antagônicos, estruturados em bases econômicas inconciliáveis⁵⁷ (PANIAGO, 2007). A lógica do capital impõe que as necessidades a serem atendidas sejam reduzidas primordialmente à garantia do lucro do capitalista (LESSA, TONET, 2008). Qualquer outra possibilidade que obstrua esse objetivo é eliminada, se preciso for, com uso da força e da violência. A história é uma testemunha tão franca disso, que os exemplos são desnecessários.

Não há como justificar, no atual estágio alcançado pela ciência e com o desenvolvimento das forças produtivas, a convivência da produção destrutiva com a fome (LESSA, 2006). Encontra-se entre o perverso e o grotesco esquecer as astronômicas cifras despendidas em armamentos e aceitar como normal que seres humanos sequer possam ter condições de se alimentar. Como resignar-se diante da constatação que a ciência e as tecnologias desenvolvam e aprimorem os mecanismos que destroem, envenenam e matam, enquanto esquecem aqueles que promovem a satisfação das necessidades básicas do homem e que salvam vidas? Conforme Lessa:

Os exemplos são infinitos: da moda à guerra fazemos o que for lucrativo, não o que é humanamente necessário. Pense-se na barbaridade que é a construção de um arsenal nuclear suficiente para destruir o mundo 99 vezes. Do ponto de vista militar, uma vez só seria mais do que suficiente. E isto foi feito porque, para nós, ‘guardiões das mercadorias’, é mais ‘sensato’ construir as bombas que sensatamente atender às necessidades humanas. Que coisa seria mais ‘razoável’ que preparar nossa própria autodestruição do planeta Terra – se isto for lucrativo? (2006, p. 6).

⁵⁷ De acordo com Paniago, o sistema reprodutivo do capital é estruturado com base em relações antagônicas e o processo de sujeição requerido a todo sistema totalizador e dominante “assume a forma de dividir a sociedade em classes sociais irreconciliavelmente opostas em bases objetivas. O que distingue as classes sociais de forma determinante é a separação historicamente consumada pelo sistema do capital entre as funções produtiva e controladora do processo de trabalho” (2007, p. 93).

Esta contradição demonstra que o esforço científico se encontra bem distante do compromisso da construção de um mundo melhor. Paradoxalmente com as teorias que utilizam o desenvolvimento da informática como uma possibilidade de uma sociedade mais humana, em praticamente todos os países, o motor principal das indústrias do setor da informação é o complexo militar (KUMAR, 2006). A estimativa é que a pesquisa e o desenvolvimento em projetos bélicos utilizem “40% dos gastos mundiais totais em pesquisa e absorvem as atividades de 40% de todos os cientistas e engenheiros de pesquisa do mundo [...]. Nos Estados Unidos, mais da metade da P&D (pesquisa e desenvolvimento) financiada pelo governo destina-se a fins militares” (Ibidem, p. 67-68). De acordo com Mészáros, “mais de 70% de toda a pesquisa científica dos Estados Unidos é controlada pelo complexo militar-industrial” (MÉSZÁROS, 2004, p. 285). Sob a regência dos ditames destrutivos do capital, a ciência não está para a vida, está muito mais para aperfeiçoar os engenhos da morte.⁵⁸

Há de se mencionar que a imbricação existente entre a fábrica da guerra e a lógica do capital não é recente, mais do que isso, foi determinante inclusive para a consolidação das bases da atual sociedade. Bernal é quem esclarece que de

[...] todas as invenções introduzidas no Ocidente durante a Idade Média, a mais destrutiva – a da pólvora – seria a que viria ter maiores consequências políticas, econômicas e científicas. [...] permitiu assim aos europeus impor os seus padrões de cultura aos outros povos que, originariamente, lhes não eram de forma alguma inferiores, quer cultural, quer militarmente. A consequência mais imediata foi concentrar nas suas mãos todas as riquezas do globo, garantindo-lhes a acumulação de capital necessária para financiar a Revolução Industrial. (1969, p. 347-348).

Como explicar racionalmente o gigantesco volume de dinheiro destinado para uma produção voltada à aniquilação dos seres vivos (MÉSZÁROS, 2002), ao mesmo tempo em que crianças morrem por não ter o que comer ou por não conseguir acesso aos tratamentos já disponíveis? Com base nos dados da UNICEF, Teixeira expõe que

⁵⁸ Belíssima reflexão de Eduardo Galeano: “O mundo está organizado a serviço da morte. Ou não fabrica a morte a indústria militar, que devora a maior parte dos nossos recursos e boa parte das nossas energias? Os senhores do mundo só condenam a violência quando são outros os que a exercem. E este monopólio da violência se traduz em um fato inexplicável para os extraterrestres e também insuportável para os terrestres que ainda queremos, contra toda evidência, sobreviver: os humanos somos os únicos especializados no extermínio mútuo e desenvolvemos uma tecnologia da destruição que está aniquilando, de passagem, ao planeta e a todos os seus habitantes” (GALEANO, 2009).

[...] morrem todos os anos de fome e por causa de doenças curáveis, nos Países do Terceiro Mundo, 16 milhões de crianças. Em cinco anos, este índice de mortalidade equivale ao total de baixas ocorrido em toda a Segunda Guerra Mundial. Em cada cinco anos desenrola-se uma guerra mundial contra os meninos do Terceiro Mundo. (TEIXEIRA, 2008, p. 37).

Como é possível conceber uma produção que se aprimora em construir instrumentos que ferem, mutilam e matam, enquanto inexistente o atendimento das necessidades básicas para uma imensa parcela dos seres humanos? Tão grave quanto tentar explicar é observar essas determinações destrutivas da lógica capitalista sem nenhum sentimento de total repugnância. Analisando o reflexo dessa determinação no cotidiano dos indivíduos, a acelerada tragédia da violência, que se alastra como “chuva que cai do céu”, é uma expressão que se mostra tão incontrolável quanto o próprio capital. É exatamente por conta disso que as soluções morais parecem ocas e sem nenhum resultado quanto a qualquer regressão dos níveis de violência.

Além do grandioso incentivo à fábrica da guerra, outra expressão dessa situação é o agravamento da questão ambiental, mesmo já existindo disponibilidade técnica para iniciar uma reversão do atual quadro. É parte fundamental da tese de Mészáros (2002) sobre a crise estrutural do capital, que o atual processo de acumulação capitalista não consegue mais se desenvolver sem recorrer a uma decrescente taxa de utilização do valor de uso das mercadorias, tratando-se de um mecanismo do qual o capital não tem mais como se desvencilhar. “Quanto mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes de destruição; quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante” (Idem, 2009, P. 73). Como a reprodução capitalista desconsidera o valor de uso enquanto necessidades humanas, subordinando radicalmente esses valores aos imperativos dos valores de troca, também põe a humanidade como submissa aos interesses do lucro.

No desfecho de sua análise sobre o século XX, Hobsbawm assinala o risco que a humanidade corre e a urgente necessidade de uma mudança.

O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. (HOBSBAWM, 2008, p. 562).

A crise estrutural pode levar o capital a sua própria aniquilação, como resultado de seu metabolismo irracional e incorrigivelmente destrutivo; o problema é que, junto com ele, toda a humanidade pode igualmente sucumbir (MÉSZÁROS, 2006). É também por essa razão que a única coisa plenamente possível que podemos esperar da lógica capitalista e de todo o desenvolvimento científico e tecnológico no limiar desse novo milênio é mais desumanidade. Estando a ciência acorrentada aos grilhões do capital, as soluções decorrentes do desenvolvimento tecnológico possuem um caráter predominantemente de inutilidade quanto às urgentes necessidades dos seres humanos. A trajetória destrutiva do capital sobre o homem coloca o titânico processo de subsunção da vida diante da imperiosa e encarniçada busca pelo lucro (Idem, 2002). Por conta disso, “tudo o que a perspectiva do capital pode oferecer, neste momento, consiste apenas no aperfeiçoamento das cadeias de ouro que escravizam a humanidade” (TONET, 2004, p 19).

O abandono do caminho revolucionário neste estágio destrutivo do capital, consubstanciado por sua crise estrutural, além de pôr em risco a sobrevivência da própria espécie, também adia perigosamente a possibilidade de construção de um mundo radicalmente diferente, onde a sociedade seja uma promissora coleção de seres humanos emancipados, e não de coisas vendáveis. “A recusa da revolução é exatamente isto, a recusa em atacar os fundamentos da desigualdade, da oposição dos homens uns contra os outros e do cerceamento do livre desenvolvimento dos indivíduos” (Ibidem, p. 19).

2.2 A ilusão da sociedade sem trabalho

O capital tem se mostrado um sistema que está sempre se transformando no interior de seus limites, mudando algumas regras, sem alterar sua lógica fundamental, buscando mecanismos para atingir o mesmo fim: garantir sua lucratividade. Para conseguir tal intento, produz por intermédio do trabalho um conteúdo material; em seguida, valoriza esse conteúdo em diversas esferas sociais, ao mesmo tempo em que, tendo por gênese o trabalho, são criados novos complexos sociais (LUCKÁCS; 1981, LESSA, 2002), que também são mercantilizados como forma de o capitalista conseguir a mesma coisa: lucro. Nesse extenso e complicado processo, aqui brevemente descrito com todos os riscos existentes numa síntese, a necessidade do homem no processo de trabalho é uma imperiosidade. Sem o trabalho e sem a participação ativa do homem neste processo,

nenhum conteúdo material é produzido e tudo o mais se torna uma rigorosa impossibilidade. Ainda que a reprodução social não se resume ao trabalho, sem este, não há possibilidade alguma de existência dessa reprodução (LESSA, 2002).

Mesmo o trabalho sendo algo tão imprescindível, para as teorias que o negam a partir do desenvolvimento tecnológico, o trabalhador como real produtor é intencionalmente escondido e fantasiosamente substituído pela máquina. O capital não pode se livrar do trabalho, pois este é a fonte de sua riqueza, entretanto, tal dependência também não pode ficar explícita (MÉSZÁROS, 2002), por isso seus apologistas teimam em não reconhecer quem é o autêntico e legítimo produtor. É por essa razão que na relação existente entre capital e trabalho, a verdade é inimiga (CHASIN, 1988) da apologética burguesa, e a mentira, sua fiel protetora.

A força viva do trabalho é necessária a toda e qualquer formação social (MARX, 1988; MARX; ENGELS, 2006), e também origem da riqueza apropriada pela burguesia (MARX, 1988; 1996). É com a finalidade de velar essa realidade que se colocam as teorias que sugerem o desaparecimento do trabalho como resultado do dispêndio de energia humana. Um dos propósitos dessas teorias é encobrir esta relação de exploração em que o trabalhador é o verdadeiro produtor e o burguês é quem o usurpa, de ocultar que é o proletariado urbano e rural, ao transformar a natureza em valores de uso, quem produz o conteúdo material da riqueza social indispensável à reprodução social (LESSA, 2007). É, portanto, de negar a existência de uma classe essencialmente produtora.

A existência de uma dependência que o capital tem em relação ao trabalho não significa que haja a possibilidade de interesses em comum (MARX, 2008). Parte da debilidade da legião de ufanistas teóricos defensores dos mecanismos de ajustes internos no sistema do capital, deve-se exatamente em acreditar nesta existência. A determinação positiva do trabalho para o capital não pode ser transformada em uma realidade inversamente porque:

[...] o capital é parasitário do trabalho que estruturalmente tem de dominar e explorar. Isso significa que o capital nada é sem o trabalho, nem por um instante, o que torna absoluta e permanente a determinação negativa do capital – em termos de sua dependência do trabalho. (MÉSZÁROS, 2002, p. 244-245).

Não existem interesses em comum, a não ser no sentido de que o capital e o trabalho “são dois aspectos de uma mesma relação. Um condiciona o outro como o usuário

e o perdulário se condicionam reciprocamente” (MARX, 2008, p. 51). Sob os ditames do trabalho abstrato, a sorte do trabalhador dependerá do capital (Idem, 2008); por sua vez, sua lógica é historicamente perversa.

No percurso do capital para esconder o real, negar a teoria do valor do trabalho e, desta forma, tentar desmontar toda a concepção de Marx, não é algo recente (MÉSZÁROS, 2002). Nem mesmo é novidade a utilização do argumento da superação do trabalho pelo desenvolvimento de novas máquinas. No período posterior à Segunda Grande Guerra, numa situação histórica marcada pelo apogeu do fordismo em combinação com o *Welfare State*, surgiram as primeiras teorias de repercussão que aludiam à superação do trabalho pelo avanço da tecnologia (LESSA, 2007). Essa é a teoria que Serge Mallet (1963) defendia. A presunção desse autor francês era articulada a partir das alterações em alguns ramos da produção no período do pós-guerra, utilizando como prova empírica um restrito grupo de indústrias parcialmente automatizadas por máquinas mecânicas e eletrônicas. Seu entendimento era de que o futuro seria de “fábricas sem operários da automação, telecomandadas à distância e supervisionadas por telas de televisão dos escritórios técnicos da direção parisiense” (Ibidem, p. 139-140).

Nessa sociedade por ele imaginada, inexistiria o proletariado da forma como Marx descreveu, o trabalho manual na sua forma característica estaria “incorporando operações estritamente intelectuais” (Ibidem, p. 9). Isto ocorreria graças ao desenvolvimento tecnológico propiciado pelas fábricas automatizadas da época; os operários dessas novas indústrias seriam em número tão reduzido e estes poucos trabalhadores, tão bem qualificados e remunerados, que seus interesses seriam plenamente compatíveis com os da burguesia (Ibidem). Em seus argumentos, o fim do proletariado em posição antagônica ao capital significaria o fenecimento da luta de classes e, em última instância, o término da exploração do homem sobre o homem.

Em rejeição a esta perspectiva, o processo histórico que seguiu nos anos vindouros tratou de negar com severidade as teses de Mallet. Sobre os escombros do *Welfare State*, as relações de produção estabelecidas durante a reestruturação produtiva demonstram a intensificação do trabalho manual (ROSSO, 2008) e a elevação das formas precarizadas⁵⁹

⁵⁹ Tendo por fonte o jornal nipônico *Japan Press Weekly*, Mézáros (2007b) relata em seu artigo Desemprego e Precarização – um grande desafio para a esquerda, que mesmo em uma economia como a do Japão, cultuado como símbolo de produtividade e de prosperidade proporcionada pelo capitalismo, alguns exemplos chegam a ser assustadores, como trabalhadores que tiveram morte por exaustão, com sentença já proferida pelo Tribunal Distrital de Tóquio, a exemplo de um programador de computadores que, nos três meses anteriores ao seu falecimento, chegou a trabalhar 300 horas por mês. Em outro, um

de exploração, o que torna a tão sonhada união de interesses entre capital e trabalho algo mais longínquo do que nunca. Entretanto, a lição histórica imposta a Mallet não foi suficiente para impedir que pouco menos de duas décadas depois surgissem novas⁶⁰ teorias que garantiam o fim do trabalho e a resolução dos problemas a partir do desenvolvimento tecnológico (LESSA, 2007). Desta vez, o discurso do fim do trabalho ganha as vozes de novos apologistas e a prova empírica agora é o desenvolvimento da microeletrônica e informática, ocorrido no contexto da reestruturação produtiva (Ibidem).

Dentre os diversos autores que se encarregam de proclamar o surgimento de uma nova sociedade, Schaff (2007) e Masuda (1980) afirmam que estaríamos caminhando para uma era de prosperidade e liberdade, onde o avanço da tecnologia possibilitaria esse novo tipo de sociedade. Seria o fim do conflito de classes e até mesmo a superação total do trabalho manual. O ingresso da microeletrônica nos mais diversos complexos sociais e o novo aparato tecnológico utilizado na produção são utilizados como argumentos para assegurar o fim do antagonismo entre trabalho e capital. As transformações ocasionadas por essas novas tecnologias estariam modificando tão profundamente as relações de produção, que a teoria de Marx se tornara anacrônica para explicar essa nova sociedade. Seria uma sociedade pós-industrial, em que a teoria do valor criado pelo trabalho humano estaria com seus dias contados, isto porque, seriam agora as modernas máquinas desenvolvidas a partir da informática as reais produtoras, seria o fim da necessidade do homem converter a matéria para adquirir os meios de subsistência e produção. A informática teria superado o que Marx formulou sobre o trabalho e a criação do valor.

2.2.1 O novo mundo informacional

Um pouco antes da eclosão da crise estrutural do capital e da efetiva utilização das novas tecnologias baseadas na microeletrônica, Macluhan,⁶¹ um dos mais celebrados teóricos da comunicação do século XX, já acreditava que através da tecnologia uma

trabalhador faleceu devido ao excesso de trabalho; nas duas semanas que precederam sua morte, ele trabalhou em média 16 horas e 19 minutos por dia (Ibidem). Tais considerações demonstram a amplitude do chamado trabalho precarizado, que apesar de se encontrar de forma mais ampliada nos países periféricos, também não poupa os trabalhadores das principais economias do mundo.

⁶⁰ Comparando as teorias que sugerem o fim do trabalho no período do pós-guerra com aquelas concebidas a partir do contexto da reestruturação produtiva, Lessa (2007) considera que muda o discurso, mas o “cadáver” é o mesmo.

⁶¹ Coube a Marshall McLuhan o crédito do conhecido conceito de “aldeia global”, imaginando um mundo completamente interligado. Inicialmente a teoria desse autor nos anos sessenta era baseada não no computador, mas na televisão.

situação milagrosa de compreensão e unidade universal estaria por vir (MCLUHAN, apud KUMAR, 2006). Algum tempo depois, Alvin Toffler havia identificado que tal instrumento tecnológico seria o computador; ele estaria possibilitando o aparecimento de novas teorias, ideias, e fantásticos progressos técnicos em diversas esferas da sociedade, provocando transformações econômicas e políticas que eram impossíveis, impensáveis e inimagináveis até alguns anos (TOFFLER, 2003).

De acordo com essas concepções, o desenvolvimento da microeletrônica possibilitaria à humanidade alcançar um novo patamar em sua história. Se a Revolução Industrial ocorrida em fins do século XVIII e início do XIX permitiu um aumento da produção apenas comparável à Revolução Neolítica (LESSA, 2002b), o novo aparato tecnológico consentiria um salto de grandeza qualitativamente semelhante não somente na produção, possibilitando agora, a liberação de trabalho vivo (SCHAFF, 2007; MASUDA, 1980; DE MASI, 1999). Daniel Bell argumenta que o conhecimento e a informação estariam se tornando soluções estratégicas e os “agentes transformadores da sociedade pós-industrial [...] da mesma maneira que a combinação de energias, recursos e tecnologia mecânica foram os instrumentos transformadores da sociedade industrial” (BELL, apud KUMAR, 2006, p. 48). Tais teóricos consideram que as recentes transformações na produção capitalista são de maior impacto sobre as relações sociais do que as que ocorreram com a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, pois, ao fim e ao cabo, eliminariam até a necessidade do homem no processo de trabalho (SCHAFF, 2007; MASUDA, 1980).

A confiança era de que a partir do desenvolvimento tecnológico, sob a égide da informática, a sociedade baseada no valor produto do trabalho estaria sendo modificada substancialmente. A tese que Marx formulou estava se tornando decrépita e sendo desautorizada pelas inovações tecnológicas recentes. Poderíamos juntar todo o calhamaço de páginas escritas com base na teoria marxiana do trabalho e colocá-las junto ao túmulo de seu mentor no cemitério de Highgate.

Kumar apresenta uma lista de autores que tinham a absoluta confiança na superação do trabalho pelo conhecimento e pelo avanço tecnológico, conforme as afirmações que seguem: Bell decreta que “o conhecimento, e não o trabalho, é a origem do valor” (BELL, apud KUMAR, 2006, p. 51). Já Hazel Henderson assevera que o microprocessador “revogou finalmente a teoria do valor do trabalho” (HENDERSON, 1978, p. 77). Yoneji Masuda assegura que o “conhecimento predominará sobre o capital material na estrutura

da economia” (MASUDA, 1985, p. 621). Por fim, a afirmativa de Stonier, confirmando que “a informação superou a terra, o trabalho e o capital como o insumo mais importante nos sistemas modernos de produção” (STONIER, 1983, p. 8).

Este último ainda defendia que as transformações tecnológicas e o desenvolvimento de uma sociedade informacional possibilitariam uma nova era de total abundância, de prosperidade intelectual e de harmonia entre os homens. Dessa forma, cada homem seria:

[...] um aristocrata, cada homem será um filósofo [...] Na etapa final da sociedade industrial, deixamos de nos preocupar com comida. Na última etapa da sociedade de comunicação deixaremos de nos preocupar com recursos materiais. E da mesma maneira que a economia industrial eliminou a escravidão, a fome e a peste, a economia pós-industrial eliminará o autoritarismo, a guerra e o conflito. Pela primeira vez na história, o ritmo no qual solucionaremos problemas excederá o ritmo no qual eles surgem. (Ibidem, p. 214).

Na opinião de Kumar (2006), o grau máximo de ufanismo sobre a sociedade supostamente nubente é encontrado em Masuda, sendo seus prognósticos classificados como de matiz quase mítico. De acordo com Masuda, a sociedade de informação será “sem classes, isenta de poder dominante, tendo como núcleo comunidades voluntárias” (MASUDA, 1985, p. 632). Este autor japonês desenvolve uma otimista projeção de que estaríamos

[...] nos dirigindo para o século XXI com o nobre objetivo de construir uma nova computopia na terra, em cujo monumento histórico haverá apenas chips, um em cada polegada quadrada de uma pequena caixa. Essa caixa, porém, armazenará numerosos registros históricos, incluindo o de como 4 bilhões de cidadãos mundiais venceram a crise de energia e a explosão demográfica, conseguiram a abolição das armas nucleares e o desarmamento completo, eliminaram o analfabetismo e criaram uma rica simbiose entre Deus e o homem, sem a coação do poder ou da lei, mas pela cooperação voluntária dos cidadãos. (Ibidem, p. 54).

Como resposta a essas previsões, a história não tem sido piedosa até o presente, nem apresenta sinais de mudança para o vindouro em favor de seus teóricos defensores. Em vez de um futuro harmonioso e da cura das mazelas produzidas pela lógica mercantilista das relações sociais, a sociedade capitalista deste início de século XXI não somente não resolveu seus dilemas pretéritos, como ainda agravou os do presente. A humanidade foi lançada em uma fase potencialmente mais perigosa, em que o risco é

inclusive da continuação da espécie humana e, por conseguinte, de extinção da própria ciência (MÉSZÁROS, 2006; 2004). Sob os ditames do capital e com a ativação de seus limites absolutos, a produção tornou-se sinônimo de destruição:

[...] numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e ‘produtos de consumo em massa’ concretamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à potencial destruição da civilização por centenas de vezes – em uma situação como esta a própria produtividade se transforma num conceito enormemente problemático, já que parece ser inseparável de uma fatal destrutividade. (Idem, 2002, p. 527).

Ditas essas questões, convém avaliar que, inegavelmente ocorreram enormes transformações na sociedade capitalista com o desenvolvimento da microeletrônica, a prova a este respeito é perceptível através do advento da telefonia móvel, da internet e da nanotecnologia, entre diversas outras novidades tecnológicas que interferem profundamente no dia-a-dia das pessoas (TEIXEIRA, 2008). Mesmo identificando grandes alterações nos hábitos dos indivíduos, na esfera da circulação de mercadorias e mesmo na produção, tais mudanças sequer podem ser classificadas como inteiramente novas, ou que principalmente correspondam com uma ruptura com o passado.

Não há dúvida quanto a importância da nova tecnologia da informação em grandes áreas da vida social e econômica. Mas isso não implica o estabelecimento de um novo princípio de sociedade ou do advento de uma ‘terceira onda’ de evolução social. Na maioria das áreas, a tecnologia da informação acelerou processos iniciados algum tempo antes. (KUMAR, 2006, p. 191).

É plausível avaliar que o capitalismo dos dias de hoje não é o mesmo daquele que Marx constatou com seus olhos, porém, apesar das enormes transformações, sua essência e seus pilares básicos continuam rigorosamente inalterados. A sociedade prossegue capitalista, o homem continua sendo indispensável na produção da riqueza material, a ciência e a técnica permanecem prioritariamente a serviço das determinações burguesas. Conforme as palavras de Teixeira, se o mundo “continua capitalista, nada, de essencial, foi alterado: sua fome voraz por mais trabalho é bem maior do que nunca” (2008, p. 31). Kumar é quem nos lembra que é “na esfera do lazer e do consumo, e não do trabalho e da

produção, que podemos observar o impacto mais direto e notável da revolução na tecnologia da informação” (2006, p. 192).

O que nos parece significativo não está na questão de reconhecer que houve grandes mudanças no cotidiano dos indivíduos e constatar variações até bastante razoáveis na produção a partir das tecnologias desenvolvidas com base na informática, isto nos parece tão visível que é desnecessário uma abordagem mais profunda. O que consideramos pertinente ponderar é a substituição da teoria defendida por Marx do trabalho como a fonte de riqueza, por uma ideia de uma nova sociedade, tendo como fonte de valor o conhecimento, passando o desenvolvimento tecnológico a ser o motor da história. Além disto, cabe analisar qual o papel que essas novas tecnologias cumprem no atual estágio de reprodução do capital, principalmente a partir da sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) e da reestruturação produtiva que a acompanhou.

A despeito de qualquer inovação tecnológica, ao capital não está facultado à possibilidade de livrar-se do trabalho vivo como a fonte ineliminável na criação do valor. A aplicação cada vez em maior escala da ciência e da técnica oferece ao capital condições operacionais e técnicas mais vantajosas na busca de sua valorização (TAVARES, 2004). Mediante o uso da maquinaria e a aplicação de novas tecnologias, o capital consegue supervalorizar a atuação da maquinaria, modificando a proporção entre trabalho necessário e trabalho excedente, procurando sempre maximizar a parcela do trabalho excedente cujo valor o trabalhador fornece gratuitamente ao burguês. A maquinaria, mesmo os mais modernos artefatos tecnológicos surgidos a partir da informática, auxiliam ao capital na sua reprodução, se livrando o quanto é possível da habilidade do trabalhador, contudo, isso não exclui o trabalho vivo (Ibidem). A aplicação da tecnologia e da ciência não elimina o homem como elemento ativo do processo de trabalho, pois o capital permanece rigorosamente dependente deste para a criação do valor.

3 CRÍTICA À NEGAÇÃO DO TRABALHO PELA TECNOLOGIA

Em finais do século XIX, Edward Bellamy (1880) escreveu a ficção científica *Looking backard*.⁶² Nesse enredo ficcionista, o autor narra a situação de um homem da classe alta que em 1887 fica sob o efeito de um transe hipnótico durante mais de cem anos, e ao despertar no ano 2000, verifica que o socialismo havia sido instaurado sem que tivesse ocorrido uma revolução. Nessa narrativa fantasiosa, um vertiginoso processo de concentração de capital fez com que as empresas maiores adquirissem continuamente as menores; em seguida, esses grandes conglomerados foram comprando uns aos outros, culminando com o desaparecimento total da concorrência e a existência de uma única empresa; esta então passaria a ser o Estado. Bellamy idealizava que chegaríamos ao século XXI com uma sociedade baseada na solidariedade, na racionalidade, num mundo organizado, unido e pacífico, em que a ânsia de poder e do dinheiro teria sido suprimida.

Se essas ideias ficcionistas despertavam algum tipo de interesse naquela época, nos dias atuais essas fantasias já não cabem mais. Atualmente, os desafios postos sobre a humanidade são gigantescos, graves e principalmente urgentes; não há muito mais tempo para esperar por uma solução radical, daqui a cem anos pode não existir mais o que salvar. A não superação das atuais relações sociais tende a não somente agravar as expressões da questão social, como coloca em risco a própria continuação da espécie humana (MÉSZÁROS, 2006). Os poderes de destruição do capital que continuam perigosamente a se acumular podem nos precipitar a barbárie em vez de garantir o caminho para uma sociedade emancipada (Ibidem). Tal situação reafirma com maior vigor a necessidade da construção de uma nova ordem social estabelecida em bases inteiramente diferentes. A redução das alternativas ao socialismo ou à barbárie, exposta há quase um século por Rosa Luxemburgo e tão oportunamente retomada por Mézáros (Ibidem), é um alerta ainda mais verossímil para o início deste novo milênio.

O incontestável avanço das ciências naturais verificado durante o século passado, possibilitando um enorme desenvolvimento tecnológico, a elevação dos níveis de produtividade e uma fabulosa acumulação de riqueza, não resolveu as mazelas produzidas pelas contradições do capital, nem contribuiu efetivamente para suprir as verdadeiras

⁶² A versão para o português foi traduzida com o título “Daqui a cem anos – revendo o futuro”, publicada pela editora Record.

necessidades das mulheres e homens espalhados pelo planeta (Idem, 2002). No decorrer do século XX, não poucos apologistas do capital, é assim que Mészáros os descreve, e que também os intitulos, vislumbraram que as desigualdades seriam superadas com a criação de mecanismos de ajustes no interior do próprio sistema, ou em decorrência dos benefícios que as novas tecnologias trariam à humanidade (Idem, 2004).

Sendo o sistema capitalista declarado por seus apologistas como o horizonte máximo e racionalmente viável de reprodução do ser social e de sua atividade econômica, os únicos problemas por eles reconhecidos são descritos e tratados “como dependentes de alguma solução técnico-tecnológica, técnica no domínio da tomada de decisões políticas e econômicas, e tecnológica no campo da própria produção” (Ibidem, 2004, p. 131). Ou seja, as soluções dos problemas e contradições encontram-se no interior da mesma estrutura que as produz, estão circunscritas dentro da lógica capitalista.

Um dos primeiros a apostar nesses ajustes foi Frederick W. Taylor, que acreditava que a eliminação dos conflitos sociais sob as regras da administração científica propiciaria uma “revolução” na atitude mental das classes sociais. Segundo Taylor: “ambos os lados deixam de ver a divisão do excedente como a questão mais importante e voltam sua atenção para o aumento do tamanho do excedente, até que esse se torne tão grande que seja desnecessário disputar o modo como ele será dividido” (TAYLOR, apud Ibidem, p. 118). Anos depois, foi a vez de outro apologista afirmar o fim da disputa entre as classes. Desta vez, Keynes chegou a decretar confiantemente em 1926 que a humanidade teria seus problemas econômicos completamente solucionados em cem anos (KEYNES, 1963). O exercício da futurologia de um mundo melhor nos limites do capital e o resultado imparcial da história negando tal possibilidade têm sido uma demonstração inequívoca da inóipia dessas ideias.

A despeito da negação da história à tese de seus antecessores mais famosos, Schaff (2007) e Masuda (1980) renovam este discurso desprovido de conteúdo lógico, numa roupagem mais atual, conservam o conteúdo e mudam apenas o rótulo. Em suas teorias artificialmente renovadas, também proclamam uma suposta sociedade de abundância (a sociedade informática) que estaria em via de aparecimento, onde o monumental tamanho de tal riqueza seria o sumo motivo que invalidaria qualquer discórdia entre as classes. Talvez pudéssemos imaginar que seria apenas mera teimosia teórica, contudo, nos parece ser um movimento intencional da apologética burguesa, assim, o capital permanece como sendo o horizonte máximo da humanidade. Se Taylor confiava às regras científicas da

administração a construção de um mundo de abundância, Schaff (2007) o credita ao desenvolvimento das forças produtivas e da tecnologia.

O problema é que tais forças já há muito tempo se transformaram em forças destrutivas. Estando a ciência e a tecnologia aprisionadas aos nexos da mercantilização de tudo quanto é possível, inclusive da própria vida, a expressão de seus resultados está reduzida à contribuição para o lucro capitalista, com todas as implicações decorrentes da subserviência do homem ao capital. Tanto no tempo dos escritos de “O Capital”, no século XIX, como na atualidade, a força que impulsiona a lógica capitalista é a fome por dinheiro (MARX, 1988). Diante do encarniçado apetite capitalista em devorar tudo que é força viva para transformá-la em lucro, os mecanismos de ajustes e o desenvolvimento tecnológico apenas estimulam mais o metabolismo destrutivo do capital.

3.1 Capital, trabalho e tecnologia

Na sociedade que continua a ser uma imensa coleção de mercadorias (Ibidem), todo desenvolvimento das forças produtivas e as possibilidades colocadas sobre a humanidade persistem a ter como pressuposto a incessante e desmedida busca pelo lucro. Esta lógica capitalista não foi alterada por nenhuma regra da reestruturação produtiva, pelas novas tecnologias da informática e muito menos pelo liberalismo da última quadra do século XX, apenas as formas e os mecanismos do capital conseguir realizar seus objetivos é que se adequaram as suas atuais necessidades.

Conforme esclarece Tonet: “É difícil deixar de perceber, até empiricamente, que a relação capital-trabalho constitui a medula do mundo de hoje. Que as formas desta relação não sejam mais como no século dezenove em nada altera o essencial da questão” (TONET, 2004, p. 191). Não há dúvidas que o capitalismo hoje não é o mesmo do século XIX quanto aos seus fenômenos particulares, entretanto, esta não é a questão fundamental; o que é necessário avaliar é se o trabalho vivo perdeu a prerrogativa de ser fonte ineliminável na produção da riqueza. Quanto a esta questão nodal, rigorosamente nada se alterou (LESSA, 2007; TAVARES, 2004; TEIXEIRA, 2008).

Com referência às transformações internas do sistema, o próprio Marx em “O Capital” descreve diferentes formas de apresentação da produção capitalista, sem que nestas modificações ocorra uma ruptura da relação de exploração entre o capital e o

trabalho. Desde a produção artesanal dominada pela burguesia até as transformações que culminaram com a Revolução Industrial, as relações de produção capitalistas sofreram enormes modificações e continuaram a ser trabalho morto que suga força viva (MARX, 1988). Como já argumentado no primeiro capítulo, se as mudanças ocorridas recentemente nas relações de produção com a reestruturação produtiva e o surgimento da informática são consideradas de grande impacto, estas mesmas são anódinas, se comparadas com as profundas alterações que ocorreram com o advento da maquinaria na produção nos séculos XVIII e XIX. A produção capitalista mudou, mas nem por isso deixou de ser uma relação de exploração entre a classe burguesa e o proletariado (LESSA, 2007). De um lado, a burguesia como personificação do capital (MÉSZÁROS, 2002) e proprietária dos meios de produção, do outro, o proletariado urbano e rural continua a produzir e fornecer o conteúdo material da riqueza social.

É para garantir a continuidade da reprodução do capital que a trajetória de seu domínio tem demonstrado que ele altera suas formas aparentes de dominação e controle para poder permanecer com sua essência intocada, muda para continuar a ser o que sempre foi (LESSA, 2005b). A produção capitalista permanece tendo como sua razão suprema a busca da mais-valia. É Marx quem considera que: “o motivo que impulsiona e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista” (MARX, 1988, p. 259). Esta continua a ser a lógica do presente; nenhum avanço tecnológico, nenhuma modificação no modelo de produção e nenhum arranjo político alterou tal situação.

É plausível avaliar que o capitalismo é um sistema dinâmico e que historicamente tem demonstrado sua capacidade de adequar a obtenção de suas necessidades com relação às determinações históricas particulares de cada época. De conseguir, no interior das contradições entre capital e trabalho, encontrar formas diferentes de realizar a exploração que lhe é necessária para sua reprodução. Isto significa que as contradições entre capital e trabalho não são eliminadas, apenas os antagonismos imanentes estruturados entre essas duas unidades são acomodados ou deslocados para novos planos a partir das necessidades específicas de cada momento (MÉSZÁROS, 2002). Desta maneira, articula sua inseparável dependência do trabalho vivo com formas específicas de alcançar sua reprodução. Para conseguir seus objetivos, em se tratando do uso da força de trabalho, quase tudo já foi visto na produção capitalista, do uso de trabalho escravo e servil até a

intensa utilização de crianças; da remuneração por peça produzida até a por tempo de trabalho.

Se em determinado contexto for mais lucrativo o investimento em máquinas para substituir parcialmente o trabalho humano, o capital assim fará, seguindo a mesma lógica; se for mais rentável buscar formas de relação precarizadas, aumentar a jornada de trabalho, terceirizar ou explorar o trabalho informal, esta será a opção preferida⁶³ (TAVARES, 2004). Quando possível, fazer tudo isso junto será um ótimo negócio para o capital, mesmo que isso signifique a miséria de muitos, afinal, não há lugar para os homens e mulheres como tais nesta sociedade, os humanos não pertencem à coleção de mercadorias, estes apenas fazem parte dela como força de trabalho. É exatamente por este pressuposto, de negação do ser humano em favor do lucro, que a lógica que impulsiona a acumulação capitalista é também a mesma que pauperiza a classe trabalhadora (PIMENTEL, 2007).

A impossibilidade de a ciência e a técnica atuarem em favor de todas as classes já se impunha no tempo dos escritos de Marx; hoje, tal contradição se agiganta diante da atual situação em que o capital se encontra. Se no período visto pelos olhos de Marx, o contexto era de ascensão do capitalismo em meio a algumas crises periódicas, no atual estágio se defronta com a crise estrutural e busca a continuidade de sua acumulação a partir de limites cada vez mais estreitos (MÉSZÁROS, 2002).

Diante disso, é indispensável mais uma vez indagar qual é a função e o objetivo do desenvolvimento e da utilização de novos equipamentos na produção capitalista, o que estes representam objetivamente para o trabalhador. A esse respeito, logo no início do capítulo XIII de “O Capital”, dedicado à maquinaria e à grande indústria, Marx expõe uma frase de John Stuart Mill: “É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviaram a labuta diária de algum ser humano” (MILL, apud MARX, 1996, p. 7). Tal questionamento, exposto ainda no século XIX, nos parece perfeitamente pertinente para uma reflexão sobre o aperfeiçoamento dos meios de produção ocorrido nas últimas décadas e que prossegue na atualidade. Desta forma, também nos é permitido e legítimo interrogar qual é o real significado do advento da microeletrônica para o trabalhador do final do século XX e início do XXI?

⁶³ Sobre a opção entre máquina e o trabalho humano, é bastante elucidativo o exemplo que Marx dá sobre o uso da britadeira, que foi inventada nos Estados Unidos e não utilizada na Inglaterra: “Os ianques inventaram máquinas britadoras. Os ingleses não as utilizam porque o ‘miserável’ (*wretch* é o termo da Economia Política inglesa criado para o trabalhador agrícola) que faz esse trabalho recebe como paga parte tão diminuta de seu trabalho que a maquinaria encareceria a produção para o capitalista” (1996, p. 27).

Bastante pertinente também é a observação de Romero sobre a análise que Marx faz dessa frase do economista John Stuart Mill no caderno V dos manuscritos de 1861-1863 (um dos cadernos de estudos de Marx que o auxiliou a escrever “O Capital”). Marx inicia essa parte do texto com a mesma citação que depois insere em “O Capital”, porém nos manuscritos não perde a oportunidade de corrigir o economista inglês, frisando que: “Deveria ter dito: de todo ser humano que trabalha” (MARX, apud ROMERO, 2005, p. 116-117). Em seguida, argumenta que a finalidade da maquinaria é

[...] a diminuição da parte da jornada em que ele (trabalhador) trabalha para si mesmo, a parte retribuída de seu tempo de trabalho; e de prolongar, mediante a redução desta, a outra parte da jornada, aquela em que ele trabalha grátis para o capitalista, a parte não retribuída da jornada de trabalho, seu tempo de sobretrabalho. (Ibidem).

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento de novas tecnologias não fazem parte de um movimento casual ou de caráter imanente da própria ciência. Sob a lógica do capital, esse desenvolvimento é essencialmente direcionado para contribuir tecnicamente para a extração ampliada e intensa de trabalho. Isto ocorre porque o desenvolvimento dos meios do trabalho e o aperfeiçoamento tecnológico na produção, não é um momento acidental ou casual do capital, e sim o remodelamento histórico dos meios de trabalho herdados em uma forma adequada ao capital, úteis à sua reprodução (MARX, 1987).

Sobre a relação entre capital, tecnologia e trabalho, André Gorz resume que “a história da tecnologia capitalista pode ser interpretada, no conjunto, como a história da desqualificação dos agentes diretos da produção” (GORZ, 2001, p. 84). Sobre o recente processo, Kumar (2006) considera que a introdução da microinformática, ao invés de trazer uma nova era de liberdade para o trabalhador, teve como principal função propiciar sua desqualificação. Além do mais, tais inovações tecnológicas desencadeiam profunda fragmentação no processo de produção, contribuindo de forma direta na desqualificação da força de trabalho, fatores esses, que associados a enormes pressões ideológicas contribuem para abolir muitas das resistências dos trabalhadores, obrigando esses “a aceitar os mais brutais retrocessos nas relações de trabalho” (TAVARES, 2004, p. 119), típicos das últimas décadas.

A respeito do processo de desqualificação propiciado pela introdução de novos maquinários, Marx relata o parecer de Nasmyth, inventor do martelo a vapor:

O traço característico de nossos modernos aperfeiçoamentos mecânicos é a introdução de máquinas-ferramentas automáticas. O que agora um trabalhador mecânico tem de fazer, é o que qualquer garoto pode fazer, não é ele mesmo trabalhar, mas supervisionar o belo trabalho da máquina. Já está posta de lado toda a classe de trabalhadores que depende exclusivamente de sua própria habilidade. (NASMYTH, apud MARX, 1996, p. 67).

Como um agente desqualificador e oponente do trabalhador, Marx também explica que a maquinaria atua como um “concorrente mais poderoso, sempre pronto para tornar o trabalhador assalariado ‘supérfluo’. Aberta e tendencialmente, o capital a proclama e maneja como uma potência hostil ao trabalhador” (MARX, 1996, p. 66). Também há de se considerar que a própria noção de qualificação é alterada com a introdução da maquinaria; os conhecimentos necessários para uma atividade passam a ser condicionados pela complexidade da máquina e não pela profissão em si (ROMERO, 2005). A qualificação profissional passa a significar tão somente receber ensinamentos que possibilitem ao trabalhador aprender a como melhor se inserir no processo de subsunção real (Ibidem), a como se alienar mais profundamente.

Esta determinação de desqualificação do trabalho e mesmo de amputação de postos de ocupação ultrapassa os grupos de trabalhadores menos capacitados, abrangendo áreas que exigem profissionais mais especializados por toda parte do planeta e nas mais diversas áreas. Com o aprofundamento e o alargamento da inserção da informática nos diversos ramos produtivos, o acesso aos setores mais qualificados também é afetado; é exatamente onde as novas tecnologias estão mais fortemente inseridas.

[...] o problema já não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis. Da mesma forma, a tendência da amputação ‘racionalizadora’ não está mais limitada aos ‘ramos periféricos de uma indústria obsoleta’, mas abarca alguns dos mais *desenvolvidos* e modernizados setores da produção – da indústria naval à aeronáutica, à eletrônica, e da indústria mecânica à tecnologia espacial. (MÉSZÁROS, 2004, p.125, grifo na obra).

Contrariamente à perspectiva adotada pelos teóricos da sociedade da informação, as novas tecnologias baseadas na microeletrônica, não estão permitindo o surgimento de uma classe de trabalhadores mais qualificados, com maior nível de perícia, ou voltados para o setor do conhecimento. De forma bem diferente dessa premissa, Kumar argumenta que “a

tecnologia da informação possui um maior potencial de proletarizar do que profissionalizar o trabalhador” (KUMAR, 2006, p. 64). É bem verdade que esse processo não é explícito. As variantes utilizadas para encobrir esta situação induzem à ideia de que o trabalhador contemporâneo tem um acesso ampliado à educação e de que é muito mais qualificado do que em qualquer outra época (SCHAFF, 2007). Desta forma, as credenciais que o capital solicita que o trabalhador possua para ingressar no mercado de trabalho são usadas para demonstrar sua maior intelectualização. É um processo de desqualificação e empobrecimento intelectual que é disfarçado através de

[...] estatísticas ocupacionais que sugerem uma força de trabalho mais culta e treinada. O crescimento do credencialismo – isto é, a exigência de credenciais (qualificações) mais altas para os mesmos empregos – e o conhecido processo de inflação de rótulos de emprego e autopromoção ocupacional, podem criar a impressão, inteiramente errônea, de crescimento de uma sociedade mais ‘cultas’. (KUMAR, 2006, p. 64).

Se, por um lado, é acertado avaliar que o acesso ao ensino superior foi facilitado durante o decorrer do século XX, aumentando os níveis de escolaridade,⁶⁴ por outro lado, isto só ocorreu porque a educação se mostrou ser um negócio altamente lucrativo, e quando o assunto é ganhar dinheiro, o capital não desperdiça nenhuma oportunidade. Assim sendo, os trabalhadores com nível superior, “de pouco mais de 5 – 10 % da força de trabalho no início do século, constituem agora, em todas as sociedades do mundo ocidental, algo entre 20 – 25 % do número total de empregados” (GOUDTHORPE, 1982, p. 172). Grande parte desses trabalhadores contratados apenas herdou um novo *status* semântico, sem que efetivamente sua situação se tenha alterado. Bombeiros da antiga organização fabril agora são engenheiros de aquecimento e os gerentes de loja passaram a ser denominados de administradores de empresa (KUMAR, 2006). Os defensores da ordem do capital se mostram otimistas com as possibilidades da educação, como se o acesso ao ensino formal significasse melhores oportunidades para os trabalhadores.

⁶⁴ Não é nosso intuito analisar as questões da educação, entretanto, é oportuno refletir sobre essa maior escolaridade. Citando pesquisa do Departamento de Trabalho Americano, Rifkin afirma que: “Segundo um estudo sobre ‘Alfabetização Adulta na América’, patrocinado pelo Departamento de Trabalho, o nível de instrução de mais de 90 milhões de americanos é tão fraco que nem sequer sabem ‘escrever uma carta simples explicando um erro no extrato do cartão de crédito’ [...] Atualmente um em cada três adultos nos Estados Unidos é funcionalmente, marginalmente ou completamente analfabeto. Mais de 20 milhões de americanos ou são incapazes de ler ou não têm mais do que o nível de leitura de quinta série” (RIFKIN, 1995, p. 39).

Entretanto, como lucidamente demonstra Gorz, a qualificação do trabalhador não está no seu nível escolar.

A crescente qualificação social dos trabalhadores não reside, ao contrário do que afirma tese bem difundida, no aumento do seu conhecimento útil ou inútil (escolar); na escola, eles aprendem bem menos do que antigamente. É que o objetivo da Escola não é, nem nunca foi, *instruir*; não se instruem as pessoas com ensino escolar, mas colocando-as em ‘situações pedagógicas’, onde são levadas a se *instruir* a partir de exigências prático-pedagógicas que descubrem na sua *práxis*. [...] Se são escolarizados é que, com o pretexto da instrução enquanto ela se processa (desviada de seu objetivo aparente), pretende-se socializá-los de uma certa maneira: ensinar-lhes a veneração pelo *Saber dos Outros* e pela cultura erudita monumental, em detrimento da cultura viva não codificada; ensinar-lhes a submissão, a disciplina, o respeito pela hierarquia. É precisamente isso que não funciona mais: a crise da Escola (da instrução escolar) e do despotismo na fábrica estão ligados. (GORZ, 2001, p. 85, grifo na obra).

Para os teóricos da sociedade informática, o conhecimento disseminado pela escola⁶⁵ é primordial nesse novo estágio alcançado pelo ser humano, porque possibilita de forma progressiva o aumento do conteúdo existente sobre o processo de trabalho, e por propiciar a ascensão e expansão de novos tipos de trabalhadores dedicados à área do conhecimento (SCHAFF, 2007). A missão do conhecimento no atual estágio seria encontrar formas mais eficazes e humanas de produzir e de organizar os complexos sociais, ao tempo que esses trabalhadores dedicados à construção desta nova sociedade seriam cada vez em número maior, tornando indivíduos e intelectuais como algo sinônimo⁶⁶ (Ibidem). Entretanto, tais possibilidades sob o domínio da lógica do capital são apenas uma ficção ideológica. A escola, a educação e o conhecimento estão amarrados à vontade do lucro, e não podem escapar deste aprisionamento sem que a lógica que as prende seja superada.

⁶⁵ Schaff explicita que “a educação permanente (*continuous education*) será uma das principais formas de resolver o problema do desemprego estrutural” (SCHAFF, 2007, p. 46).

⁶⁶ Esta é mais uma conclusão de Schaff sobre as possibilidades de uma sociedade informática: “Se todas as pessoas de uma ou de outra forma se ocuparem intelectualmente, não haverá motivo para singularizar os intelectuais como estrato dotado de características especiais e de tarefas sociais igualmente especiais: a totalidade das pessoas desenvolverá a inteligência” (Ibidem, p. 46).

3.2 A sociedade informática de Schaff

Em 1985, com o apoio do Clube de Roma,⁶⁷ Adam Schaff publicou “A sociedade informática”. Demonstrando uma imensa confiança sobre a capacidade transformadora das novas tecnologias, Schaff assinala que as mudanças por ele defendidas estariam muito próximas de acontecer. Logo ao iniciar seu texto, pondera que: “O presente livro se ocupa de futurologia sócio-política, mas se trata de um futuro não muito distante: os próximos vinte ou trinta anos” (SCHAFF, 2007, p. 15). Em outra passagem do livro, expandindo o prazo que já tinha estipulado na primeira frase de seu texto, indica que para a complementação plena de suas ideias será necessário um pouco mais de tempo: “Referimo-nos aqui, folga dizer, a uma perspectiva ampla, a algo que virá, digamos, em trinta ou cinquenta anos, uma vez que essas mudanças não ocorrem instantaneamente, pois necessitam de tempo para que surjam forças e mecanismos sociais adequados” (Ibidem, p. 43). Como a primeira edição é de 1985, do prazo máximo estipulado para que esta sociedade comece a se materializar restam poucos anos. Tal como a história foi impiedosa com a teoria de Mallet, o resultado das presciências de Schaff segue para o mesmo desfecho.

Mesmo não colocando o pressuposto de um desenvolvimento imanente da ciência como o problema central de seus argumentos, esta é a lógica racional, ou não, que rege a concepção de Schaff. Acreditando que o desenvolvimento científico e da tecnologia está acima dos interesses particulares, considera que “*a ciência é hoje um instrumento de produção cuja importância é crescente e cada vez mais determinante para o progresso em geral*” (Ibidem, p. 45, grifo nosso). Inversamente a essa perspectiva, a ciência permanece inextricavelmente envolvida “com a sociedade em cujo solo ela opera e sem cujo suporte

⁶⁷ Pertencem ao Clube de Roma os direitos de publicação de “A sociedade informática”, de Adam Schaff. É de seu então presidente, Alexander King, a autoria do prefácio do livro. Este classifica Schaff como “um dos mais proeminentes pensadores da escola marxista”; em seguida, expõe como que se desculpando aos liberais mais ortodoxos, que “alguns leitores poderão ficar surpresos com o fato do Clube de Roma estar sancionando a publicação de um trabalho deste tipo”, por fim, confessa que “a maior e mais agradável surpresa que a obra provocou em um não-marxista como eu foi a de ter constatado que as conclusões a que chega Schaff coincidem inteiramente com as minhas, mesmo partindo de premissas diferentes (KING, 2007, p. 10). Como o interesse da ideologia dominante é divulgar as premissas úteis a sua reprodução, pouco importa se o autor é um assumido capitalista ou um “proeminente pensador marxista”. É Mészáros quem explica essa situação: “os autores patrocinados pelo proeminente empreendimento capitalista, o ‘Clube de Roma’, definem o ‘dilema humano’ e a tarefa de enfrentá-lo como necessidade de estabilizar e preservar os setores entrelaçados do sistema capital-população, identificando com a perpetuação do domínio do capital a necessidade de assegurar as condições sociometabólicas elementares” (MÉSZÁROS, 2002, p. 250). Portanto, são autores que estão em sintonia com a manutenção da ordem vigente, como sendo eterna e essencialmente imutável.

técnico seria totalmente inconcebível” (MÉSZÁROS, 2004, p. 254); portanto, segue operando dentro do círculo imposto pelo capital. Schaff também considera que “na sociedade informática a ciência assumirá o papel de força produtiva” (2007, p. 43), ou seja, a ordem de ação e comando entre o objeto e o sujeito aparece de ponta-cabeça, as relações sociais passam a ser determinadas pelo desenvolvimento tecnológico e a criação a operar sobre o criador.

Mas não seria justo condenarmos sumariamente Schaff apenas pelos resultados históricos, ainda que esses sejam em proporções suficientes para tal. É razoável então ver o que ele tem a nos dizer. Além do mais, para uma crítica com o devido rigor que nos parece merecer, é melhor que, além da rígida palmatória da história, usemos também a dos argumentos contraditórios de suas afirmações. Para que não fiquem dúvidas sobre o que propõe Schaff, nada mais apropriado do que facultar-lhe a palavra, afinal, antes de juízos e interpretações definitivas sobre o que ele alvitra, é necessário procurar compreendê-lo. Concordar ou não, já é outra questão.

De acordo com o que sugere esse autor polonês, encontramos-nos sob as transformações decorrentes do que ele considera como a segunda revolução industrial. A primeira revolução, ocorrida no final do século XVIII e início do XIX, retirou a necessidade do uso da força física do homem (Ibidem); ainda segundo Schaff, aquele primeiro processo resultou na substituição de parte do trabalho manual pela eficácia mecânica das máquinas. No atual processo, a “segunda revolução, a que estamos assistindo agora, consiste em que as capacidades intelectuais do homem são ampliadas e inclusive substituídas por autômatos, que eliminam com êxito crescente o trabalho humano na produção e nos serviços” (Ibidem, p. 22). Algumas linhas depois, complementa:

A primeira revolução conduziu a diversas facilidades e a um incremento no rendimento do trabalho humano; a segunda, por suas consequências, aspira à eliminação total deste. Isto significa, por um lado, a libertação do homem da maldição divina do Velho Testamento. [...] por outro lado, todavia, esta nova revolução coloca uma série de problemas sociais ligados à necessidade de se encontrar uma instituição que possa substituir o trabalho humano tradicional. (Ibidem).

De acordo com Schaff, o trabalho está com seus dias contados; seu implacável algoz é o desenvolvimento tecnológico da informática, e o problema então irá se situar em resolver alguns inconvenientes causados pelo desemprego e em procurar o que fazer com esse tempo livre disponibilizado pela liberação do homem da necessidade de trabalhar.

Além disso, como a riqueza geral da sociedade se elevará substancialmente, uma das tarefas dos homens a permanecer será a distribuição dessa riqueza (SCHAFF, 2007). Serão as máquinas as responsáveis por produzir a riqueza, não mais o trabalhador. Aquela antiga dependência do homem no processo de trabalho, a que Marx tão firmemente aludiu, estaria sendo negada pelo desenvolvimento da informática. Modernas máquinas automatizadas com *softwares* avançados estariam substituindo o trabalho manual com eficácia e expandindo positivamente as capacidades do trabalho intelectual (Ibidem).

Esta segunda revolução na produção também eliminaria a oposição entre o trabalho manual e o intelectual. Se no passado, a mão e a cabeça tinham se separado até se colocarem como forças inimigas (MARX, 1996), neste novo estágio alcançado pelo desenvolvimento tecnológico, conforme interpretação de Schaff, um deles agora desaparecerá.

A eliminação das diferenças entre trabalho manual e trabalho intelectual, que pressupunha não apenas a abolição das fadigas do trabalho manual, mas também a eliminação das diferenças de *status* social entre estes dois grupos de trabalhadores, era um dos sonhos utópicos dos grandes cientistas socialistas na passagem do século XVIII para o século XIX. [...] A exigência se tornou realista apenas hoje, na sociedade da informática. Esta assistirá ao desaparecimento do trabalho manual; o que restar do antigo trabalho (como ainda o entendemos hoje) assumirá o caráter de ocupações intelectuais, de natureza criativa, dado que o trabalho intelectual rotineiro, que consiste em realizar operações repetitivas que também podem ser automatizadas, também desaparecerá. Assistiremos pois à materialização da antiga palavra de ordem não através da equiparação dos dois tipos de trabalho, mas através da eliminação de um deles. (SCHAFF, 2007, p. 46).

Na concepção de Schaff, o desenvolvimento tecnológico é o motor da história e é ele quem determina as transformações nas relações sociais, eliminando completamente o trabalho como dispêndio de energia humana, resolvendo as diferenças entre trabalho manual e intelectual, possibilitando o aumento da riqueza e tudo mais quanto sua imaginativa mente consegue descrever. Com a revolução informacional que estaria em curso, tanto na indústria como na agricultura, as novas tecnologias eliminarão de forma significativa, e na maioria dos casos, erradicarão completamente o trabalho humano (SCHAFF, 2007).

Essas transformações possibilitarão a solução para o problema da luta de classes. A eficácia das máquinas se traduzirá para os indivíduos no surgimento de uma riqueza tão

extraordinariamente abundante que permitirá que o conflito entre os sujeitos coletivos seja resolvido naturalmente em pouco tempo (Ibidem). A oposição entre capital e trabalho, cidade e campo, será solucionada, e as classes sociais típicas serão substituídas por massas de intelectuais (Ibidem). Nas palavras de Schaff: “provavelmente o lugar destas classes desaparecidas será ocupado por um estrato social integrado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores, que se incumbirão do funcionamento e dos progressos da indústria e dos serviços” (Ibidem, p. 44 - 45).

Para a classe trabalhadora não haverá a necessidade de revolta contra a exploração que hoje sofre, pois esta muito em breve cessará com o fim da maldição de Jeová⁶⁸ (Ibidem). O homem não precisará mais trabalhar e ninguém poderá culpar os detentores dos meios de produção por explorarem as máquinas, afinal, o capital estaria deixando de ser trabalho morto que se reanima como os vampiros, chupando trabalho vivo (MARX, 1988) para se nutrir apenas do trabalho morto das máquinas. Em vez de afadigar os músculos do homem, utilizará os modernos robôs; em lugar de extenuar o cérebro do trabalhador, executará esta tarefa através dos velozes *chips* (SCHAFF, 2007).

Schaff parte da constatação de algumas mudanças ocorridas na sociedade capitalista a partir da reestruturação produtiva para assinalar sua teoria. Sua tese é fragilmente ancorada na observação dos impactos que as novas tecnologias baseadas na microeletrônica já estariam por produzir, ou que muito em breve seriam largamente observados na sociedade. Para o autor polonês, já estaríamos sob os efeitos de uma rápida e dinâmica revolução proporcionada pelo advento da microeletrônica (Ibidem). Uma de suas primeiras afirmações, é que entre as incríveis conquistas permitidas pelo avanço científico no final do século XX, já existem “fábricas inteiramente automatizadas, nas quais os homens são substituídos pelos robôs” (Ibidem, p. 22). A afirmação não é somente que ocorreram mudanças na produção com introdução de novos equipamentos, mas que os trabalhadores já foram completamente substituídos por máquinas em algumas indústrias e que esta tendência é irreversível (Ibidem).

⁶⁸ Schaff textualmente afirma que a substituição “em muitos setores por autômatos e robôs [...] deve ser considerada como positiva porque libertará o homem da maldição de Jeová” (2007, p. 117). Deixando de lado tal “maldição” bíblica, o reconhecimento de que o trabalho é uma eterna necessidade do mundo dos homens cabe a Marx e Engels, ao considerarem o trabalho “[...] um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida. (MARX; ENGELS, 2006, p. 53). Ou como Marx posteriormente afirma, o trabalho é uma “eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1988, p. 50).

O curioso é que ao longo das 157 páginas do livro, apesar da certeza que ele tenta demonstrar nesse argumento, afirmando essa realidade quase *ad nauseam* em diversas passagens⁶⁹ do texto, em nenhum momento o autor esclarece objetivamente qual seria esta suposta fábrica. Não informa onde os trabalhadores teriam virado “sucata” sem uso e foram inteiramente substituídos por robôs, apenas assinalando genericamente que isto já estaria acontecendo no Japão. A afirmação é de que a completa automação é verificada “no Japão não como experimento, mas como prática industrial” (SCHAFF, 2007, p. 43). Mesmo Yonejy Masuda (1980), o mais conhecido autor japonês sobre o tema, não afirma a existência de tal fábrica em seu país, apenas prevendo tal possibilidade para um futuro próximo em alguns ramos industriais.

Negando a possibilidade de ausência do homem no processo de trabalho, Marx afirma que se trata de uma relação entre o homem e a natureza, sendo o sujeito quem necessariamente realiza o papel ativo sobre a matéria (MARX, 1988). Na perspectiva adotada por Schaff, as máquinas já são as reais produtoras e o humano está sendo progressivamente substituído pelo autômato. Em outra passagem, assevera que em razão das novas tecnologias, esta mudança é inevitável e faz parte de um processo cada vez mais contínuo:

Com o progresso desta revolução, massas humanas cada vez maiores serão liberadas do dever de trabalhar. Do ponto de vista humano-individual, isto significa que um número crescente de pessoas perderá para sempre a possibilidade do trabalho, [...] não como resultado das perturbações temporárias do mercado de trabalho, mas pelo fato de que o trabalho humano será substituído em muitos setores por autômatos e robôs. (SCHAFF, 2007, p. 117).

Na concepção desse autor, esse mesmo processo de automação da produção, e de conseqüente desemprego em proporções avassaladoras, acarretará em um resultado benéfico para o ser humano:

A segunda revolução industrial trará consigo transformações substanciais neste campo. Na medida em que os membros da sociedade informática serão muito mais ricos e ao mesmo tempo a eficácia crescente da produção automatizada tornará mais fácil a obtenção dos meios de subsistência. (Ibidem, p. 130).

⁶⁹ Encontramos no texto de Schaff (2007) alusões à substituição dos homens pelas máquinas e ao desaparecimento do trabalho nas páginas 22, 28, 42, 43, 117, 131.

A incrível ideia de Schaff é que o processo de substituição dos seres humanos nas fábricas por máquinas vai possibilitar que esses desempregados alcancem um melhor patamar econômico, social e educacional. Em seu entendimento, isto será possível porque o acesso aos bens produzidos será muito mais fácil, pois a eficiência das máquinas possibilitará o surgimento de uma formação social cuja característica nodal será a abundância (SCHAFF, 2007). Acredita que a ascensão social dos membros da sociedade informática ocorra mesmo num cenário geral de desemprego continuado. Dessa forma, o fim do trabalho e, por conseguinte, o desemprego generalizado ocasionado pelo processo de automação, não somente seria plenamente compatível com o aparecimento de um mundo muito melhor, como também seria o motivo basilar do surgimento dessa nova sociedade de prosperidade (Ibidem).

Para complementar o ciclo de mudanças positivas para o ser humano com o fim do trabalho, Schaff acredita que essas alterações possibilitem uma formidável melhora também no aspecto cultural:

Ao lado do desaparecimento do trabalho, no sentido tradicional da palavra, a mudança cultural será certamente a consequência social mais importante da segunda revolução industrial. Em minha opinião, a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido da materialização do velho ideal dos grandes humanistas, a saber, o do homem universal, e universal em dois sentidos: no de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo. (Ibidem, p. 71).

No ponto de vista de Schaff, as mudanças benéficas irão desde a ordem econômica até a cultural. Como observação obrigatória, tudo isso acontecerá numa sociedade que não irá abolir a propriedade privada, nem as relações mercantis. Conforme assinala, a automação possibilitará a produção de bens em abundância, entretanto, “nem por isso serão oferecidos de graça, mas vendidos” (Ibidem, p. 92).

Apesar de tudo que já foi explicitado, ainda não é hora de condenar Adam Schaff, por mais que suas palavras soem como absurdas e descabidas⁷⁰ se comparadas à situação

⁷⁰ É digna de nota uma reflexão sobre a repercussão das teorias de Schaff, mesmo considerando tal concepção teórica como absolutamente inconsistente à luz da lógica e da história. A edição de “A sociedade informática”, somente no Brasil, alcançou em 2007 a sua 10ª reimpressão, sendo editorialmente

econômica, social e cultural que hoje encontramos. O autor ainda tem fôlego para mais argumentos. O que nos parece ser um raciocínio no mínimo contraditório, tem uma lógica própria para Schaff, portanto, ainda que não concordemos, é preciso buscar compreendê-lo o quanto possível for, para assim criticá-lo com o devido rigor. O contrassenso da argumentação sobre um cenário de desemprego monumental em equilíbrio harmônico com a ascensão social é percebido pelo próprio autor. Neste sentido, adverte que mesmo com todos os resultados positivos da automação, esse processo trará uma consequência inevitável e negativa: o problema do desemprego (SCHAFF, 2007). Por mais favorável que seja o conjunto dessas mudanças, “ainda assim permanecerá o problema de dezenas e, mais tarde – com os ulteriores progressos da automação – de centenas de milhões de desempregados que se tornarão delinquentes com a redução do trabalho humano na produção e nos serviços” (Ibidem, p. 122-123). Assim sendo, “a nova revolução industrial traz consigo uma situação potencialmente revolucionária” (Ibidem, p. 32).

Porém, como Schaff é um incorrigível otimista das possibilidades ocasionadas pelas novas tecnologias sobre as relações sociais, também desenvolve a argumentação de qual será a solução para essa dificuldade, que considera plenamente contornável. Sua análise prossegue, compreendendo que essa nova “sociedade enriquecerá rapidamente como consequência do aperfeiçoamento da automação” (Ibidem, p. 105). É pela existência dessa fabulosa riqueza que não haveria contradição entre as afirmações de prosperidade numa conjuntura econômica de desemprego em colossais proporções; dessa forma, “o fato de que este mesmo processo venha a ser a causa do desemprego estrutural” (Ibidem) não é incompatível com sua solução. Sempre de acordo com Schaff, na sociedade informática por ele imaginada, será até mais fácil “enfrentar o problema do desaparecimento do trabalho no sentido tradicional, [...] graças a sua riqueza, [...] pelo menos em seus aspectos materiais” (Ibidem).

É de se questionar como essa riqueza sairá das mãos, bolsos e cofres daqueles que estarão incrivelmente ricos para os despossuídos e para a incomensurável massa de

um sucesso de vendas, prova de que, para muitos, não são ideias tão descabidas ou absurdas. Mészáros nos oferece uma perspicaz reflexão sobre o poder da ideologia dominante e como a mistificação contida em suas teorias induz a que os indivíduos endossem como seus os interesses que são inteiramente contrários a si mesmos [...] “o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes, mas também porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à preponderância da *mistificação*, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, ‘consensualmente’, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses” (MÉSZÁROS, 2008, p. 8, grifo na obra).

desempregados. Para essa questão Schaff também tem uma resposta. Eis o problema e a sua solução:

Como o emprego remunerado não poderá assegurar ao homem seu meio de vida como ainda hoje ocorre, este meio terá de ser oferecido pela sociedade, se esta não quiser que os desempregados estruturais sejam condenados à inanição. É óbvio que a sociedade não fará isto, mas mesmo que ocorra a alguém uma ideia tão diabólica, não poderá levá-la à prática; isto seria impedido por um levante popular que poderia inclusive ser sangrento. [...] as classes proprietárias dos países desenvolvidos são demasiado razoáveis para correrem um tal risco, além do que – numa sociedade que será incomparavelmente mais rica, graças à informática e à automação da produção e dos serviços – teriam muito a perder arriscando seu domínio material. (Ibidem, p. 34).

Os motivos que possibilitariam a repartição dessas fortunas e a forma como parte dessa riqueza seria transferida de seus detentores e fiéis guardiões para a sociedade em geral é o temor de uma revolta dos que nada possuem (Ibidem). A confiança de Schaff é de que o espírito mesquinho do capitalista, que tanto caracteriza a visão liberal, será substituído por uma noção de repartição da riqueza. A respeito do amor pelo dinheiro e do desprezo pelo humano, Teixeira expõe que na concepção liberal de Locke, um de seus mais reconhecidos pensadores, o caráter avaro liberal coloca o dinheiro sobre tudo mais que existe, inclusive a própria vida. “Locke chega a dizer que até mesmo no exército, onde a disciplina é mais severa, o comandante deve impor a seus soldados o sacrifício da própria vida, mas não pode retirar-lhes um só centavo do bolso sem cometer um abuso de poder” (TEIXEIRA, 2008b, p. 104). No entender de Schaff, esse espírito mesquinho e individualista tipicamente liberal que coloca o dinheiro e a posse de bens materiais como o critério primordial de todos os aspectos da vida, será alterado em razão do montante de riqueza acumulada na sociedade informática. A ideologia liberal e individualista burguesa que sobrepujou Descartes ao apregoar o “tenho, logo existo”, seria modificada para o “tenho, logo reparto”.

Como a revolução tecnológica estaria provocando um incrível aumento da riqueza, as possíveis consequências indesejadas também seriam normalmente absorvidas. Nas palavras do autor: “se a sociedade se enriquece com a nova revolução industrial, conseqüentemente ela deve arcar com os custos do incremento do desemprego estrutural derivado desta revolução” (SCHAFF, 2007, p. 35). Uma mistura de repentino espírito altruísta combinado com o medo da rebelião dos despossuídos é que possibilitaria uma

nova postura da classe burguesa. Uma reação até então inédita e somente possível em razão do surgimento dessa nova sociedade (Ibidem). Desta forma, considera que:

[...] as classes proprietárias deverão ser suficientemente inteligentes para aceitar este passo inevitável no sentido de um nivelamento (relativo) na participação de todos os membros da sociedade na renda social, caso queiram evitar as desagradáveis surpresas de explosões revolucionárias que, no caso dos países altamente desenvolvidos, pareciam pertencer a um passado longínquo. (Ibidem, p. 32).

Em virtude da riqueza repartida pela burguesia e do fato de os trabalhadores não serem mais os explorados, a revolta dos que nada possuem estará devidamente controlada. Além do mais, o proletariado não se insurgirá porque será uma classe extinta, o trabalho vivo não mais fará parte da criação da riqueza, a classe trabalhadora será reduzida a seres humanos cronicamente desempregados, que não terão posse de nada, pois nem sua força de trabalho irá lhes servir.

Prosseguindo com as ideias de Schaff, também não haverá motivos para revoltar-se contra a propriedade privada e seus guardiões burgueses, uma vez que “os custos da nova distribuição deverão ser suportados por aqueles que desfrutem de uma porção maior da renda social, isto é, pelos empresários” (Ibidem, p. 31). Em vez de as transformações no processo de produção capitalista ocorrerem, “ao mesmo tempo, como martirologio dos produtores, o meio de trabalho como um meio de subjugação, exploração e pauperização do trabalhador” (MARX, 1996, p. 133), na sociedade informática, o processo de produção capitalista estaria se desenvolvendo para a libertação do trabalho, para a distribuição da riqueza e para o fim do antagonismo entre o capital e o trabalho (SCHAFF, 2007).

No entendimento de Adam Schaff, esta nova sociedade promoverá a resolução dos principais problemas da humanidade, propiciando uma era de harmonia na relação do homem com a sua espécie (Ibidem). Nesta não distante formação social, a abundância gerada pelos modernos meios de produção e por fábricas inteiramente automatizadas possibilitará que não haja motivos para que essa riqueza não seja repartida (Ibidem). Como não é fácil controlar o ímpeto para uma crítica a Schaff, já nos permitimos dizer que o grande problema desse pressuposto é que, enquanto a lógica da produção tiver como ditame os valores de troca, sendo o resultado financeiro o que realmente interessa (MÉSZÁROS, 2004), torna-se um completo devaneio imaginar a riqueza sendo compartilhada. A maior riqueza da classe burguesa não significa a ascensão social dos

trabalhadores (MARX, 2008), muito menos daqueles que foram segregados do processo produtivo.

Schaff prossegue. Para que este processo alcance satisfatoriamente as suas pretensões, há de se promoverem mecanismos de ajustes, isto porque considera que ainda estamos “no prelúdio do processo propriamente dito” (SCHAFF, 2007, p. 33). Até atingirmos o ponto ideal, alguns passos devem ser seguidos: com a substituição continuada de trabalhadores por autômatos, a solução temporária é ir diminuindo a jornada de trabalho, de forma que as consequências mais imediatas do desemprego sejam atenuadas. O objetivo é atingir uma “situação em que o trabalho manual na produção (e o correspondente trabalho intelectual nos serviços) será eliminado em 100 por cento” (Ibidem, p. 33). Até a chegada desse estágio desejado, a ordem é ir diminuindo paulatinamente a jornada e substituindo o tempo livre por atividades mais prazerosas (Ibidem). Ao final dessas transformações, o trabalho no seu sentido concreto e abstrato será quase que praticamente eliminado.

Apesar de afirmar em diversos momentos o completo fim do trabalho, Schaff também indica que “isto não contradiz o fato – voltamos a repeti-lo para evitar mal-entendidos – de que não prevemos o total desaparecimento das formas de trabalho conhecidas até agora” (Ibidem, p. 118). Dizer que o trabalho será eliminado em 100% e depois afirmar que isso não vai acontecer não é uma contradição para Schaff. Se isto não é, fica complicado imaginar o que seria. Voltemos à questão, visto ser pertinente ao Serviço Social. Sobre as atividades que permanecerão na sociedade informática, o autor enfatiza aquelas vinculadas à distribuição da riqueza, da previdência social e ligadas à Assistência Social: “[...] os âmbitos de ocupação que hoje existem apenas *in nuce*, e apenas em alguns lugares, registrarão também um forte incremento [...] Esta perspectiva vale particularmente para as instituições da previdência e da consulta social (a instituição do *social worker*)” (Ibidem, p. 122).

A sociedade imaginada e conceituada por Schaff não será o capitalismo tradicional como hoje, tampouco será o socialismo, na sua concepção conhecida; será um “sistema de economia coletivista” (Ibidem, p. 38). Para o autor, não poderá ser considerada como socialista porque este processo não eliminará a propriedade privada e as relações mercantis, deixando um amplo campo para a iniciativa privada; além do mais, permanecerá a mais-valia (Ibidem). Sobre esta última questão, na tradição marxista a mais-valia tem por origem “o sobretrabalho ou o trabalho gratuito, de que o capitalista se apropria”

(MANDEL, 1978, p. 32) do sujeito que produziu, portanto, necessita da existência e da participação do trabalhador. Como na sociedade informática o trabalho como resultado da força viva desaparecerá, surge mais uma contradição na extensa compilação de Schaff. Para tentar contornar essa contradição, considera que “ainda que se trate de mais-valia, esta não permanece nas mãos dos capitalistas e à sua disposição, mas passa a ser propriedade social e é utilizada para satisfazer necessidades sociais” (SCHAFF, 2007, p. 37). A tentativa de explicar a permanência da mais-valia sem a existência de trabalhadores é confundida com uma ideia de apropriação de um tipo de mais-valia social. No que diz respeito a esta contradição, Schaff simplesmente não dá nenhuma resposta inteligível.

Ainda de acordo com o autor, também não será possível considerá-la como restritamente capitalista, porque será uma sociedade que “abarcaria não apenas as relações de propriedade, mas também as relações derivadas da produção e da distribuição dos bens” (Ibidem, p. 39). Na mesma medida que Schaff é um caprichoso otimista, também é exímio em formular contradições. Se por um lado admite que a propriedade não será eliminada, por outro, também aponta para sua extinção:

A abolição da propriedade privada dos meios de produção, pela qual esses partidos lutam e que colocam como palavra de ordem nas manifestações em praça pública, em grande parte se materializará espontaneamente como resultado dos avanços da revolução da microeletrônica. (Ibidem, p. 59).

Se considerarmos as argumentações de Schaff sobre o antagonismo entre as classes, veremos que o autor imagina que a solução desse conflito histórico, solidificado em bases econômicas antagônicas, está próxima de ter um desfecho feliz para ambas as partes, como resultado do desenvolvimento das forças produtivas. Ao defender conceitos contraditórios, “frouxos” e inconsistentes, Schaff demonstra uma incrível debilidade teórica, incapaz de resistir a uma análise ainda que breve da história recente. Tanta imprecisão conceitual apenas mostra uma incapacidade de explicar minimamente o mundo em que vivemos (LESSA, 2007).

Se o pensamento filosófico marxiano consiste num propósito subversivo e não reconciliatório (MÉSZÁROS, 2008), o de Schaff é de caráter consensual, aliás, complete-se: consensualismo delirante e irresponsável. Como um “proeminente marxista” integrante da legião de missionários da apologética do capital, não poderia mesmo fazer algo muito diferente do que apregoar a antiga ladainha de uma suposta unidade de interesses entre

sujeitos inexoravelmente opostos (Ibidem). Ao negar o trabalho, ao propor a superação deste pelo desenvolvimento da tecnologia, Schaff cancela o trabalho humano como produtor da riqueza; com esta anulação, pretende desconstruir toda a teoria de Marx. O fim do trabalho seria também o término da luta de classes.

3.2.1 Schaff e Masuda – Sociedade informática e da informação

É difícil afirmar com absoluta certeza que Schaff em sua “A sociedade informática” tenha por inspiração a teoria do autor japonês Yoneji Masuda no seu livro “A sociedade da informação”, visto que o primeiro não expõe as credenciais bibliográficas em seu livro. Mesmo sem esta precisa indicação, cinco anos antes da primeira edição do autor polonês, o japonês Masuda publicou o seu texto. As similitudes não são apenas quanto ao título de seus livros; a confluência entre os dois dá-se principalmente no tocante aos argumentos, por isso, a pertinência de ser abordada. O alinhamento de ideias existente entre as duas teorias não é pequena, principalmente quanto ao capítulo 5 do livro de Masuda – A época da informação: transformação silenciosa da sociedade – e ao conjunto das argumentações de Schaff sobre o desaparecimento do trabalho.

Tal qual como fizera depois Schaff, Masuda também assinala a existência de uma nova sociedade que está surgindo em razão do desenvolvimento tecnológico baseado na microeletrônica. Igualmente⁷¹ ao autor polonês, compara estas alterações com o impacto das mudanças ocorridas com o advento da Revolução Industrial no final do século XVIII e início do XIX. Em sua concepção, as transformações no passado tiveram como protagonista a máquina a vapor, “e a sua principal função foi substituir e amplificar o trabalho físico do homem” (MASUDA 1980, p. 46). Na sociedade da informação:

Em um futuro muito próximo, teremos a automação completa de fábricas inteiras. Provavelmente, nos próximos vinte ou trinta anos, surgirão fábricas que não vão requerer qualquer trabalho manual, em campos relacionados com a energia e materiais (geração de energia, refinação de petróleo, siderurgia, cimento, etc.). (Ibidem, p. 79).

⁷¹ Há de se mencionar que além de os conceitos serem bastante parecidos, as previsões quanto ao tempo de aparecimento dessa nova sociedade são próximas; os exemplos sugeridos também seguem o mesmo alinhamento: Canadá e Suécia são os países que os dois autores citam como modelos de nações que já deram passos importantes na direção por eles imaginada.

Os prognósticos quanto ao tempo de consumação das previsões de Masuda também são bastante parecidos com os de Schaff. Sobre o fim do trabalho manual os dois estão em comum acordo: esta atividade estaria em via de se tornar uma realidade empiricamente verificável (MASUDA, 1980; SCHAFF, 2007). Masuda acredita que isso irá ocorrer entre vinte e trinta anos, a contar de sua publicação, em 1980, o mesmo prognóstico de tempo que Schaff determina para o surgimento da nova sociedade, isto porque, para este último, as fábricas completamente automatizadas já existiriam. Os dois creem fielmente que as máquinas substituirão os homens no processo de trabalho. Seguindo uma ordem cronológica de afirmações, primeiro Masuda: “a tecnologia de telecomunicações e informática trará a completa automação da produção” (MASUDA, 1980, p. 79), depois Schaff: “O trabalho humano será substituído em muitos setores por autômatos e robôs, tornando-se simplesmente supérfluo” (SCHAFF, 2007, p. 117).

O mesmo tom ufanista de Schaff sobre o futuro é defendido por Masuda: “um primeiro impacto social crescente será a emancipação do trabalho de subsistência: isso terá efeito social e psicológico incomensurável no futuro da humanidade, um impacto social que se classificar no lado brilhante das possibilidades da automação” (MASUDA, p. 81). O argumento de Masuda se encaminha numa concepção de que a liberação do homem do árduo trabalho manual, confinado às fábricas e à agricultura, será sucedida por uma nova sociedade onde o homem poderá dedicar-se ao lazer, ao aprendizado e ao envolvimento na preparação de uma vida melhor na sociedade (Ibidem).

Masuda não expõe a mesma complexidade de questões que Schaff quanto às relações sociais, detendo-se mais nas questões técnicas, além do mais, é a teoria de Adam Schaff que consegue repercutir no Serviço Social. Por conta desses aspectos, nos limitaremos a esta breve análise de sua “sociedade da informação”, apenas complementando a crítica dirigida a Schaff. Contudo, seu entendimento é necessário porque corresponde de forma reflexiva às esperanças do capitalismo japonês na última quadra histórica do século XX. Enquanto Masuda constrói sua tese sobre a orientação do JCUDI (Japan Computer Usage Development Institute), o “proeminente marxista” Schaff o faz sob o manto do Clube de Roma. Os dois desenvolvem uma abordagem onde os limites do capital permanecem intocados como a fronteira máxima de organização social. Mais do que a semelhança do título de seus livros, é isto que fundamentalmente os congrega.

3.2.2 Pós-indústria, qualificação e desqualificação

Conforme Shaff (2007) e Masuda (1980) sugerem, é a partir do desenvolvimento da microeletrônica que uma profunda mudança na produção ocorre. Estas alterações seriam de amplitude similar às transformações que ocorreram com a Revolução Industrial no final do século XVIII e início do XIX. Seguindo o raciocínio principalmente de Masuda, daquela época até a reestruturação produtiva e o surgimento desses novos artefatos tecnológicos, durante esse intervalo de tempo, a humanidade viveu um período marcado pelas regras da produção tipicamente industrial (MASUDA, 1980). A maior prova disso seria que durante parte consubstancial dessa época, o modelo de produção predominante foi marcado pelas rígidas regras tayloristas/fordistas. Com a informática e as mudanças nas relações de produção ocorridas nas últimas décadas, teríamos adentrado na era pós-industrial.

As considerações de Schaff e Masuda, bem como de diversos outros autores contemporâneos ajustados a esta perspectiva, como Bell, Stonier, Toffler, De Masi etc., é de que estaríamos vivenciando uma nova era, da suposta pós-indústria,⁷² resultado das transformações decorrentes da microeletrônica e informática. Em oposição a essa concepção, Kumar é quem adverte que “o capitalismo pós-fordista ainda é, afinal de contas, capitalismo. É impulsionado tanto hoje como sempre pelo motor do processo de acumulação. A reestruturação implícita no pós-fordismo tem a intenção de fortalecer, e não enfraquecer o capitalismo” (KUMAR, 2006, p. 89). Em vez de uma completa ruptura entre a grande indústria e o processo de produção verificado a partir da reestruturação produtiva, em grande parte possibilitado pelos novos artefatos tecnológicos da informática, existem fortes elementos de continuidade que negam a existência de um modelo pós-industrial. Desta forma, “os imperativos de lucro, poder e controle parecem ser tão predominantes hoje como sempre foram na história do industrialismo capitalista” (Ibidem, p. 191).

⁷² Para sermos justos, baseando-nos em Mészáros, vamos mencionar outros termos que se tornaram moda para os legionários da apologética burguesa, tais como “‘sociedade industrial moderna’, ‘civilização industrial’ e ‘sociedade pós-capitalista’. (Nos últimos anos, termos como ‘sociedade pós-industrial’ foram cunhados – não importa o que pudessem significar)” (MÉSZÁROS, 2008, p. 66). Nesse balaio de termos semânticos variados supostamente atualizados, capitalismo, burguesia, proletariado e relações de produção, terminologias usadas por Marx, são substituídas sem o menor critério teórico, a não ser a leviana intenção de suavizar ou esconder o antagonismo entre classes. É desta forma que a classe burguesa e a trabalhadora transformaram-se em grupos de renda mais alta e mais baixa (Ibidem) e as relações de produção tornaram-se mundo do trabalho (LESSA, 2007). Como a simples mudança de nomenclatura não altera sequer em um mínimo átomo a essência, o capitalismo prossegue sendo trabalho morto que suga força viva (MARX, 1988).

Assim como no passado, há significativos indícios de que o atual processo de acumulação trouxe um rebaixamento no tocante à especialização (HARVEY, 2002). As capacidades e os méritos proporcionados pela especialidade foram retirados do trabalhador com a introdução de um novo aparato tecnológico, baseado na microeletrônica (KUMAR, 2006). O ingresso do componente tecnológico, além de elevar os níveis de produtividade, também serviu de forma expressiva ao capital para retirar as tarefas que exigiam habilidades especiais dos trabalhadores e que, portanto, também careciam de operários qualificados para sua execução (Ibidem). Com essas considerações, a organização e as tecnologias aplicadas na produção neste estágio do capitalismo, continuam em rigoroso confronto com os interesses dos trabalhadores e não são fruto de um desenvolvimento imanente das forças produtivas. Conforme Gorz:

A tecnologia capitalista e a divisão capitalista do trabalho não se desenvolveram, portanto, por causa da sua eficácia produtiva *em si*, mas em razão da sua eficácia no contexto do trabalho alienado e forçado; ou seja, trabalho dominado por um objetivo que lhe era desconhecido. (GORZ, 2001, p. 83, grifo na obra)

A tecnologia utilizada e a organização aplicada nas relações de produção capitalistas não estão a serviço de uma eficiência geral, nem visam elevar ou maximizar a produção de forma a trazer benefícios à coletividade. Essas tecnologias e técnicas estão a serviço de uma vontade inimiga do trabalhador (Ibidem). É por isso que, além de retirar-lhes os meios de produção, o capital também procura, “na medida do possível, o controle sobre o funcionamento desses meios, quer dizer, o poder – composto de habilidade, de conhecimento profissional, de *savoir-faire*” (Ibidem, p. 83).

Os novos equipamentos baseados na microeletrônica exigiram um trabalhador com conhecimento específico para sua operação e polivalente para atuar em diversas funções, intensificando os níveis de exploração. Isso não significou que ele estivesse alcançando um novo patamar qualitativo, ou que o capital se tornara mais dependente do trabalhador (KUMAR, 2006). Pelo contrário, o adiestramento adquirido para operar os modernos computadores e os diversos equipamentos tecnológicos serviu para que cada trabalhador exercesse não mais uma única especialidade, mas que fossem capazes de executar diversas frações do sistema (ANTUNES, 2004), deixando de ser especialista em uma função para atuar em partes fragmentadas de várias atividades. Trata-se do aprofundamento da subsunção real, em que o trabalhador não consegue dominar nem sequer uma parte inteira

do processo de produção, apenas frações de várias partes. Depois de o trabalhador ter o seu saber-fazer mutilado pela maquinaria, tornando-se um trabalhador parcial que domina apenas parte do processo, agora, até essa parte esquarterada. É, portanto, a continuidade do processo de subsunção real do trabalho para um nível ainda mais profundo.

Desta forma, torna-se o trabalhador polivalente tão cultuado pelos organizadores da produção capitalista, cujo tempo disponível está a serviço das diversas tarefas a ele atribuídas, o que dificulta qualquer “respiro” de folga durante sua jornada. Como bem esclarece Rosso:

A polivalência faz com que o trabalhador se desdobre em várias tarefas sucessivamente, de tal forma que lhe seja praticamente impossível trabalhar de maneira a usufruir pequenos intervalos de descanso. Em outros termos, ela seria o meio pelo qual o trabalho passaria a ganhar em intensidade, a exigir maior empenho, a consumir mais energias pessoais, físicas, emocionais e cognitivas. (2008, p. 14).

O conhecimento adquirido para operar estes equipamentos não serve para uma maior especialização do trabalhador, no sentido de sua afirmação enquanto força de trabalho qualificada. O capital não se torna mais dependente das habilidades polivalentes que o indivíduo adquiriu; de forma inversa, este processo apenas contribuiu para a desqualificação do trabalhador e para a intensificação do ritmo de trabalho, que agora pode ser explorado em diferentes atividades na empresa.

Esse processo de desqualificação também não está restrito às atividades com menor exigência profissional, a título de exemplo, na indústria de transformação, “parte do trabalho mais qualificado e gratificante do chão-de-fábrica, tais como perfuração de precisão, fresagem, torneamento e tarefas altamente especializadas de oficina” (BARKER, apud KUMAR, 2006, p. 61) estão sendo substituídas por máquinas. Ainda mais instigante é o processo na própria área informacional, em que

[...] o desenvolvimento incessante dos computadores taylorizou os próprios profissionais do ramo. O trabalho com computadores seguiu o padrão conhecido de separação e decomposição de tarefas. [...] De início, os analistas de sistemas foram separados dos programadores, estabelecendo-se uma distinção importante entre os que concebiam e os que executavam programas de computador. Mais tarde, os programadores foram também separados de uma classe mais rotineira de operadores, que se concentravam principalmente em tarefas repetitivas de codificação. (KUMAR, 2006, p. 61).

Em resumo, ao contrário de assistirmos à ascensão de um trabalhador mais qualificado, nem mesmo a área da informática escapou de um processo inverso.

Seguindo o mesmo rumo de desqualificação, ao invés do surgimento de uma massa de oportunidades no setor do conhecimento, a tendência percebida é de eliminação de alguns postos (Ibidem), visto que o processo de informatização acaba por reduzir a complexidade de algumas operações, liberando parte dos trabalhadores necessários nessas atividades. Nas indústrias, à medida que a microeletrônica prossegue seu avanço, projetistas, planejadores, técnicos com maior grau de qualificação e operadores altamente especializados (Ibidem) são substituídos por um número menor de trabalhadores com um conhecimento predominante em informática.

Esse processo afeta a classe trabalhadora de forma negativa, dificultando o acesso as suas condições materiais de subsistência. Isto porque para o trabalhador da sociedade capitalista, a força de trabalho só lhe é útil enquanto uma mercadoria (MARX, 2008). Não possuindo os meios de produção, ele é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência. O processo atual instaurado pelo advento da informática significa fundamentalmente a desqualificação do único artigo que o trabalhador dispõe para vender. Isto ocorre porque o maior valor da “mercadoria” trabalho é representado, também, pelo domínio que um trabalhador detém em uma determinada atividade. De forma a diminuir o valor da força de trabalho, a microeletrônica atua descomplicando as atividades onde ela é inserida (KUMAR, 2006); a destreza e habilidade que o trabalhador tinha nesse processo são substituídas pelo computador. O que poderia ser um alívio para o trabalhador, torna-se um novo martírio. Além disso, as novas tecnologias possibilitam formas de controle que visam à intensificação da exploração, com a elevação da taxa de mais-valia absoluta e relativa, ou seja, tanto se elevaram as jornadas de trabalho sob o manto do trabalho precarizado, como foi intensificada a produtividade (ANTUNES, 2006).

Conforme Marx (1988, 1996), existe duas formas pelas quais os capitalistas conseguem elevar a taxa de mais-valia. São respectivamente à produção de mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A diferenciação e o conceito das duas são explicitados pelo próprio autor:

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa. (MARX, 1988, p. 239).

A mais-valia absoluta refere-se à elevação da jornada de trabalho. Já para elevar a taxa de mais-valia relativa, o capitalista se utiliza do aperfeiçoamento dos meios de produção e do aumento do ritmo do trabalho para produzir mais.

A máquina produz mais-valia relativa não só ao desvalorizar diretamente a força de trabalho e, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram em sua reprodução, mas também em suas primeiras aplicações esporádicas, ao transformar em trabalho potenciado o trabalho empregado pelo dono de máquinas, ao elevar o valor social do produto da máquina acima de seu valor individual, possibilitando ao capitalista assim substituir, com uma parcela menor de valor do produto diário, o valor diário da força de trabalho. (1996, p. 39).

Algumas páginas depois complementa:

[...] o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Ao mesmo tempo, ocorreu uma modificação no caráter da mais-valia relativa. Em geral, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. (Ibidem, p. 42).

No atual estágio da produção capitalista, os novos maquinários e tecnologias são utilizados para garantir o aumento do sobretrabalho, intensificando o ritmo e aumentando as jornadas, combinando elevação das taxas de mais-valia absoluta e relativa. O aspecto nodal a ser apreendido é que, a lógica capitalista herdada da grande indústria e suas regras basilares não se findaram com a reestruturação produtiva e com o surgimento das novas tecnologias (KUMAR, 2006); essas regras apenas se ajustaram à atual conjuntura, para possibilitar a continuidade da acumulação capitalista à custa da força viva dos trabalhadores. O uso da maquinaria e de novas tecnologias como instrumento de elevação da taxa de mais-valia permanece, agora com a utilização da informática e dos equipamentos a partir dela desenvolvidos.

Considerando os aspectos de ruptura e continuidade entre o período do fordismo e o da acumulação destrutiva a partir da reestruturação produtiva, o rebaixamento da destreza do trabalhador e a sua desqualificação são compreendidos como formas de intensificação de opressão e controle historicamente perseguidos pelo capital (GORZ, 2001). Na

contemporaneidade, os objetivos nodais da organização e da produção são tão antigos quanto o próprio capitalismo (KUMAR, 2006), apenas remodelados em virtude das necessidades específicas deste momento histórico. Desta forma, são elementos nítidos de continuidade; “as ‘novas formas de trabalho’ e as ‘novas formas de gerência’ são expressões particulares do velho trabalho abstrato” (LESSA, 2007, p. 347).

Não há nenhuma razão plausível em considerar este processo como sendo típicos de uma sociedade pós-industrial, ou que tenha ocorrido uma ruptura radical com as regras fordistas e muito menos que tenha ocorrido elevação da qualificação do trabalhador. O que ocorreu foi justamente o contrário, pois o que significava qualificação para o trabalhador era sua capacidade de domínio sobre uma determinada parte do processo da produção. Esta possibilidade era muito maior num longínquo passado, quando o trabalhador controlava o que fazia, quando cabeça e mãos estavam unidas (MARX, 1988). De forma progressiva e ininterrupta, o trabalho alienado vem afastando cada vez mais tais funções. A introdução de novas tecnologias no contexto da reestruturação produtiva é mais uma etapa deste processo de desqualificação e que impõe a técnica não somente alheia como também hostil ao trabalhador (Ibidem).

A celebrada sociedade “pós-industrial” acelerou a intensidade do trabalho, elevou o controle e prossegue na busca da desqualificação do trabalhador (KUMAR, 2006). Na relação entre capital e classe proletária, esta última permanece oprimida e tendo a riqueza produzida sendo expropriada pela classe burguesa. Neste instante histórico, assim como no passado, numa sociedade dividida entre uma classe que trabalha e outra que se apropria dessa riqueza, há uma classe que ao converter a natureza em meios de subsistência e de produção cumpre a função de fornecer o conteúdo da riqueza material social, o proletariado (LESSA, 2007). É a partir da superação dessa exploração que se inicia⁷³ o

⁷³ Algumas questões são pertinentes sobre o processo de emancipação humana. O aspecto fundamental é a lição histórica do século XX, em que todas as tentativas de controle do capital através da capitulação do aparelho estatal, ou seja, pela mediação da política, fracassaram. Tanto o modelo soviético como o socialdemocrata não foram capazes de romper com o domínio do capital (LESSA, 2005c). Além disso, Mészáros adverte que: “A derrota da classe exploradora é, por conseguinte, um falso triunfo, caso não acarrete a emancipação dos indivíduos como indivíduos. A verdadeira questão em pauta é a liberdade pessoal, no sentido mais amplo do termo. Implica necessariamente a abolição da divisão do trabalho, uma vez que esta contradiz diretamente as condições de auto-realização dos indivíduos como indivíduos” (2008, p. 167). Outra questão não menos importante, refere-se ao fato que emancipação humana não está apenas na exploração pelo trabalho; indubitavelmente que é a partir dela que outras também se sustentam, entretanto, este projeto de emancipação pressupõe também considerar a questão do gênero, da exploração da mulher pelo homem. Mészáros considera que, “enquanto a máxima extração de trabalho excedente politicamente garantida e protegida continua a ser o princípio orientador essencial do sociometablismo com a estrutura de comando necessariamente hierárquica, a questão da emancipação das mulheres, que exige igualdade substantiva – e, por implicação, uma estrutura radical da ordem social estabelecida desde

processo de emancipação humana, e não em razão de alterações tecnológicas ordenadas pela lógica do capital e do trabalho alienado.

3.3 A máquina informacional e sua utilização capitalista

Adam Schaff afirma a existência de indústrias completamente robotizadas, porém, não cita qual foi a fábrica em que os trabalhadores foram inteiramente substituídos pelos autômatos, como não revela em qual indústria as máquinas transformaram os trabalhadores em “reliquias de museu”, apenas indicando vagamente que isto ocorreria no Japão, fica impossível, para ele, provar a veracidade desta sua afirmação. Mesmo sem uma precisa indicação, é apropriado assinalar que no período da reestruturação produtiva algumas experiências de automação “parcial” de fábricas ocorreram. Antunes cita o exemplo da indústria japonesa Fujitsu Fanuc, onde “mais de quatrocentos robôs fabricam, durante as 24 horas do dia, outros robôs. Os operários, quase quatrocentos, trabalham durante o dia. Com métodos tradicionais seriam necessários cerca de 4 mil operários para se obter a mesma produção” (ANTUNES, 2006, p. 59.) Mesmo neste exemplo, que é uma particularidade de uma empresa em um país e num ramo industrial específico, ou seja, é algo absolutamente particular, o trabalho humano não foi integralmente substituído, apenas foi diminuída a proporção de sua utilização em relação às máquinas (Ibidem). Contudo, como essa diminuição em níveis elevados nem sempre é tão vantajosa economicamente, os exemplos dessas experiências são sempre casos muito específicos em determinados ramos e em conjunturas específicas, são “particularidades de particularidades”.

Um dos mais conhecidos exemplos de investimento maciço em automação da produção, principalmente pelo grande volume de dinheiro investido e desperdiçado,⁷⁴ foi o projeto Saturn da GM, no início dos anos 1980. Esse projeto era uma aposta da montadora americana General Motors na tecnologia, contra o avanço das fábricas

suas menores células até seus órgãos coordenadores mais abrangentes, não pode ser considerada nem por um momento” (Idem, 2002, p. 293). Ainda a respeito da questão do gênero, bastante pertinente é a observação que Mandel relata de Flora Tristan, lutando pela igualdade entre os dois sexos: “Tristan fez uma crítica radical da condição das mulheres de sua época, descrevendo-as como ‘proletárias dos proletários’” (MANDEL, 2001, p. 52).

⁷⁴ O balanço negativo da estratégia em tecnologia da montadora americana é mencionado por Gounet: “A GM perdeu 10% do mercado dos Estados Unidos; caiu de 46% em 1979 para 36% em 1987. Nesse meio tempo, gastou 60 bilhões de dólares em tecnologias supersofisticadas” (GOUNET, 1999, p. 38).

japonesas. “Segundo o (então) presidente da GM, Roger Smith, é o esboço da fábrica do futuro, com linhas de produção inteiramente automatizadas e uma completa integração dos equipamentos sob a égide da informática” (GOUNET, 1999, p. 37). Para enfrentar a ascensão das montadoras japonesas iniciadas a partir da década de 1970, a GM acreditou que a melhor saída seria diminuir o número de operários, substituindo grande parte desses por máquinas altamente modernas. De acordo com o relato de Bernardo:

Grassava então pelo país [Estados Unidos] uma febre de alta tecnologia. Não só se presumia que a introdução de robôs haveria de reduzir o número de trabalhadores industriais, que saem caros e por vezes desordeiros, mas pensava-se também em aproveitar deste modo a superioridade dos Estados Unidos relativamente ao Japão em computadores e *software*. [...] A fábrica Hamtramck, em Detroit, concebida para demonstrar as maravilhas da nova tecnologia, depressa se tornou uma tragédia, segundo o ponto de vista de uns, ou, para outros uma farsa. Erros de programação levavam as cadeias de montagem a parar durante horas, robôs desmembravam-se uns aos outros, ou espatifavam peças de automóveis, ou espalhavam a tinta em redor, e por vezes os veículos automáticos que deviam transportar os componentes ficavam sem se mover. Estes e outros problemas do mesmo género reproduziram-se em outras fábricas. ‘Segundo alguns cálculos, cerca de 20% das despesas realizadas pela General Motors em nova tecnologia foram gastos em vão’. (BERNARDO, 2000, p. 72-73).

Como resultado desse experimento:

Tornou-se evidente que a verdadeira chave do sucesso para uma indústria automobilística competitiva não era a alta tecnologia, mas o modo como os trabalhadores eram treinados, geridos e motivados. [...] A lição custou caro, mas a General Motors acabou por aprender que seu bem mais importante e mais valioso não eram os robôs, mas a sua própria força de trabalho. (Ibidem, p. 74).

Quase que paralelamente à experiência do projeto Saturn, a General Motors em 1983 fez um acordo com a montadora japonesa Toyota, criando uma empresa *joint-venture* (NUMMI – New Motor Manufacturing Inc.) onde produziram automóveis com grande êxito lucrativo para as duas gigantes do setor (BERNARDO, 2000, 2004). A fábrica, que foi o resultado da parceria entre a GM e a Toyota, não teve como característica a massiva robotização, mas o rígido controle sobre o trabalhador nos moldes inspirados no padrão japonês. Conforme esclarece Rifkin, “os autores Mike Parker e Jane Slaughter, que estudaram a *joint-venture* Toyota-GM, na Califórnia, para a fabricação do Toyota Corolla e Chevrolet Novas, caracterizam as práticas de produção enxuta japonesa como

‘administração pelo estresse’” (RIFKIN, 1995, p. 204). Ao invés de abusar do uso de novos artefatos tecnológicos para elevarem a taxa de mais-valia, preferiram extenuar o cérebro e músculos humanos para atingir um alto nível de produtividade. Para a lógica capitalista, que busca se apropriar do máximo de sobretrabalho possível, esta experiência foi recompensadora para os cofres das duas montadoras, pouco importando que para os trabalhadores tenha sido altamente extenuante e estressante.

Sem investir na elevação dos níveis de automação na fábrica, a parceria entre GM e Toyota fez da “Nummi uma das unidades mais produtivas do grupo” (GOUNET, 1999, p. 38). Tendo como foco principal de gestão o rígido controle dos trabalhadores, e não na substituição de operários por máquinas, a GM descobriu na associação com a Toyota qual o segredo do sucesso da montadora japonesa. Como lembra Bernardo: “É curioso que tantas pessoas de esquerda arrependida insistam em não aprender com os gestores das grandes empresas a importância da classe trabalhadora” (2000, p. 74). Da mesma forma, cabe um alerta: a importância dada pelos empresários não é exatamente à classe trabalhadora, mas à necessidade do trabalho vivo e da eficiência da força de trabalho enquanto uma mercadoria que ele adquire e que cria valor.

As experiências de introdução de novas tecnologias no contexto da reestruturação produtiva mostraram serem ineficazes quando restritas tão somente à introdução de novas máquinas, sem que o capital detenha um amplo controle sobre os operários, os reais produtores. Como o papel ativo no processo de trabalho e criação de valor é realizado pelo homem (MARX, 1988), para o capital é este quem necessariamente precisa ser controlado, ou seja, despoticamente gerenciado e forçosamente motivado (GORZ, 2001).

Que o surgimento de novos equipamentos na produção e nos serviços provoca a elevação dos índices de desemprego (RIFKIN, 1995), pelo menos o formal,⁷⁵ isto parece ser pouco questionável. Aliás, como já argumentamos anteriormente, no atual estágio de reprodução capitalista o desemprego não é uma simples causa decorrente dos mecanismos de acumulação; ele tornou-se uma alternativa perseguida de forma inexorável (PANIAGO,

⁷⁵ Bastante pertinente o texto de Tavares (2004) sobre a precarização e a informalidade no atual estágio da reprodução do capital, demonstrando como por “fios invisíveis” a produção capitalista movimentada trabalhadores abstratos. Tavares demonstra que “o crescimento das relações informais na produção capitalista, a partir da década de 90, não permite mais que o trabalho informal seja explicado por unidades produtivas de caráter individual ou familiar”. Assim sendo, atualmente “o trabalho informal, longe de ser suplementar ou intersticial, tende a ser cada vez mais incorporado pelo núcleo capitalista” (TAVARES, 2004, p. 15-16). Em vez do fenômeno das máquinas substituindo os humanos serem o referencial nodal da produção capitalista atual, o que se verifica é o aumento vigoroso das formas precarizadas e informais de produção, que são muito mais úteis ao capital nesse instante, do que a “robotização” das fábricas.

2007). Como a produção capitalista é operacionalizada através do trabalho assalariado e esse tem um custo para o burguês, assim como qualquer outra mercadoria que ele compre, a diminuição do valor pago pela força de trabalho (PIGNON; QUERZOLA, 2001) é uma das intenções existentes com a introdução e utilização de novos maquinários. Marx (1996) descreve no capítulo da lei geral da acumulação capitalista, que existe uma tendência do burguês em investir relativamente mais em capital fixo (meios de produção) do que no capital variável (salários), isto como forma de enfrentar em melhores condições a concorrência, pois a introdução de novas máquinas aumenta a produtividade (Ibidem). Entretanto, o que determina a maior ou menor inserção de máquinas, são as condições objetivas que o capital se depara para obter o lucro.

Na articulação existente entre técnica e relações sociais, esta última se sobrepõe à primeira. Seguindo esse pressuposto, o próprio Marx lembra que a introdução de novas máquinas “libera parte dos trabalhadores até então ocupados em determinado ramo industrial” (Ibidem, p. 72). Contudo, também adverte que “é um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela ‘liberação’ dos operários dos meios de subsistência” (Ibidem, p. 73). Para deixar clara a situação, Marx conclui que:

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza. (Ibidem).

Schaff simplesmente ignora qual a lógica da acumulação burguesa e deposita no desenvolvimento tecnológico por si só a responsabilidade de resolução das contradições provocadas pela reprodução capitalista. Para ele, o vilão e o herói do desemprego habitam no mesmo corpo, o da automação. Ao mesmo tempo em que a substituição de trabalhadores por autômatos irá provocar um desemprego em massa de consequências indesejadas e perigosas, este mesmo aparato tecnológico, e como decorrência do mesmo mecanismo que expulsou os trabalhadores das fábricas e dos serviços, também possibilitará um novo tempo de prosperidade para os seres humanos (Ibidem). O problema então se restringirá a resolver o que fazer com o tempo livre. Num exercício de futurologia

apologética parecido com o de Schaff, Keynes também compreenderia que após logrado o êxito de suas projeções, após a resolução dos problemas econômicos, que para ele ocorreria em no máximo cem anos (seu prognóstico feito em 1926 foi bem mais cauteloso que o de Schaff) o grande dilema seria de como nos ocuparmos com a ausência desses problemas (KEYNES, 1963).

Diferente desta situação, a integração do ócio no atual estágio do capitalismo e suas determinações ocorreram “em planos mais profundos, e com repercussões sociais decisivas, na medida em que o tempo de lazer se converteu em um tempo de formação da força de trabalho” (BERNARDO, 2000, p. 65). A partir das exigências que a microeletrônica impõe para sua operação, como também em razão das novas técnicas gerenciais, o trabalhador no seu tempo livre tem de estar continuamente procurando manter-se apto a desempenhar as funções de manuseio das novas tecnologias e de polivalência exigidas pelo capital. Isto obriga o trabalhador a sempre investir em formação profissional e a passar uma boa parte do tempo que deveria ser destinado ao descanso, utilizando-o para manter sua empregabilidade ou simplesmente melhor preparando-se para a “batalha” por uma vaga no mercado de trabalho. Assim sendo, em seu tempo “livre”, o trabalhador ou presta serviços gratuitos ao capital, ou consome, ou passa esse tempo se preparando para manter sua empregabilidade; faz quase tudo para auxiliar o capital, menos descansar. Contrariamente aos prognósticos de Schaff, ao invés de essas novas tecnologias trazerem maior liberdade para os indivíduos, o que se observa é o aumento da intensidade de trabalho (ROSSO, 2008) e do controle do capital sobre os trabalhadores (KUMAR, 2006; BERNARDO, 2004).

A crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002), tendo como parte de suas expressões as modificações ocorridas na reestruturação produtiva e o problema do desemprego estrutural por ela desencadeado, é simplesmente desconsiderada por Schaff. Em seu entendimento, existe um aspecto no desemprego que não é causado por questões da conjuntura e dos interesses pertinentes e decorrentes ao processo de acumulação. A liberação dos trabalhadores seria o resultado fundamentalmente de uma tendência crônica de substituição de humanos por autômatos a partir do advento da informática; além disso, esta tendência cada vez atingiria uma maior parcela de trabalhadores (SCHAFF, 2007). Estas pessoas “não estão desempregadas em consequência de uma conjuntura desfavorável, mas o estão em consequência de mudanças da estrutura de ocupação, através da substituição do trabalho humano tradicional pelos autômatos” (Ibidem, p. 29). De

acordo com Schaff, não há rotas escapatórias para esse destino; os seres humanos já estariam sendo inteiramente substituídos por modernas máquinas e este processo seria crescente e irrefreável.

Diante das considerações até agora expostas por Schaff, não chega a ser um exagero identificar que essas considerações estão próximas de uma ficção científica, entretanto, esta é exatamente a argumentação que esse autor defende. O próprio Schaff não sonega essa aparência de ficção; ponderando o receio de que os leitores tomem sua obra como uma narrativa fantasiosa⁷⁶ observa que: “À primeira vista, essas afirmações parecem escandalosas e nos induzem a pensar em ficção científica. Contudo, isto se deve exclusivamente às características conservadoras do nosso pensamento” (SCHAFF, 2007, p. 42). Na opinião de Schaff, se por um acaso alguém o considerar um fantasioso ou delirante, isto não é uma falha de suas argumentações, mas um defeito ou incapacidade de quem o interpreta, pois ainda não se encontraria preparado para aceitar como verdadeiras estas enormes mudanças que, para ele, são claramente perceptíveis.

Nas últimas passagens de seu livro, Schaff expõe que tudo aquilo de que ele tratou, entre supostas constatações do presente e suas projeções para os próximos anos, não é produto de ficção, mas uma análise plausível e real das atuais tendências (Ibidem). Com esta certeza sobre os fatos narrados, assegura que toda sua elaboração partiu do pressuposto de fugir das “tentadoras armadilhas da ficção científica” (Ibidem, p. 153) e que esses argumentos seriam baseados em “fatos ‘concretos’, em número suficiente para poder antever o desenvolvimento social nas próximas décadas, sem ser necessário recorrer ao fantástico” (Ibidem, p. 153).

Estando o homem finalmente liberto do tormento do trabalho, terá de se preocupar com o tempo disponível que lhe restará, a partir da libertação do trabalho. Será tarefa dos seres humanos encontrarem um sentido para suas vidas. Este é o desfecho que Schaff anuncia para a sociedade informática. Assim sendo:

⁷⁶ Mesmo respeitando o alerta do autor de não tomar como ficção suas afirmações, é justo avaliar que do ponto de vista do processo histórico e dos resultados objetivos que a reestruturação produtiva e as novas tecnologias trouxeram até o presente, suas previsões se encontram muito mais no campo da imaginação, do que do real. Imaginar uma sociedade sem o trabalho é algo muito distante do que hoje verificamos e bem mais próximo do exemplo das narrações míticas e fantasiosas, que ao invés de esclarecer, produzem a mediocrização dos indivíduos. Que o diga Walt Disney e seu personagem Tio Patinhas, poderoso e rico capitalista das estórias em quadrinhos que acumula toda sua fabulosa riqueza somente descobrindo tesouros escondidos, e ninguém trabalha para produzi-la. Cf. recente texto intitulado: “Dinheiro e felicidade nos contos de fada, nas narrações míticas e na política. Uma análise da economia política”. Teixeira (2008b), de forma original e brilhante, analisa como as grandes narrações na modernidade promoveram a dominação e a mediocrização do homem.

Os membros da sociedade informática serão muito mais ricos e ao mesmo tempo a eficácia crescente da produção automatizada tornará mais fácil a obtenção dos meios de subsistência, o rigor das normas protestantes, que nesta ou em outras formas impregnou a ética do trabalho nos tempos modernos, será crescentemente atenuado. Estas velhas regras simplesmente não serão mais necessárias do ponto de vista social, o que se refletirá num estilo de vida modificado. (Ibidem, p. 130-131).

Bem diferente do que afirma Schaff, o trabalho não está se tornando uma virtualidade em via de desaparecimento, nem as contradições sociais estão sendo resolvidas por mecanismos técnicos. Conforme dados recentes da Organização Internacional do Trabalho, o emprego mundial aumentou em 30 por cento entre o início dos anos 1990 e 2007; além disso, ampliou-se a disparidade de renda entre famílias ricas e pobres (OIT, 2008). Ainda que tenham ocorrido grandes transformações desde o advento da reestruturação produtiva, com a introdução de novos equipamentos informacionais na produção, resultando na liberação de parte dos trabalhadores formais e no aumento da parcela informal, o trabalho não está desaparecendo. Pelo contrário, o trabalho humano permanece sendo irrevogavelmente o responsável pela produção da riqueza, agora, mais precarizado e explorado.

Se por um lado, as fábricas inteiramente automatizadas descritas por Schaff até hoje não foram vistas em parte alguma e continuam a ser espectros delirantes de sua imaginação, por outro lado, “[...] não é ficção que a Nike se utiliza de cerca de 85 mil trabalhadores e trabalhadoras, esparramados em tantas partes do mundo, que recebem salários degradantes”(ANTUNES, 2005, p. 26). Também não é fantasia que no limiar deste novo milênio 13,2 milhões de seres humanos sejam usados em trabalhos forçados (OIT, 2008), o que em quase nada os diferencia dos antigos escravos; ao invés de liberdade, o que encontramos é um aprisionamento de uma enorme quantidade de trabalhadores que extrapola até os limites jurídicos do trabalho alienado. É uma lamentável constatação, não uma miragem, a existência de pelo menos 250 milhões de crianças no mundo trabalhando nas ruas (Ibidem). Essas crianças, ao invés de estarem desfrutando de atividades próprias para sua infância, estão trabalhando, oferecendo a força de seus frágeis músculos como alimento para satisfazer o capital no seu voraz apetite por lucro e pela compra de força de trabalho barata.

As previsões de Schaff sugerem um enorme otimismo⁷⁷ quanto às possibilidades que ele compreende que as novas tecnologias possam trazer. Ocorre que a crise estrutural do capital instalada desde o início da década de 1970 (MÉSZÁROS, 2002), tem demonstrado que o novo aparato tecnológico com base na microeletrônica está inteiramente alinhado com as necessidades de acumulação do capital neste instante histórico. Muito ao contrário do que o autor polonês indica, o processo de reestruturação produtiva tem intensificado o ritmo de trabalho; em parte, isso foi possível pela utilização dessas novas tecnologias. É por conta disso que por mais que esse argumento de soluções tecnológicas tenha um viés otimista e um apelo popular (Idem, 2004), chegando a aproximar-se de uma ficção, a ausência de uma análise rigorosa de para qual interesse servem essas novas tecnologias, torna essas projeções sem nenhuma coerência com relação à lógica da reprodução capitalista.

Mesmo alguns autores que tratam do desenvolvimento tecnológico na superação do assalariamento, não ignoram qual o verdadeiro interesse existente na introdução das novas tecnologias. É assim que argumenta Rifkin:⁷⁸

As novas tecnologias da informação são desenvolvidas para remover qualquer controle residual que os trabalhadores ainda exerçam sobre o processo de produção, com a programação de instruções detalhadas diretamente para a máquina, que as cumpre passo a passo. O trabalhador fica impotente para exercer julgamento independente, tanto na fábrica como no escritório, e tem pouco ou nenhum controle sobre os resultados previamente ditados por programadores especializados. (RIFKIN, 1995, p. 201).

Bem ao contrário da alternativa que promulga que essas tecnologias ocasionam maior autonomia para o trabalhador, sua função efetiva tem sido a de exercer maior controle (BERNARDO, 2004; KUMAR, 2006) sobre os trabalhadores em todas as áreas de atuação em que a microinformática é inserida. A impossibilidade de as tecnologias deterem o processo coercitivo das organizações sobre os trabalhadores reside-se no fato de que para o capital é preciso controlar os reais produtores, pois o resultado do seu trabalho lhes será

⁷⁷ As projeções otimistas defendidas por Schaff receberam de Lessa a advertência de se tratar de “um elogio ufanista, irresponsável e delirante da crise estrutural do capital” (LESSA, 2007, p. 64).

⁷⁸ Em seu “O fim dos empregos”, Rifkin (1995), utilizando diversos exemplos, afirma que as novas tecnologias estão substituindo os trabalhadores. Não concordamos com a perspectiva deste autor, contudo, como não é nosso objetivo neste estudo analisar sua teoria, apenas utilizamos algumas de suas considerações para reafirmar que até mesmo este autor, que sugere o “fim do emprego”, não desconsidera (apesar de não criticar tal situação) qual o real interesse das novas tecnologias sob a égide do capital.

irremediavelmente retirado. Romper com a tirania e o despotismo sobre o trabalhador significa sustar com a própria lógica do sistema, desobedecer a sua razão imperiosa: o lucro. Esta opção não existe para o capital.

3.4 Intensificação do controle e alienação

Ao invés de assistirmos a novas formas de organização radicalmente diferentes das encontradas na grande indústria, cujo rígido controle sobre os trabalhadores era uma das características explícitas, bastando exemplificar o organograma hierárquico vertical da produção fordista, o que se verifica nas últimas décadas é o aprofundamento deste controle sobre os trabalhadores. Esta é a função dos círculos de controle na denominada organização horizontal (BERNARDO, 2004). Sem desconsiderar a existência de algum tipo de confronto com a produção hierarquizada fordista, tais ações não alteraram substancialmente as relações de produção (HARVEY, 2002) e os elementos basilares de controle do capital sobre o trabalho, não são elementos de ruptura do processo de coerção capitalista sobre os trabalhadores. É insignificante e ingênuo aferir a intensidade do controle apenas pelo formato hierárquico, se vertical ou horizontal. Uma análise cuidadosa das atuais relações de produção demonstra que as recentes estratégias de organização da produção, além de não corresponderem a um esforço de cooperação entre trabalhadores e seus controladores, também revelam um aperfeiçoamento das formas coercitivas já existentes.

No toyotismo, modelo de produção largamente utilizado a partir da reestruturação produtiva, a lógica é baseada no mínimo de trabalhadores e no máximo de horas extras (GOUNET, 1999; ANTUNES, 2004, 2006). A ideia é ter a empresa “enxuta”, com a menor quantidade possível de trabalhadores, magra na quantidade de operários contratados, robusta pelo dispêndio de energia física e cognitiva que esses trabalhadores têm de liberar. Estando com um reduzido número de funcionários, as tarefas de controle, que antes se realizavam apenas por trabalhadores improdutivos de mais-valia, passam a ser executadas de forma dupla pelos trabalhadores produtivos (ANTUNES, 2004).

Lessa assinala que esta dupla função exercida pelo operário apenas indica que ele é mais vigorosamente explorado.

O fato de que este ou aquele operário, nesta ou naquela posição de uma dada fábrica, ser obrigado pelas novas tecnologias a ser mais 'flexível' e a cumprir inclusive atividades como as de controle de qualidade, não altera sequer em um átomo desta situação ontológica de fundo: o operário assume novas tarefas, digamos, não manuais, porque [sic] obrigado capital. Além de sua função específica de há alguns anos, agora, sem sequer receber a mais por isso, executa também outras funções que, antes, eram destinadas aos 'feitores', 'chefes de oficina', 'mestres', 'controladores', etc. Esta transformação, ao invés de ser um sinal de emancipação do trabalho, é rigorosamente o oposto: uma forma ainda mais bárbara de exploração do trabalho pelo capital. (LESSA, 2007, p. 261).

Esta situação não sinaliza que exista uma aproximação entre trabalho intelectual e manual, que "mão e cabeça" deixaram de ser inimigas, muito pelo contrário, apenas expressa que o trabalho alienado atingiu um estágio de magnitude tão brutal que o despotismo do controle é realizado pelo operário contra si mesmo. Em uma mão ele carrega o martelo, na outra o chicote de seu açoite. `

A reengenharia na organização da produção, bem como as novas tecnologias baseadas na microeletrônica, permite que as empresas diminuam a distância entre a produção e seus controladores (ANTUNES, 2004), visto que a escala de hierarquia pode ser reduzida com a diminuição dos níveis de comando e a distribuição de tarefas tipicamente de controle para todos os trabalhadores na organização, inclusive os operários. A menor escala hierárquica, que é identificada como produção horizontal, não corresponde a diminuição dos níveis de coerção. Esta aparente aproximação não constitui uma redução do controle; o interesse existente nesse mecanismo é além de intensificar a exploração, de também tornar mais visível a produção, facilitando a identificação de qualquer porosidade no ritmo de trabalho. Assim sendo:

[...] a intenção é aumentar o controle sobre a produção. Mesmo o esforço de solicitar idéias aos trabalhadores sobre como melhorar o desempenho tem a finalidade de aumentar tanto o ritmo quanto a produtividade da fábrica ou do escritório e explorar de forma mais completa o potencial dos empregados. (RIFIKIN, 1995, p. 202).

Como a lógica geral do capital está orientada para obter a mais-valia, e o interesse dos capitalistas individualmente é de conseguir o lucro, o proprietário ou gestor determina qual é o montante de mercadoria a ser produzida ou de serviço a ser executado, e o lucro mínimo pretendido, também estabelecendo qual o método e os parâmetros (BERNARDO,

2004). É no interior destes limites bem estabelecidos que os trabalhadores vão eleger como ocorrerá a sua própria exploração (Ibidem). Vão escolher não a partir de sua livre vontade e interesses, nem poderiam fazê-lo sob a lógica do trabalho alienado; farão obedecendo às regras pré-determinadas pela organização. Seguindo este princípio, “a administração da empresa continua a fixar o volume global da produção exigido num dado período, e o movimento automatizado da cadeia de montagem continua a ditar o ritmo global das operações” (Ibidem, p. 85). Na relação entre capital e trabalho, apenas as formas externas de dominação é que são alteradas, mas as mãos dos trabalhadores permanecem atadas, “como algo que os governa pelas costas” (MÉSZÁROS, 2007, p. 229). O mito da participação é tão somente a versão de uma conjugação verbal trapaceira para o trabalhador. É dessa forma que é conjugado verbo: “nós” participamos, mas são “eles” quem decidem e lucram (Ibidem).

Com o auxílio de técnicas de gerenciamento e de equipamentos aprimorados pela informática, o controle sobre o trabalhador torna-se mais rígido e eficaz. A função de fiscalização tanto no processo de fabricação de um determinado produto ou de fornecimento de um serviço, também pode ficar a cargo dos próprios trabalhadores encarregados pela sua execução, sem que isso indique uma aproximação entre trabalhadores produtivos e improdutivos de mais-valia. Este movimento de aprimoramento de regras de controle não se trata de uma determinação oriunda dos trabalhadores, mas de um aperfeiçoamento das formas coercitivas já encontradas no taylorismo/fordismo. Bernardo assinala que:

O toyotismo aproveitou todos os resultados do taylorismo no que dizia respeito à análise do processo de trabalho nos seus componentes elementares, e levou esses resultados a um estágio mais avançado, alterando os métodos de enquadramento e de mobilização dos trabalhadores e desenvolvendo a análise dos elementos componentes não só do processo de trabalho físico, mas igualmente intelectual. (BERNARDO, 2004, p. 86).

Com as mudanças ocorridas na reestruturação produtiva, o trabalhador não assume livremente o controle da produção em razão de seus interesses, mas o faz sob os preceitos e os ditames do capital. Alves (2005) denomina esta ação como a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, acrescentando que o toyotismo promove através de mecanismos de comprometimento dos trabalhadores o aperfeiçoamento do controle

interno, dando a falsa aparência de independência (BERNARDO, 2004). Se utilizando de formas subliminares de coerção, o capital subjuga o operário num plano de alienação ainda mais profundo e despótico. Sobre essa questão, é indispensável assinalar que o que determina a coerção não é algo restrito a forma como ela é exercida, a aferição do nível de controle não está tão somente na aparência mais ou menos despótica, é, sobretudo como o capital consegue extrair mais sobretrabalho.

A expressão técnica desta determinação de controle na produção capitalista das últimas décadas é encontrada na utilização de novos instrumentos de coerção, como, por exemplo, o computador;⁷⁹ este consegue contribuir tecnicamente para o exercício de uma pressão ainda mais despótica. Para que um domínio externo ao trabalhador vigie a execução da dupla função de produção e controle, a utilização de ferramentas de informação baseadas no computador e em outros equipamentos tecnológicos é indispensável (RIFKIN, 1995). Se antes o relógio taylorista media o tempo de trabalho e a esteira rolante imprimia o ritmo, a partir da utilização da microeletrônica, o computador indica com muito mais precisão essas metas (KUMAR, 2006) e resta ao trabalhador seguir com rigor esses ditames. Entre a deplorável e chantagista alternativa de ser mais intensamente explorado, ou, de ser integrado à lista de desempregados, o trabalhador (sem opções) escolhe não somente fazer parte da servidão assalariada mais brutalmente explorada, como incorpora toda a severidade do seu feitor contra si mesmo e seus companheiros de trabalho.

As estatísticas sobre o uso do monitoramento eletrônico sobre os trabalhadores demonstram uma assustadora situação. Rifkin cita estudos demonstrando que os trabalhadores “administrativos que usam computadores, sofrem de níveis excessivamente altos de *stress*” (1995, p. 208) e que os trabalhadores monitorados eletronicamente são de “10 a 15% mais propensos a sofrer de depressão, tensão e ansiedade extrema” (Ibidem, p. 208). Por fim, a constatação que das mortes verificadas no trabalho, embora as causas sejam ainda variadas, como um defeito em equipamento, ou até mesmo o ritmo elevado de trabalho, em comum existe o fato de que “na maioria das vezes, o *stress* é o gatilho que dispara os erros” (Ibidem, p. 209). Ou seja, a intensificação do controle sobre o trabalhador

⁷⁹ Não chega a ser recente o monitoramento por computador do trabalhador. Em relatório (*The Electronic Supervisor*) publicado em 1987, “entre 20 e 35% de todos os trabalhadores administrativos nos Estados Unidos agora são monitorados por sofisticados sistemas de computador” (RIFKIN, 1995, p. 207). A ampliação de seu uso nas mais diversas áreas nos leva a acreditar que esta tendência tenha se aprofundado nos últimos anos. Em razão do aumento do nível de intensidade do trabalho, o supervisor da época taylorista ganhou a companhia de um mais rigoroso capataz: o computador.

põe sobre este uma pressão tão violenta que torna seu tempo de trabalho, tempo de puro tormento (MARX, 1988, 1996) e até de morte.

Além do uso de modernas tecnologias, as novas formas gerenciais buscam encorajar a participação dos trabalhadores na organização do processo de trabalho, substituindo formas hierarquizadas de controle por grupos de operários que cumprem metas dentro dos limites previamente estabelecidos pela organização (BERNARDO, 2004). Estes limites já correspondem a um padrão intensificado de extração da mais-valia, cabendo ao trabalhador apenas indicar qual o limite suportável desta exploração (Ibidem). O processo de elevação do controle sobre o trabalho avança no sentido de exercer uma maior coerção daqueles que controlam sobre os que produzem, e de um processo de intensa alienação, que implica inclusive na punição realizada pelo trabalhador contra si próprio. Para a lógica gerencial do trabalho alienado, não é suficiente explorar; é preciso oprimir e dominar o trabalhador, de forma que estando completamente subjugado, este considere tal tormento como parte ineliminável e natural de qualquer trabalho (GORZ, 2001).

A aparência de dissolução dos polos antagonicos entre as classes fundamentais não tem respaldo a partir do processo de acumulação destrutiva, do surgimento das novas tecnologias e padrões contemporâneos de gerenciamento da força de trabalho. Cabeça e mão (trabalho manual e intelectual) se tornaram, como Engels assinalou, mais do que meros opositores, tornando-se inimigos mortais.⁸⁰ É um processo de alienação que atinge tanto aqueles trabalhadores que produzem, como aqueles que controlam, uma vez que os dois sofrem a exploração do capital com a venda de sua força de trabalho. A disciplina que os trabalhadores experimentam a partir das atuais formas de gerenciamento e através das tecnologias baseadas na microeletrônica não significa o passaporte para a classe trabalhadora adentrar no reino da liberdade (BERNARDO, 2004), e somente um surto alucinógeno pode considerar que este processo despótico indique ser algum caminho rumo à emancipação do homem. A continuidade das formas coercitivas⁸¹ do capital sobre o trabalho em níveis mais elevados apenas demonstra que, com o auxílio das novas tecnologias, ocorreu o prolongamento e a intensificação do caráter repressor sobre os trabalhadores.

⁸⁰ Na tradução revisada por Engels, o colaborador de Marx é ainda mais incisivo nesta oposição, considerando-a como uma relação entre “inimigos mortais” (LESSA, 2007).

⁸¹ É digno de nota que em “1978, a General Motors tinha 4.200 agentes de segurança privados, quando nos Estados Unidos só cinco cidades dispunham de uma força policial superior” (BERNARDO, 2004, p. 145).

3.5 O vínculo do desenvolvimento tecnológico com as ordens do capital

Contestar as teorias de Schaff e Masuda ou dos demais teóricos que defendem a superação do trabalho pela tecnologia não chega a ser uma tarefa difícil do ponto de vista da inóxia de suas teorias em relação às constatações históricas. A gravidade das expressões da questão social, os trágicos índices de miséria e violência e o resgate de formas de produção até há pouco tempo consideradas distantes do moderno desenvolvimento capitalista (TAVARES, 2004) são uma prova irrefutável de que a sonhada sociedade informática, com sua prosperidade e liberdade para todos, permanecem no campo puramente ficcional. Assim como outras teorias de inspiração semelhante foram devidamente rechaçadas com rigor pela história, que o digam as caducas projeções de Serge Mallet (1963), estas teorias contemporâneas caminham para um desenlace semelhante.

Ocorre que a despeito das irrefutáveis evidências históricas, nada garante que o fôlego dessas concepções esteja inteiramente esgotado. O que alimenta estas teorias não é a racionalidade, ou mesmo a mínima exigência de não contradição interna de seus argumentos. A decrepitude teórica é artificialmente revigorada pela necessidade de negar o antagonismo entre as classes sociais e a dependência que o capital tem perante o trabalho vivo. Pode não ter o aval da história, ou nem sequer a coerência lógica indispensável à investigação científica, mas a apologética do capital possui a garantia e o “patrocínio” da burguesia. A continuidade da negação do trabalho pelo desenvolvimento tecnológico pode estar apenas esperando que novas vozes se lancem, que novamente se troquem alguns personagens e recontem o mesmo enredo.

Como a história do capitalismo é tão somente mais capítulo da propriedade privada e da exploração do homem pelo homem, cada página de sua trama não pode ser outra coisa que não mais uma narrativa de desumanidade. Assim sendo, lendo o passado e examinando o presente, não se consegue enxergar dias melhores no interior das relações dominadas pelo capital. É por conta disso que os exercícios de ficção e de futurologia, mesmo os mais insensatos e irresponsáveis, são tão atraentes (LESSA, 2007) para a apologética burguesa.

Já no “Manifesto Comunista”, Marx e Engels assinalavam que “as idéias dominantes de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante” (2007, p. 65). É a partir desse pressuposto que as teorias de caráter ficcionista sobre o fim do trabalho são disseminadas pelos diversos aparatos ideológicos, se alastram pelos círculos

acadêmicos e pelos diversos complexos sociais, pois são úteis às pretensões de reprodução da hegemonia capitalista.

É parte inexorável dos interesses da ideologia dominante preservar as bases de reprodução do sistema, protegendo e entrincheirando mesmo as mais clamorosas e bárbaras contradições e desigualdades (MÉSZÁROS, 2008), tudo em nome da perpetuação do capital. Ao mesmo tempo, essa ideologia oferece soluções que são úteis privilegiadamente aos interesses também dominantes, contudo, como esta restrição aos interesses gerais não pode ficar explícita, são formuladas e disseminadas como sendo de interesse geral. Isto é possível porque existem condições materiais, políticas e culturais que dão suporte a que o poder de mistificação seja concedido às ideias dominantes (Ibidem), visto que o capital impôs sua dominação muito além da esfera econômica, atingindo todos os complexos sociais.

As ciências naturais e sociais produzidas no atual estágio do capitalismo continuam em parte amplamente majoritárias, a disseminar a ideologia da classe dominante (Idem, 2004). No âmbito das ciências naturais, o esforço de seus pesquisadores está primordialmente direcionado a encontrar mecanismos e soluções técnicas para maximizar os lucros. Com o estreitamento das balizas de ação do capital, em razão de sua crise estrutural, estas ações também se moldam a encontrar formas compatíveis com a ativação e o prolongamento dos seus limites (Idem, 2002). No campo das ciências sociais, a tarefa primordial está em reafirmar a eternização das relações sociais do capital como o horizonte máximo alcançado pelo homem, ou mesmo, como sendo parte ineliminável da própria essência humana.

Para sustentar a superação do trabalho pelos novos artefatos tecnológicos, sob o comando da ciência, seus teóricos defendem que esta se encontra acima de interesses particulares, que existe um desenvolvimento imanente da ciência (SCHAFF, 2007; GALBRAITH, 1977) isento de interferências das classes hegemônicas. É assim que pensam seus teóricos, que a ciência pode ser neutra e asséptica. Para a apologética do capital, admitir que o progresso científico se encontra atrelado às necessidades da classe dominante seria confirmar que este se acha como um mandatário do capital, e, portanto, em oposição aos interesses dos trabalhadores. Como a apologética burguesa é inimiga da verdade, tem de negar esse princípio.

É por conta desses aspectos que é imprescindível analisarmos as questões relacionadas à ciência e suas repercussões nas relações de produção, para entender seu

vínculo com a reprodução social e com as teorias de negação do trabalho. O argumento que advoga o desenvolvimento autônomo da ciência é utilizado para recusar o antagonismo entre as classes (MÉSZÁROS, 2004). Serve para tentar construir a ilusão de que a sociedade capitalista produz complexos sociais que estão acima dos interesses particulares dominantes. Sem explicitamente negar o trabalho nesse argumento, ou mesmo sem sequer citá-lo diretamente, o intuito tem muito pouco de inocente; no fundo, é veladamente utilizado para negar a teoria marxiana, pois coloca a ciência e o desenvolvimento tecnológico acima dos interesses privados, como sendo capazes de solucionar as contradições e antagonismos internos de uma sociedade de exploração entre os homens.

O resultado deste discurso aparentemente sem maiores propósitos é que, ao invés de propiciar uma séria reflexão que leve à constatação da urgente necessidade da superação radical desta sociedade, incluindo o processo revolucionário como parte inexorável da ação de ruptura, coloca o desenvolvimento tecnológico como o agente de mudança. O resultado nada imaculado de tal concepção é mais uma abominável tentativa de encobrir a própria luta de classes.

A contradição entre as possibilidades do desenvolvimento das forças produtivas e os limites a este imposto pela lógica das relações mercantis dominadas pelo capital culmina no fato de que esse desenvolvimento está preso às amarras da acumulação capitalista e restrito às necessidades de reprodução desta ordem social. O que poderia ser motivo de libertação torna-se causa de aprisionamento. Conforme Mandel:

A produção tendo por fim a acumulação do capital conduz a resultados contraditórios. Por um lado, o desenvolvimento incessante do maquinismo implica uma *expansão das forças produtivas e da produtividade do trabalho*, que cria os fundamentos materiais de uma emancipação da humanidade quanto ao constrangimento de dever ‘ganhar o pão com o suor do seu rosto’. [...] Mas, por outro lado, o desenvolvimento do maquinismo sob o imperativo da procura do lucro máximo e da acumulação incessante do capital, implica uma subordinação cada vez mais brutal do trabalhador à máquina, das massas laboriosas às ‘leis do mercado’, que lhe fazem perder periodicamente qualificação e emprego. A expansão das forças produtivas é, ao mesmo tempo, um desenvolvimento cada vez mais pronunciado *da alienação dos trabalhadores*. (1978, p. 35, grifo na obra).

O desenvolvimento das forças produtivas não pode ser considerado como capaz de propiciar o crescimento geral da riqueza da humanidade, isto porque a ciência e o desenvolvimento tecnológico estão diretamente vinculados aos interesses das classes

hegemônicas. Portanto, a ciência se comporta como um reflexo da sociedade à qual pertence. Numa crítica às teorias que acreditam no desenvolvimento científico autônomo e nas soluções tecnológicas, Mészáros assinala que:

A afirmação de que nossa ‘sociedade tecnológica’ é um ‘*tipo totalmente novo de sociedade*’, em que ‘*a ciência e a tecnologia ditam*’ o que acontece ao corpo social, abalando por sua própria conta as instituições estabelecidas e ‘destruindo os fundamentos sociais dos valores mais prezados’, é uma completa mistificação. Não pode haver um ‘tipo novo totalmente novo de sociedade’ criado pelo mecanismo pretensamente incontrolável e autopropulsionado das descobertas científicas e dos desenvolvimentos tecnológicos porque na verdade, a ciência e a tecnologia estão sempre profundamente inseridas nas estruturas e determinações sociais de sua época. (2004, p. 265, grifo na obra).

Fixando-se num exemplo da própria tecnologia da informação, Mészáros ironicamente exemplifica que o

[...] postulado da neutralidade material/instrumental é tão sensato quanto a idéia de que o *hardware* de um computador pode funcionar sem o *software*. E até mesmo quando se chega a ter a ilusão de que isto poderia ser feito, já que o sistema operacional etc., não precisa ser carregado separadamente de um disquete ou disco rígido, o *software* relevante já estava gravado no *hardware*. Por isso, nenhum *software* pode ser considerado ‘neutro’ (ou indiferente) aos propósitos para os quais foi inventado. (Idem, 2002, p. 865).

A determinação que estabelece a justaposição da lógica dos valores de troca sobre as reais necessidades humanas é também responsável por estruturar o movimento da ciência e do desenvolvimento tecnológico como submisso aos interesses particulares do capital (MÉSZÁROS, 2002, 2004). É dessa forma que a ciência no século passado, em vez de voltar-se para a resolução dos mais graves problemas sociais, esteve firmemente preocupada e concentrada com o desenvolvimento da produção destrutiva (Idem, 2004). Esta opção pela destruição do homem e de suas bases de sustentação materiais não é apenas o resultado de uma alternativa aleatória, é parte dos nexos de incontrolabilidade do capital (MÉSZÁROS, 2002; PANIAGO, 2007). Por conta disso, a separação da ciência dessas determinações apenas é possível se ultrapassarmos a própria ordem que domina a ciência: a ordem do capital.

Como afirma Mészáros, “a verdade realista é que a ciência e a tecnologia existentes estão profundamente incrustadas nas determinações que hoje prevalecem na produção, por meio das quais o capital impõe à sociedade as condições necessárias de sua existência instável” (2002, p. 265). As determinações do presente, diante da crise estrutural, incidem que o funcionamento e a articulação da ciência e da tecnologia com a reprodução social implicam num tipo de produção que é, ao mesmo tempo, progresso em campos parciais e que possibilita retorno lucrativo e também, destruição para a humanidade (PIMENTEL, 2007), daí o seu caráter instável e perigoso.

Na atualidade, os aspectos de destruição do planeta, da construção contínua de um arsenal destinado à aniquilação dos seres vivos, em contradição com a ausência do atendimento a diversas necessidades básicas, é uma perversa realidade (MÉSZÁROS, 2002). Como esta sociedade permanece sendo o lar das mercadorias e não dos seres humanos, a guerra e a fome convivem na casa em que os pais são o capital e a burguesia. Na análise de Mészáros:

[...] a devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua do poder de destruição – para as quais se destina globalmente uma quantia superior a um trilhão de dólares por ano – indicam o lado material amedrontador da lógica absurda do desenvolvimento do capital. Ao mesmo tempo, ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões de desperdiçados. (Ibidem, p. 801).

Até o período posterior à Segunda Grande Guerra, parte substancial da pesquisa científica e das inovações tecnológicas esteve direcionada a encontrar mecanismos e formas de se opor à tendência existente de baixa na taxa de lucros, com a busca de soluções técnicas para redução dos custos de produção (GORZ, 2001). As inovações tecnológicas se davam fundamentalmente no processo de produção, pela entrada de métodos e de máquinas apropriados à elevação da produtividade, “de substituir trabalho vivo (capital variável) por trabalho morto (capital fixo); de acelerar a rotação do capital circulante; de produzir a mesma quantidade de mercadorias com uma quantidade reduzida de trabalho social” (Ibidem, p. 219). Além dessas determinações assinaladas por André Gorz, acrescente-se o volumoso dispêndio de capital para a indústria da guerra (MÉSZÁROS, 2004), com a produção de um estúpido arsenal bélico capaz de destruir a

vida na terra por diversas vezes, como se fosse possível uma segunda chance depois de aniquilados todos os seres vivos.

Tais determinações não foram extintas durante a reestruturação produtiva e a acumulação destrutiva, entretanto, essas práticas ainda eram insuficientes para o enfrentamento da crise estrutural. A pesquisa científica, no atual estágio do capitalismo, além de aprofundar os objetivos anteriormente descritos, também procura acelerar a obsolescência programada e o desgaste prematuro dos produtos (MÉSZÁROS, 2002; GORZ, 2001; ANTUNES, 2004). Isso ocorre porque o sistema de metabolismo do capital atua em disjunção entre a produção genuína e as demandas fictícias necessárias a manutenção do sistema. Em outras palavras, a produção capitalista não atua de forma reflexiva às necessidades dos homens, mas em razão de sua própria reprodução e por isso a produção perdulária é não somente aceita como necessária para o capital. Com isso, está “pouco interessado com a produção como tal, mas apenas com sua autorreprodução” (MÉSZÁROS, 2004, p. 300).

O resultado é que este mecanismo de autorreprodução é essencialmente desperdiçador, perigoso, indesejado e principalmente destrutivo. Este mesmo processo que para a humanidade é profundamente insano, é rigorosamente coerente e necessário para o capital. Em razão da tendência irracionalmente expansionista intrínseca ao capital (Idem, 2002), a lógica de sua reprodução tem de atuar destrutivamente. A contradição básica do sistema é que ele não consegue separar o “avanço” da destruição, nem “progresso” de desperdício (Idem, 2009), ainda que o resultado desse processo seja extremamente perigoso para o ser humano.

[...] o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade. [...] Quanto mais qualidade as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. (ANTUNES, 2004, p. 51).

O exemplo da obsolescência programada é explicitamente verificável na indústria informática, em que o desenvolvimento de novos *softwares* e *hardwares* torna obsoleto o que até bem pouco tempo era um novíssimo lançamento (Ibidem). Mesmo incorporando novas práticas às já existentes, diminuir os efeitos da tendência à baixa na taxa de lucros ainda é uma das primordiais preocupações da ciência e da tecnologia sob a lógica

capitalista (GORZ, 2001). O desenvolvimento das forças produtivas sob os ditames do capital se transformou no aperfeiçoamento das forças destrutivas; seja no esdrúxulo empenho com a fábrica da guerra ou no intencional destroçamento antecipado de natureza transformada. Nesta fase ameaçadora à vida humana, capital e destruição tornaram-se unívocos. Já não é possível separar capital e destruição, mais do que isso, é algo que é imanente ao próprio sistema. Mészáros é quem afirma que “a causa fundamental dos nossos problemas cada vez mais sérios não é a ‘face inaceitável do capitalismo desregulamentado’, mas sim a sua *substância destrutiva*”. (2009, p. 28, grifo na obra).

A respeito do curso destrutivo que o capital impõe aos seres humanos e da incapacidade das soluções técnicas para modificar tal quadro, é válida uma reflexão do mesmo Mészáros:

Por longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que todos os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo ‘desenvolvimento’ e pela ‘modernização’ socialmente neutros. A tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Era, na melhor das hipóteses, uma ilusão imposta a todos que, no desejo de encontrar uma saída para seu próprio papel ativo no processo de decisão, mantinham a esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência se realizassem como prometido. Tiveram de descobrir com a amarga experiência que a panaceia tecnológica era um subterfúgio autovantajoso das contradições por parte daqueles que empunhavam os timões do controle social. [...] Assim, não é exagero dizer que, em nosso tempo, os interesses daqueles que nem sequer conseguem imaginar uma alternativa para a perspectiva de curto prazo da ordem social atual, e para projeção fantasiosa dos corretivos estritamente tecnológicos compatível com ela, colidem diretamente com o interesse da própria sobrevivência humana. (2007, p. 189-190).

Há de se questionar se este curso destrutivo não poderia ser alterado pelo próprio sistema, como forma de inclusive se preservar. Contudo, em razão de uma “disjunção radical entre produção genuína e autoreprodução do capital, as barreiras à produção capitalista são suplantadas sem se medir as devastadoras implicações para o futuro” (PANIAGO, 2007, p. 52). Tomando por base o conteúdo de Mészáros, Paniago complementa: “O sistema do capital encara de maneira invertida o significado das restrições inerentes à finitude dos recursos materiais e humanos necessários a sua reprodução ampliada” (Ibidem, p. 52). É dessa forma que qualquer tentativa de reverter esta tendência destrutiva esbarra nos requisitos de manutenção estrutural do próprio

sistema (MÉSZÁROS, 2002), eis um significativo traço da indelével incontrollabilidade do capital.

Se do ponto de vista dos mecanismos estruturais que mantêm o sistema esta mudança é incompatível, no que se refere à intenção política se torna uma alternativa rigorosamente mais problemática. Relatando os desdobramentos do pós-guerra na ciência, Mézáros (2004, 2006) esclarece que nem mesmo todo o prestígio de um dos mais célebres cientistas do século XX foi capaz de alterar ou desviar minimamente a direção destrutiva da ciência na ordem capitalista. Numa demonstração de clarividência sobre os perigosos rumos da produção científica, Einstein chegou a escrever um discurso para um congresso de cientistas que trataria dos riscos da militarização da ciência. A confiança de Einstein em uma mudança de postura científica era grande, porém, maior ainda foi seu desapontamento. Einstein assim esboçou:

Estou sinceramente satisfeito pelo fato de a grande maioria dos cientistas estar plenamente consciente de suas responsabilidades como estudiosos e cidadãos do mundo; e de não terem sido atingidos pela disseminada histeria que ameaça nosso futuro e de nossos filhos. [...] É terrível perceber que o veneno do militarismo e do imperialismo ameaça trazer mudanças indesejáveis na atitude política dos Estados Unidos, no exato momento em que este país deve assumir uma posição de liderança no estabelecimento da segurança internacional. [...] O que vemos ocorrendo aqui não é a expressão dos sentimentos do povo norte-americano; reflete, antes de tudo, o desejo de uma minoria poderosa que utiliza seu poder econômico para controlar os órgãos da vida política. (EINSTEIN, apud MÉSZÁROS, 2004, p. 275).

A resposta dos grupos interessados nos lucros propiciados pela “fábrica da guerra” e de grande parte dos demais cientistas de seu tempo não foi a que Einstein imaginava. Não havia empenho para cessar o movimento de militarização da ciência regado com generosas verbas e o congresso ao qual o tal discurso era destinado nem sequer aconteceu. Foi assim que de seus confrades cientistas, Einstein percebeu-se em um completo isolamento. Pelos apologistas do crescente complexo militar-industrial, foi tratado como um agitador estrangeiro, chegando inclusive, a ser sugerido que fosse levado a julgamento (MÉSZÁROS, 2006). Nem mesmo este ícone da ciência do século XX, reconhecido em todo o planeta por realizações na física, um campo aparentemente sem grandes controvérsias (Idem, 2004), teve qualquer chance diante da lógica do lucro e do poder ganancioso e destrutivo do capital. É por isso que quando o assunto mexe no cofre

capitalista, a razão e a racionalidade apenas são levadas em consideração se obedecerem à coerência quase sempre irracional existente na insana busca do lucro.

Dito essas questões, há que se mencionar que a questão nodal não está restringida

[...] *se* empregamos *ou não* a ciência e a tecnologia com a finalidade de resolver nossos problemas – posto que é óbvio que devemos fazê-lo -, mas se seremos *capazes* ou não de redirecioná-las radicalmente, uma vez que hoje ambas estão estreitamente determinadas e circunscritas pela necessidade da perpetuação do processo de maximização dos lucros. (Idem, 2009, p. 53, grifo na obra).

A questão é que, é nessa estrutura alicerçada para a busca do lucro e para a rejeição ao ser humano que a ciência se encontra aprisionada. Dizer que não há nenhuma rota alternativa possível, seria reafirmar o postulado burguês que considera a sociedade capitalista como o limiar máximo alcançado pelo homem. Opção, claro que existe, mas não no interior desta formação social. A opção de redenção do homem e da ciência pressupõe necessariamente a superação radical do capital e a erradicação completa de sua lógica em todos os complexos sociais. Enquanto a reprodução social tiver por pressuposto o ordenamento do trabalho alienado e a mercantilização da vida, a degradação, a perversão e a supressão das autênticas possibilidades humanas (TONET, 2004) não somente continuarão, como se intensificarão. Muito mais grave que isso, o resultado final desse curso pode ser não somente o agravamento da barbárie já verificada para níveis imprevisíveis e indescritíveis, como também o abismo para a vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mito grego, foi tarefa do titã imortal Prometeu e de seu irmão Epimeteu criarem o homem utilizando argila e água, fazendo bonecos semelhantes aos deuses. Atena, amiga dos dois irmãos e deusa da sabedoria, deu seu sopro divino, propiciando que aqueles objetos feitos de barro se transformassem em homens e se espalhassem por toda a Terra. Foi assim que surgiram os primeiros seres humanos na mitologia grega.⁸² Ocorre que esses homens não tinham nenhuma habilidade para transformar a matéria; não possuíam sequer vestimentas, habitavam cavernas escuras cavadas na terra; eram inteiramente vulneráveis e indefesos, as forças naturais eram muito superiores a eles. Muito além de miseráveis eram essas criaturas que viviam limitadas por não ter nenhum domínio sobre o natural. Prometeu não se conformou em ver tal fragilidade humana. Compadecido com a situação, desceu à Terra e ensinou os homens a cultivar o solo, a caçar, a domesticar os animais, instruiu a matemática, o alfabeto e as ciências em geral. Não achando suficiente, teve a ousadia de roubar uma centelha do fogo celeste e ofertou-o aos homens. Dessa forma, os seres humanos receberam os ensinamentos necessários a sua libertação. Ao contrário do caráter de maldição posto pela tradição bíblica, o trabalho significava liberdade para a mitologia grega (TEIXEIRA, 2008b).

Além de criar o homem, também foi tarefa de Prometeu ensiná-lo a trabalhar, a transformar a natureza em valores de uso. Dominando a agricultura, a pecuária, convertendo o minério em metal e fabricando objetos úteis para si, o homem criou as condições para sua libertação em relação aos rigorosos limites impostos pela natureza. Porém, nem tudo foi tranquilo para Prometeu; sua iniciativa custou-lhe muito caro. Do alto do Olimpo, Zeus ficou enciumado com a empreitada de Prometeu e, como castigo, deixou-o acorrentado por indissolúveis correntes num inóspito rochedo, sendo suas vísceras devoradas por uma águia dia após dia. Para complementar a punição, Zeus enviou Pandora até Epimeteu, e com ela, a caixa com todas as maldições.

A mitologia grega, criada há mais de dois mil e quinhentos anos, expõe uma teoria mítica sobre a origem do trabalho. Quanto ao seu término, Schaff (2007) e Masuda (1980) ao final do século XX, também nos oferecem outra peça ficcionista; a superação deste pela tecnologia. Permanecendo no campo da fantasia, para as teorias que sugerem a eliminação

⁸² Utilizamos como referência os textos de Teixeira (2008b), Schwab (1994) e Ésquilo (2007).

do trabalho em decorrência do desenvolvimento da microeletrônica, a tarefa instruída por Prometeu já foi ultrapassada e os homens finalmente podem dispensar os seus ensinamentos sobre como dominar a matéria. A ciência teria concebido e desenvolvido máquinas tão sofisticadas que já não seria mais necessário ao homem realizar a transformação da natureza. Para Schaff (2007), nas últimas décadas do século XX, o desenvolvimento científico e tecnológico avançou tão fabulosamente que possibilitou o surgimento de novos artefatos tecnológicos baseados na informática, exonerando por completo a necessidade do homem no processo de trabalho. Foi uma pena Zeus não ter imaginado a informática, suas incríveis máquinas automáticas e seus velozes *chips*. Se assim o fizesse, não haveria motivo para ter nenhuma inveja do feito de Prometeu, pois teria sido muito mais sábio que o gigante titã ao presentear as despojadas criaturas humanas não somente com a libertação em relação aos limites impostos pela natureza, mas com a dispensa do dever de trabalhar.

A analogia que utilizamos entre as teorias de Schaff (2007) e Masuda (1980) e o mito de Prometeu não é apenas uma metáfora casual ou um truque linguístico para deixar o texto mais espirituoso. Quem assim o faz tem por vezes apenas o lastimável interesse de anuviar a verdade, e não de exibi-la com todos os seus detalhes e cores, por mais dramáticas e trágicas que sejam, como infelizmente são as do nosso tempo. Nosso propósito é tentar chamar a atenção para os perigos existentes nas concepções que tratam com um inconsequente ufanismo um momento tão grave e delicado por que passa a humanidade, ignorando uma reflexão séria sobre o instante que vivemos.

Assim como a narrativa mitológica grega nos leva ao mundo da fantasia, Schaff, Masuda e tantos outros teóricos que se ajustam às ideias da superação do trabalho pela tecnologia, percorrem um caminho científico que conduzem a uma perigosa ilusão, a que o desenvolvimento tecnológico seria o responsável pela superação das contradições e mazelas dessa sociedade. Ao invés de levar a uma reflexão racional e consequente sobre as relações sociais contemporâneas, essas teorias ignoram o momento destrutivo que o capital impõe aos seres humanos, ao tempo que induzem a fantasiar sobre uma sociedade muito melhor como decorrência do desenvolvimento científico e tecnológico. Como se não bastasse, tais transformações ocorrem no interior das contradições de uma sociedade baseada na propriedade privada, nas relações mercantis e na completa subsunção do homem ao capital, de subordinação da vida ao lucro.

As razões que alimentam as teorias do fim do trabalho não são novas. Desde que a “luta de classes assumiu, na teoria e na prática, formas cada vez mais explícitas e ameaçadoras”, fazendo “soar o sino fúnebre da economia científica burguesa” (MARX, 1988, p. 23), as teorias alinhadas à apologética burguesa não mais buscam a verdade. Como a ideologia dominante de uma época representa sempre as ideias da classe hegemônica (MARX; ENGELS, 2007), tais concepções estão ajustadas às necessidades conjunturais dominantes neste momento histórico. Na atualidade, é preciso ocultar a existência de uma fase altamente destrutiva da vida humana em razão das perversas e inconsequentes relações que moldam esta sociedade.

Enquanto Schaff (2007) e Masuda (1980) vislumbravam um futuro promissor neste início de novo milênio, a sociedade hoje materializada se plasma como o estágio mais ameaçador e sombrio para a vida humana já alcançado pelo domínio do capital (MÉSZÁROS, 2002). As expressões da questão social ganham contornos desesperadores na violência e na miséria que se amplia e generaliza para parcelas cada vez maiores da população, mesmo nos países centrais (Idem, 2006). As condições de vida no planeta correm o risco de sua inviabilidade em decorrência da lógica devastadoramente incontrolável do capital (Idem, 2002). É tendo como pano de fundo este assustador cenário, que para infelicidade da humanidade é real, que os teóricos da sociedade da informação acreditam que estamos no caminho seguro para um mundo de prosperidade e liberdade para todos. Ou seja, para estas teorias, o endereço do paraíso fica localizado na “avenida principal do inferno”. Dessa forma, é parte do interesse dessas concepções criarem a ilusão de que este momento destrutivo do capital é uma etapa preparatória necessária para o acesso a um mundo melhor, pouco importando a inexistência de coerência interna dessas ideias e as contradições com relação à realidade. Ao fim e ao cabo, revela-se apenas como parte de uma desprezível intenção de ocultar as ameaçadoras contradições atuais do sistema.

Conforme a tradição marxiana, não nos é permitido imaginar uma sociedade livre do trabalho humano, visto ser esta uma atividade ineliminável, que permite o intercâmbio orgânico do homem com a natureza para produzir os valores de uso necessários em qualquer formação social (MARX, 1988; MARX; ENGELS, 2006; LUKÁCS, 1981). Além do mais, de acordo com Lukács (1981), todas as demais categorias sociais têm por gênese o trabalho, portanto, o complexo de complexos que se estende sobre a totalidade social só existe em decorrência do trabalho. Mesmo o trabalho não representando a

totalidade da reprodução social, sem este tal reprodução é rigorosamente uma impossibilidade. É desta constatação historicamente fundada que se estabelece o lugar privilegiado ocupado pelo trabalho (ORGANISTA, 2006). Seguindo a tradição teórica de Marx, o fim do trabalho é algo cingido ao imaginário. O que o legado revolucionário da obra de Marx nos permite é imaginar uma sociedade que supere o trabalho alienado e toda a estrutura baseada na rejeição do homem.

As argumentações dos teóricos que decretam o fim do trabalho por intermédio do desenvolvimento tecnológico, além de incorrerem no erro de não considerar o trabalho humano como uma atividade insuperável de qualquer sociedade, também confundem e criam uma falsa identidade entre trabalho e trabalho abstrato (LESSA, 2007; ORGANISTA, 2006). É bem verdade que nesta formação social o trabalho está formatado como um reflexo das necessidades da sociedade capitalista; entretanto, o capital não pode prescindir do trabalho vivo, sob pena de sucumbir, enquanto o inverso não é verdade.

É o trabalho o responsável por fornecer as condições materiais de reprodução social, convertendo a natureza em meios de subsistência e de produção (MARX, 1988). O fato de no momento encontrar-se acorrentado à lógica desumanizante do capital não altera a essência dessa questão. É também pelo motivo de encontrar-se dominado pelo jugo capitalista, que somente eliminando radicalmente o germe do capital das relações sociais e de todos os seus complexos (MÉSZÁROS, 2002) que se torna possível ao homem encontrar o caminho da emancipação humana. De acordo com Mészáros (2002, 2006), se antes não já existiam vias conciliatórias possíveis no interior da lógica capitalista, atualmente a urgência desta superação está em razão não apenas do agravamento das expressões da questão social, mas do próprio risco de extermínio da humanidade como um resultado do curso destrutivo do capital.

No entendimento de Schaff (2007) e Masuda (1980), as transformações ocorridas nas relações de produção na última quadra do século XX resultaram em alterações tão profundas que são comparadas com as mudanças que se deram com a Revolução Industrial. Se antes a máquina a vapor teria aumentado a capacidade humana de produzir, hoje os novos artefatos tecnológicos da informática eliminariam completamente a necessidade da presença humana na conversão da natureza e acabariam com a oposição entre trabalho manual e intelectual (Ibidem).

Em resposta a esses prognósticos, as fábricas inteiramente automatizadas não foram vistas até hoje em lugar algum; portanto, podemos assinalar que a afirmação da existência

de indústrias livres do trabalho humano continua como rigorosamente inválida. No que se refere ao uso das novas tecnologias, ao invés de eliminar a condição de inimigos entre o trabalho manual e o intelectual (MARX, 1996), o computador e as demais inovações tecnológicas permitiram a intensificação do ritmo de trabalho e do controle, elevando a oposição a um nível mais intenso e despótico. Desta forma, permanece tal união apenas como um discurso teórico hermeticamente vazio (MÉSZÁROS, 2008) de qualquer conteúdo lógico, impossível de tornar-se uma prática factual sem que o domínio do capital sobre o trabalho seja radicalmente superado. Na análise das atuais relações de produção, as novas tecnologias tiveram como principal função oferecer condições técnicas e operacionais para dar sequência à histórica dinâmica de desqualificação do trabalhador (GORZ, 2001; KUMAR, 2006) e à elevação da intensidade do controle (BERNARDO, 2004).

Quando Schaff confia ao desenvolvimento das forças produtivas a superação do trabalho e a tarefa de edificação de um mundo melhor, entende que a ciência e o desenvolvimento tecnológico possuem um passaporte universal para a resolução de toda e qualquer mazela produzida pelas contradições de uma sociedade de exploração do homem por seus semelhantes. Agindo dessa forma, desconsidera que a ciência é uma legitimadora dos interesses dominantes e a tecnologia por ela desenvolvida é resultado das necessidades expressas nesses interesses (MÉSZÁROS, 2004). Qualquer autonomia da ciência que se imagine com relação às determinações destrutivas do capital, intensificadas no contexto de sua crise estrutural, pressupõe que a sociedade como um todo também escape da lógica do capital, que as atuais relações sociais sejam de todo erradicadas (Idem, 2002).

A acumulação primordialmente destrutiva e desperdiçadora no atual estágio do capital tem demonstrado que, tal qual como Mézáros (Ibidem) descreveu, o domínio do capital sobre as relações sociais não pode ser controlado, apenas criado ou destruído (PANIAGO, 2007; LESSA; TONET, 2008). Portanto, é verdade que o capital se formou historicamente em torno da luta de classes, que esta mesma luta pode eliminá-lo, contudo, seu controle não é possível. Em razão desse percurso destrutivo, hoje, como talvez nunca antes, é preciso esconder os nexos perversos da acumulação do capital.

Ao não consentirem em enxergar a fase potencial e objetivamente exterminadora do capital, as teorias de negação do trabalho em favor da tecnologia disseminam uma falsa luz de conhecimento que, ao invés de iluminar a razão para a compreensão da verdade, ofuscam o real. É a tíflose descrita por Saramago (2008) em seu “Ensaio sobre a cegueira”,

que não cega pelas trevas, mas pela brancura total, como se os olhos estivessem mergulhados num mar de leite, nesse caso, leite estragado. O problema, e o grave desta questão, é que a cegueira desses “intelectuais não é uma calamidade natural que os atinge simplesmente como se fosse seu destino inevitável, mas uma condição auto-induzida” (MÉSZÁROS, 2004, p. 264). Assim sendo, a crítica a essas teorias tem de ser necessariamente severa; não pode haver complacência com a irresponsabilidade ufanista com que descrevem a crise estrutural do capital e os perigos decorrentes dessa fase da acumulação capitalista.

Os motivos que incentivam as teorias ilusionistas sobre o fim do trabalho são os mesmos que reprimem as teses que procuram uma séria reflexão sobre as contradições desta sociedade. Para a ideologia dominante não existe utilidade, nem espaço, para as teorias que nos possibilitem refletir racionalmente sobre o grave momento que vivemos. Afinal, de que serve ao capital um mundo povoado de lúcidos pensadores, se eles não sabem construir máquinas para economizar capital variável; se não conhecem os artifícios e as astúcias que encurtam os caminhos que levam à riqueza (TEIXEIRA, 2008b); nem apresentam arranjos que empurrem para adiante as contradições e os limites do capital? Para a ordem dominante vigente, o conhecimento da totalidade e o desvelar objetivo da verdade não têm serventia; pelo contrário, são uma incômoda ameaça à manutenção da sua lógica, que deve ser afastada.

Já não é possível ignorar que as espessas nuvens de uma catástrofe ambiental e social se tornam a cada instante visivelmente mais escuras no horizonte da humanidade (MÉSZÁROS, 2007). Fechar os olhos para esta realidade não representa uma solução; a rigor, em razão da ameaçadora crise social com que hoje nos deparamos, nem sequer esta opção nos é permitida. Entretanto, mais grave que isso é acreditar nas soluções fantasiosas da panaceia tecnológica sobre o fim do trabalho e o surgimento de uma nova sociedade de prosperidade e liberdade. À luz da história, tais teorias mostraram que apenas correspondem a um inconsequente subterfúgio da apologética do capital em benefício do próprio sistema e uma forma de esconder as graves e perigosas contradições de seu domínio (Ibidem).

É dramática e perigosa a realidade reinante no início deste novo milênio e a gravidade dessa crise não permite que continuemos por soluções paliativas que são “nós nos ventos”. É preciso reencontrar a coragem de “assaltar o céu”, tal qual fez Prometeu, e presentear as mulheres e homens desse planeta com a liberdade. Para tanto, é

imprescindível o rompimento radical com a ordem social vigente, incluindo um processo revolucionário que conduza à emancipação humana.

Estamos num delicado período de transição, pois a reprodução do capital não poderá continuar nas atuais condições destrutivas por muito tempo (Idem, 2002). A questão passa a ser qual tipo de transição ocorrerá; se será uma passagem em direção ao abismo para a humanidade, uma regressão que conduza à barbárie, ou a eliminação radical do capital e uma transição para a emancipação humana (LESSA, 2007d). Sendo assim, compreendemos que a responsabilidade das ciências sociais e de seus pesquisadores não é pequena, nem pode ser conduzida sem um olhar crítico ao real, o que significa, muitas vezes, guiar quem enxerga, mas não consegue ver.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. A substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Os dilemas do trabalho no limiar do século 21. **Revista Cult**, nº. 139. São Paulo: Ed. Bregantini, 2009b.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARROCO, Maria. **Ética e Serviço Social** – Fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

BERNAL, J. D. **Ciência na história**, volume 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Democracia totalitária** – teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

BELLAMY, Edward. **Daqui a cem anos** – revendo o futuro. Rio de Janeiro: Record, 1980.

BELL, Daniel. Teletext and Technology. In **Sociological Journeys: Essays 1960 – 1980**. Londres: Heinemann, 1980.

CHASIN, José. **Método dialético**. Maceió, 1988 (mimeo).

CARVALHO, Ruy. **Tecnologia e trabalho industrial**. Porto Alegre: L P&M, 1987.

DEJOURS, Christophe. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho? **Revista Cult**, nº. 139. São Paulo: Ed. Bregantini, 2009.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**. Rio de Janeiro, Brasília: José Olympio Editora, Editora UNB, 1999.

ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

- HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- HENDERSON, Hazel. **Creating Alternative futures**. Nova York: Berkeley Publishing Press, 1978.
- HILARY; ROSE, Steven. **Science and Society**. Harmondsworth: Penguin Books, 1970.
- HOBSBAWM, Eric. Os destruidores de máquinas. In HOBSBAWM, E. **Os trabalhadores – estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- GALEANO, Eduardo. **Desculpem a moléstia**. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15980. Acesso em: 20 de maio de 2009.
- GALBRAITH, J. **O novo Estado Industrial**. São Paulo: Pioneira, 1977.
- GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **Adeus ao proletariado – para além do capitalismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GOUDTHORPE, J. On the service class, its formation and future. In A. Giddens e G. Mackenzie (org.), **Social class and the division of labour**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 162-185.
- GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- LESSA, Sergio. **Mundo dos homens**. Trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **Questões teóricas e metodológicas em ciências sociais**. Maceió, 2002b, (mimeo)
- _____. Identidade e individuação. **Revista Katalysis**, volume 7 nº. 2 p 147-153, Florianópolis: UFSC, Dep. Serviço Social, 2004.
- _____. **Para Além de Marx? : crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo: Xamã, 2005.
- _____. História e ontologia: a questão do trabalho. **Crítica Marxista**, volume 20, p. 70-89, Rio de Janeiro: Revan, 2005b.

- _____. Comunismo: de que se trata? In: Galvão, A (Org). **Marxismo e Socialismo no século XXI**, p. 197-210. São Paulo: Cemarx/Xamá, 2005c.
- _____. Trabalho, sociabilidade e individuação. **Revista da Fiocruz**, Trabalho, Educação e Sociedade, vol 4, n. 2, setembro de 2006.
- _____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **Serviço Social e Trabalho**. Por que o Serviço Social não é trabalho. Maceió: Edufal, 2007b.
- _____. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Injuí: Ed. Unijuí, 2007c.
- _____. **Lukács – ética e política**. Chapecó: Argos, 2007d.
- _____. Contra-revolução, trabalho e classes sociais. **Revista Temporalis**, n.4, p. 75-86. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2001.
- _____. Marx, Lukács, trabalhadores e proletariado. In: VIEIRA, Ana, AMARAL, Virginia (Org.). **Trabalho e direitos sociais**: bases para discussão. Maceió: Edufal, 2008.
- LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LUKÁCS, Georg. **O trabalho**. Tradução de Ivo Tonet. Mimeografado. Extraído de Per L'Ontologia Dell' essere Socieale. Roma: Riunit, 1981.
- KEYNES, John. **Essays in persuasion**. Nova York: Norton & Co., 1963.
- KING, Alexander. Prefácio de A sociedade informática. In: SCHAFF, Adam, **A sociedade informática**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- KUMAR, Krisham. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna – novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1978.
- _____. **O lugar no marxismo na história**. São Paulo: Xamã, 2001.
- MALLET, Serge. **La nouvelle classe ouvrière**. Paris: Éditions du Seuil, 1963.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O Capital** – Crítica da Economia Política. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Elementos fundamentais para la crítica de la economía política: borrador.** México: Siglo Veintiuno, 1987.

_____. **Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores.** In: Marx e Engels. Obras Escolhidas em Três Tomos, vol. 2. Lisboa: Edições Avante, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Martin Claret, 2008b.

MARX, Karl, ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2007.

MASUDA, Yoneji. **A sociedade da informação.** Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980.

_____. Computopia. In: FORESTER, Tom, **The information technology revolution.** Boston: Mit Press, 1985, p. 620-634.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006b.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Desemprego e precarização – um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2007b, p. 2-44.

_____. **Filosofia, ideologia e ciências sociais.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia** – a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado:** transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- OIT. **Informe sobre el trabajo en el mundo 2008**: Desigualdades de renta en la era de la finanza global. Geneva: Instituto Internacional de Estudios Laborales. Organização Internacional do Trabalho, 2008.
- ORGANISTA, José. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PANIAGO, Cristina. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. Maceió: Edufal, 2007.
- PIGNON, Doninique; QUERZOLA, Jean. Ditadura e democracia na produção. In: GORZ, André (Org.). **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- PIMENTEL, Edlene. **Uma nova questão social?** Raízes materiais humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. Maceió: Edufal, 2007.
- RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.
- ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**. Um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
- SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- SCHWAB, Gustav. **As mais belas histórias da antiguidade clássica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- SCHAFF, Adam. **A Sociedade informática**: São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- STONIER, T. **The Wealth of information**: A profile of the Post-Industrial Economy. Londres: Thames Methuen, 1983
- TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.
- TEIXEIRA, Francisco. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **Dinheiro e felicidade nos contos de fadas, nas narrações míticas e na política**: uma análise na perspectiva da economia política. Fortaleza: Fund. Edson Queiroz, UNIFOR, 2008b.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- TONET, Ivo. **Democracia ou liberdade?** Maceió: Edufal, 2004.
- _____. **Educação contra o capital**. Maceió: Edufal, 2007.

TROTSKY, L. **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967.

WHEEN, Francis. **O Capital de Marx** (uma biografia). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.